

foi parte constitutiva da produção do território, particularmente nos anos 70. Entretanto, Morin também nos lembra que as forças fracas de associação, de agregação, de união, de resistência são capazes de se estender e combater a crueldade que se manifesta na forma de egoísmo, indiferença, voracidade pelo dinheiro, propriedade, poder, e de resistir à desintegração, plantando a esperança.

A partir da percepção de que também fazemos parte dessas forças fracas, nos esforçamos para reunir nossas reflexões e apresentá-las em forma de livro, apesar de seu caráter experimental e de constituírem trabalhos conjunturais, mas que podem servir para desenvolver novas idéias e converter-se em novos instrumentos de pesquisa.

(...)

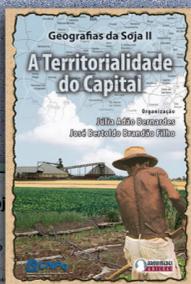
**Júlia Adão Bernardes**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ

**Roberta Carvalho Arruzzo**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ

Leia também:



O livro Geografias da Soja III: as novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia demonstra que o reconhecimento da complexidade constitui um caminho obrigatório para a análise da estruturação do território do País. De fato, existem limites para a homogeneização desejada pelos que comandam a globalização da economia. Desconhecer estes limites significa, ao fim e ao cabo, ignorar a história e perder de vista qualquer possibilidade de controle social da modernização econômica em curso.

(...)

Em verdade, estamos frente a uma nova interpretação potencial da fronteira, construída pelo desencontro entre a velocidade exigida pelos impulsos globais e as permanências oriundas das lutas sociais, de processos anteriores de modernização e das formas patrimonialistas de exercício do poder.

(...)

O livro apresenta a fertilidade de um trabalho coletivo em que a busca da informação exata não impede o povoamento, da região estudada, por grupos sociais, etnias, personagens e ações que transformam o espaço abstrato em projetos vitoriosos ou fracassados, processos de cooperação ou de competição, novas territorialidades e mobilidade forçada. As linhas de sucessivos projetos de modernização se sobrepõem, cruzam, nutrem ou anulam. Estas linhas representam enredamentos, possibilidades e armadilhas para muitos. Por este motivo, a fronteira da técnica só pode ser compreendida quando a pesquisa não oculta as perdas sociais absorvidas na produção da riqueza.

(...)

*Prefácio de Ana Clara Torres Ribeiro*

Professora do IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / UFRJ

ISBN 978-85-89667-34-0



9 788589 667340

www.ArquimedesEdicoes.com.br

Geografias da Soja III – Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia

Geografias da Soja III



# Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia

Organização

**Júlia Adão Bernardes**  
**Roberta Carvalho Arruzzo**

Apoio:



Este livro nasceu com a elaboração do projeto "Fronteiras em mutação na agricultura moderna na BR-158 mato-grossense", aprovado pelo CNPq e desenvolvido pela equipe do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para conhecer melhor que tipo de mudanças vêm acontecendo nas fronteiras do Vale do Araguaia, foi necessário nos aproximarmos da mesma através do trabalho de campo realizado em julho de 2007, o qual despertou em nós idéias, reflexões, dúvidas e estímulo a novas maneiras de pensar.

A investigação de campo reuniu profissionais de diversas áreas, significando um esforço no sentido de "resistir àquilo que separa, desintegra e distancia, mesmo sabendo que a separação, a desintegração e o distanciamento ganharão a partida" (Morin, 1994: 274). Assim, o sociólogo João Carlos Barrozo e sua mestranda Aparecida, o historiador Vitale Joaroni Neto e suas alunas de graduação, todos da Universidade Federal de Mato Grosso, vieram juntar-se ao grupo do NUCLAMB, representado por nós, Angelo, Fábio, Brandão e Osni, enriquecidos ainda com a participação da arquiteta Luciana Pinto, doutoranda da Universidade de Barcelona e do mestrando Luciano Duque Jardim, do CPDA (UFRRJ).

(...)  
O que nos ensinou esse lado do Vale do Araguaia? Ajudou-nos a compreender as idéias, opiniões e crenças de tantas pessoas, como chegaram a elas, e por que.

Como lembra Morin, a crueldade é parte constitutiva do universo, seja a do ser humano, seja a da sociedade. No Vale do Araguaia, a crueldade também

**Geografias da Soja III**

**Novas fronteiras da técnica  
no Vale do Araguaia**



**Geografias da Soja III**

**Novas fronteiras da técnica no  
Vale do Araguaia**

Organização

**Júlia Adão Bernardes  
Roberta Carvalho Arruzzo**



Rio de Janeiro  
2009

**Geografias da Soja III**  
**Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia**  
Copyright © 2009 Arquimedes Edições  
Todos os direitos reservados

**Ficha Técnica**

Supervisão científica: Júlia Adão Bernardes  
Design de capa e projeto gráfico: Arquimedes Martins (Ted)  
Painel da capa: O Reino e o anti-Reino de Maximino Cerezo Barredo  
Fotografia de capa: iStockphoto  
Fotografias dos painéis: José Maria Concepción  
Fotografias do miolo: fornecidas pelos autores  
Editoração eletrônica: Marcia Martinello  
Revisão: Luiza Miriam Ribeiro Martins  
Realização gráfica e editorial: Arquimedes Edições

**CIP-Brasil. Catalogação na fonte, RJ.**  
**Sindicato Nacional dos Editores de Livros**

T317

Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia/ organização Júlia Adão Bernardes,  
Roberta Carvalho Arruzzo. - Rio de Janeiro : Arquimedes Edições, 2009.

144p. : il. - (Geografia da soja, III)

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-89667-36-4

1. Soja - Aspectos econômicos - Brasil, Nordeste. 2. Soja - Cultivo - Brasil, Nordeste.  
3. Soja - Aspectos econômicos - Brasil, Norte. 4. Soja - Cultivo - Brasil, Norte. I. Bernardes,  
Júlia Adão, 1933-. III. Série.

09-1923. CDD: 338.17334  
CDU: 338.43:633.34

24.04.09 29.04.09

012297

**Edição:**



Arquimedes Martins Celestino Edições e Serviços Gráficos Ltda.  
Rua Marechal Floriano, 38 / 705 • Centro  
20080-007 • Rio de Janeiro • RJ • Brasil  
Tel./Fax: (55 21) 2253-3879  
[www.arquimedesedicoes.com.br](http://www.arquimedesedicoes.com.br) • [edicoes@arqedit.com.br](mailto:edicoes@arqedit.com.br)

**Apoio:**



# Sumário

<b>Os Autores .....</b>	<b>7</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>9</b>
Ana Clara Torres Ribeiro	
<b>Apresentação .....</b>	<b>13</b>
Júlia Adão Bernardes	
Roberta Carvalho Arruzzo	
<b>Mapa do Vale do Araguaia .....</b>	<b>17</b>
<b>Murais da libertação .....</b>	<b>18</b>
Capítulo 1	
<b>Modernização: a lógica do capital e o direito dos excluídos .....</b>	<b>25</b>
Júlia Adão Bernardes	
Capítulo 2	
<b>“Ocupando” o Vale do Araguaia: encontros e conflitos entre diferentes territorialidades durante o século XX .....</b>	<b>47</b>
Roberta Carvalho Arruzzo	
Capítulo 3	
<b>Práticas espaciais e difusão da agricultura de precisão na Microrregião de Canarana – MT .....</b>	<b>71</b>
Luís Angelo dos Santos Aracri	
Capítulo 4	
<b>Desmatamento, agricultura moderna e políticas públicas em Mato Grosso: novos paradigmas, antigas limitações .....</b>	<b>89</b>
Fábio Giusti Azevedo de Britto	
Capítulo 5	
<b>Movimentos sociais no Vale do Araguaia – MT .....</b>	<b>123</b>
José Bertoldo Brandão Filho	



## Os autores

**Júlia Adão Bernardes** é Doutora em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona, professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso e pesquisadora do CNPq. E-mail: julia.rlk@terra.com.br e julia.rlk@gmail.com

**Roberta Carvalho Arruzzo** é Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: betarruzzo@hotmail.com

**Luís Angelo dos Santos Aracri** é Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor substituído da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: aracri@terra.com.br

**Fábio Giusti Azevedo de Britto** é Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisador da Coppe do IVIG – Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (PPE – Programa de Planejamento Energético) e formador do LT&F – Laboratório de Trabalho e Formação (PEP – Programa de Engenharia de Produção). E-mail: fabiogeografia@gmail.com

**José Bertoldo Brandão Filho** é Especialista em Políticas Territoriais pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: jobran1@hotmail.com



## Prefácio

O livro **Geografias da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia** demonstra que o reconhecimento da complexidade constitui um caminho obrigatório para a análise da estruturação do território do País. De fato, existem limites para a homogeneização desejada pelos que comandam a globalização da economia. Desconhecer estes limites significa, ao fim e ao cabo, ignorar a história e perder de vista qualquer possibilidade de controle social da modernização econômica em curso.

Este livro resgata tradições do pensamento social brasileiro e avança em direção a alguns ângulos fundamentais do novo, tal como surge na difusão da técnica, nos circuitos espaciais da produção e na reorganização do trabalho. Na face da valorização do pensamento social brasileiro, destaco: a adoção da técnica como fio condutor da análise crítica da modernização; a escolha de um produto-chave como epicentro da observação da dinâmica econômica; a tessitura de vínculos entre economia e território, impedindo que a análise da produção ocorra sem o estudo detalhado de contexto.

Essas orientações fazem com que, em **Geografias da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia**, a temática da fronteira seja refeita com base nas características únicas da atual fase do capitalismo e no confronto entre interesses dominantes e formas de produzir (e de reproduzir) pré-existentes. A valorização do contexto possibilita que a complexidade não seja reconhecida, apenas, através da nova divisão técnica do trabalho, da intervenção do Estado ou do dinamismo do mercado.

A complexidade inclui, para os autores deste livro, a obrigação de marcar a copresença de outros personagens: pequenos produtores agrícolas, assentados, posseiros, indígenas, defensores dos direitos humanos, herdeiros de lutas pretéritas, lideranças políticas. Inclui, ainda, o dever de registrar as condições de trabalho na grande empresa capitalista, enfatizando mecanismos responsáveis pela concentração da terra e da riqueza e, logo, pela exclusão social. A análise de contexto permite então dizer que, na novíssima fronteira, (des)combinam-se diferentes temporalidades e espacialidades, sob a influência de pactos sociais que reduzem a veracidade dos discursos eufóricos.

Distantes de qualquer euforia, os autores de **Geografias da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia** acionam uma perspectiva analítica que se submete a obrigações teóricas como as trazidas, por

exemplo, por Florestan Fernandes (1977), quando destaca a modernização do arcaico e a arcaização do moderno nos processos de modernização do País. Ou, ainda, a exigências como as formuladas por José de Souza Martins (1997), quando impede que a última onda modernizadora possa ser reconhecida como a única temporalidade da fronteira. Sendo justo acrescentar que estas exigências dialogam, no âmbito da geografia crítica, com a noção de rugosidade proposta por Milton Santos (1978).

Em verdade, estamos frente a uma nova interpretação potencial da fronteira, construída pelo desencontro entre a velocidade exigida pelos impulsos globais e as permanências oriundas das lutas sociais, de processos anteriores de modernização e das formas patrimonialistas de exercício do poder. Existem, na região, diferentes memórias de também diferentes territorialidades. Esta multiplicidade de situações concretas impede que a análise se deixe conduzir, isoladamente, pelo elogio da técnica ou pela retórica dos bem sucedidos.

Daí a relevância do trabalho de campo que sustenta o livro **Geografias da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia**. Um trabalho que, assumindo o fio condutor dos sistemas técnicos e dos sistemas de ação, como proposto por Milton Santos (1996), é capaz de valorizar narrativas e de reconhecer sujeitos da ação; evitando, com esta opção, que o pensamento crítico colabore para o alisamento do espaço ansiado pelos atores dominantes. Realmente, não se trata, apenas, de distribuir benefícios da modernização – o que já seria muito – mas, de valorizar, plenamente, sentidos da existência e da experiência, reconhecendo outros futuros possíveis.

A linha de pesquisa que conduz o livro possibilita que a análise do agronegócio – simbolicamente impresso, no território, pelo traçado da BR 158 – seja pressionada por outras “vocações” da região, baseadas em valores culturais que transcendem a lógica do lucro. Nesta outra face da região, a logística territorial do capital e do Estado é confrontada pelas memórias políticas do Vale do Araguaia – celeiro e túmulo de ideários políticos, formas alternativas de apropriação da terra e lutas por direitos sociais. De um estudo rigoroso de contexto – que inclui forma e conteúdo, estrutura e processo, linha e extenso –, emergem a incerteza e instabilidade, cuja compreensão é indispensável à análise das ações sociais.

O livro **Geografias da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia** propõe uma leitura ativa do território, que recusa a crença na neutralidade da técnica; uma crença que descola a produtividade de seus custos sociais e capacidade destrutiva. Ao contrário de pesquisas apoiadas nesta crença, o livro demonstra que a expansão sistêmica da técnica modela relações sociais que ameaçam a sobrevivência ou efetivamente destroem outras formas de produzir e viver. Assim, a fronteira configurada pelo

agronegócio, além de significar *commodities* para os mercados mundiais, “fecha” circuitos produtivos, desenraiza culturas e transmite ideários.

Trata-se de uma ocupação da região baseada na mais nova versão da “era tecnológica” e no poder de sedução da técnica, como Álvaro Vieira Pinto (2005) permite reconhecer: “O futuro deixa de ser ameaçador, perde o caráter de incógnita, não traz consigo qualquer mudança substancial no status dos grupos dirigentes, mas apenas se refere a realizações cada vez mais portentosas na conquista das forças naturais, com o que mais merecida e meritória aparece a sociedade atual capaz de promovê-lo” (pág. 40).

A fronteira, que condensa qualidades (e quantidades) do último moderno, é reconstruída, no livro, através de vínculos entre estratégia e fatalidade, poder e território, evento e herança. Nesta abordagem, a fronteira é mapeada por conceitos que permitem reconhecê-la como projeto dos mais poderosos, que antecipam a sua ação, e como espaço orgânico dos que lutam pela vida nos interstícios e lacunas da ordem dominante e da cooperação capitalista, verticalizada e excludente.

A transumância do trabalho concreto retoma formas pretéritas de produção nos movimentos da fronteira marginalizada, enquanto a técnica atual modifica as resistências à ação dominante. Por esta razão, as contradições entre natureza e sociedade e, ainda, entre técnica e consciência emergem, na fronteira, como uma estranha simbiose entre impulsos globais e uma hiper atualizada acumulação primitiva de capital, que inclui a alocação socialmente seletiva dos investimentos públicos, a grilagem de terras e a violência.

A experiência da (e na) fronteira, relatada nos capítulos deste livro, é tensa e traumática. Nela, os arranjos espaciais significam a coexistência conflituosa de diferentes racionalidades, que acompanham a imposição de uma ordem técnica que transforma a experiência de classe. As linhas de transmissão da nova ordem territorial demandam terra e reduzem o trabalho necessário, ao mesmo tempo em que geram novos recursos e criam carências apenas satisfeitas por mais técnica.

Difunde-se uma sistematicidade que sustenta uma eficácia extrovertida. Frente à destruição sócio-cultural e ambiental associada à eficácia sistêmica, não basta, como indica este livro, amenizar os impactos negativos da forma dominante de produzir. É necessário superar a alienação espacial, identificar energias sociais com capacidade de disputar o futuro, reconhecer conquistas institucionais relacionadas ao avanço da consciência coletiva e defender, com base no exame da complexidade, condições propícias à cooperação horizontal entre diferentes tempos sociais, saberes e formas de produzir.

**Geografias da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia** apresenta a fertilidade de um trabalho coletivo em que a busca

da informação exata não impede o povoamento da região estudada por grupos sociais, etnias, personagens e ações que transformam o espaço abstrato em projetos vitoriosos ou fracassados, processos de cooperação ou de competição, novas territorialidades e mobilidade forçada. Alargase, assim, o tempo-espaço da BR-158. As linhas de sucessivos projetos de modernização se sobrepõem, cruzam, nutrem ou anulam. Estas linhas representam enredamentos, possibilidades e armadilhas para muitos. Por este motivo, a fronteira da técnica só pode ser compreendida quando a pesquisa não oculta as perdas sociais absorvidas na produção da riqueza.

É esta a lição central de um livro que se posiciona contra a abstração dos determinantes espaciais e políticos das condições de vida na região estudada. **Geografias da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia** oferece diferentes aproximações da complexidade da região, destacando a autonomia relativa dos sujeitos sociais e as lutas pela sobrevivência frente aos comandos da economia globalizada. Propõe, em acréscimo, um rico roteiro para a atualização do pensamento crítico. Por estas características, a sua leitura será certamente útil aos comprometidos com a conquista de uma vida coletiva pautada na diversidade e na justiça.

Rio de Janeiro, maio de 2009

Ana Clara Torres Ribeiro

## Referências bibliográficas

---

Fernandes, Florestan – 1977 – “Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina” In Raúl Benítez Zenteno (coord.) *As classes sociais na América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Martins, José de Souza – 1997 – *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*, São Paulo: Departamento de Sociologia da FFLCH-USP/HUCITEC.

Pinto, Álvaro Vieira – 2005 – *O conceito de tecnologia*, Rio de Janeiro: Contraponto.

Santos, Milton – 1978 – *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*, São Paulo: HUCITEC/Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, Milton – 1996 – *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo: HUCITEC.

# Apresentação

## Vale do Araguaia: contradições de uma fronteira agrícola moderna

*"Teriam elas o direito de entrar na intimidade desse povo? Só a discrição de um amor solidário poderia justificar a entrada na vida de um povo sofrido e espoliado. A autenticidade dessa aliança tinha ainda de ser verificada e selada na vida: no dia-a-dia, no sol, no vento; na luta pela mandioca de cada dia, pela saúde, pela preservação da cultura e da terra deles, ameaçadas pelos poderosos com a conivência dos governantes; na dor e na alegria, na luta e na esperança, nas riquezas e nas limitações de uns e de outros".*

(O Renascer do Povo Tapirapé, 2002, p.21)

Este livro nasceu com a elaboração do projeto "Fronteiras em mutação na agricultura moderna na BR-158 mato-grossense", aprovado pelo CNPq e desenvolvido pela equipe do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para conhecer melhor que tipo de mudanças vêm acontecendo nas fronteiras do Vale do Araguaia, foi necessário nos aproximarmos da mesma através do trabalho de campo realizado em julho de 2007, o qual despertou em nós idéias, reflexões, dúvidas e estímulo a novas maneiras de pensar.

A investigação de campo reuniu profissionais de diversas áreas, significando um esforço no sentido de "resistir àquilo que separa, desintegra e distancia, mesmo sabendo que a separação, a desintegração e o

distanciamento ganharão a partida” (Morin, 1994: 274). Assim, o sociólogo João Carlos Barrozo e sua mestranda Aparecida, o historiador Vitale Joanoni Neto e suas alunas de graduação, todos da Universidade Federal de Mato Grosso, vieram juntar-se ao grupo do NUCLAMB, representado por nós, Angelo, Fábio, Brandão e Osni, enriquecidos ainda com a participação da arquiteta Luciana Pinto, doutoranda da Universidade de Barcelona e do mestrando Luciano Duque Jardim, do CPDA (UFRRJ).

O que nos ensinou o trabalho de campo dessa pesquisa no Vale do Araguaia? Ensinou-nos sobre a trajetória da agricultura moderna, da técnica, sobre a história dos índios, posseiros, assentados, sobre os contrastes e conflitos, sobre a vida.

A travessia da primeira metade da rodovia, que começou em Barra do Garças e se estendeu até Querência, nos revelou a paisagem do agronegócio, da técnica, do asfalto, das cidades modernas. Em Nova Xavantina fomos recebidos carinhosamente por Gilmar Bonfanti, antigo orientando do mestrado de geografia da UFMT, que nos abriu os primeiros contatos, possibilitando o encontro com um dos colonizadores, o pastor luterano Ênio Schwants. Em Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Canarana e Querência entrevistamos antigos moradores, representantes das prefeituras, pessoal do agronegócio, visitamos fazendas-modelo, como a Tanguero. Aí aprendemos sobre a marcha da agricultura moderna e seus desafios.

Na segunda metade desse eixo de escoamento, ou seja, a partir de Ribeirão Cascalheira até Santa Terezinha, a caminhada foi mais difícil, já que a rodovia se encontra em péssimas condições, revelando uma paisagem menos tecnicizada e cientificizada, ou seja, mais natural e primitiva. A cultura desses territórios nos desafiou a não nos confinarmos na nossa especialização, nos ajudou a contextualizar os saberes, as informações “no contexto que esclarece seu sentido” (Morin, 1994, p. 45), nos levou a situar esta realidade no global, contribuindo para entendermos a parte no todo e o todo na parte, e a integrarmos o velho ao novo e o novo ao velho.

Com a ajuda do padre Alex, a caminhada foi marcada pelo encontro com as irmãs do Tapirapé, que escolheram este povo por ser aquele “que, de senhor da sua própria terra passara a minoria abandonada e espoliada, com seus direitos roubados, sua dignidade ofendida, sua cultura ignorada e sua fé desprezada” (O Renascer do Povo Tapirapé, 2002, p.21), e que ali chegaram porque queriam ser acolhidas, queriam aprender com eles, porque eram diferentes, queriam amar, queriam acolher os segredos desse povo com o respeito enorme por aquilo que lhes seria desvendado (O Renascer do Povo Tapirapé, 2002).

Nessa nova fronteira do capital, onde a soja começa a despontar, entramos em contato, em Santa Terezinha, com lideranças dos movimentos sociais dos anos 70 que apoiaram os posseiros na luta pela terra na

prelazia São Félix do Araguaia. Ficamos sabendo, através das mesmas, sobre as práticas e experiências atuais na região, baseadas em valores em boa parte estruturados e vivenciados nos anos 70, em relação a como viver, respeitar os outros, ser solidário.

Na fazenda Gameleira, foco de graves problemas vinculados à exploração do trabalho no corte da cana, foi possível cartografar as reações dos trabalhadores, do empresário, das organizações públicas e sindicatos. Nos assentamentos que visitamos tivemos oportunidade de perceber as dificuldades dos assentados para sobreviver.

Nessa região, em muitos municípios pesquisados, os murais da libertação encontrados nas igrejas e capelas atraíram a nossa atenção e nos tocaram profundamente, particularmente o de Santa Terezinha, Querência e Ribeirão Cascalheira. Queremos deixar registrado o nosso agradecimento ao autor dos murais, Maximino Cerezo Barredo e ao fotógrafo José María Concepción, pela gentileza de prontamente autorizarem a sua divulgação neste livro, bem como ao bispo Dom Pedro Casaldáliga, pela liberação de um de seus poemas para esta publicação.

Retomamos a pergunta feita no início desta apresentação: o que nos ensinou esse lado do Vale do Araguaia? Ajudou-nos a compreender as idéias, opiniões e crenças de tantas pessoas, como chegaram a elas, e por quê.

Como lembra Morin, a crueldade é parte constitutiva do universo, seja o do ser humano, seja o da sociedade. No Vale do Araguaia, a crueldade também foi parte constitutiva da produção do território, particularmente nos anos 70. Entretanto, Morin também nos lembra que as forças fracas de associação, de agregação, de união, de resistência são capazes de se estender e combater a crueldade que se manifesta na forma de egoísmo, indiferença, voracidade pelo dinheiro, propriedade, poder, e de resistir à desintegração, plantando a esperança.

A partir da percepção de que também fazemos parte dessas forças fracas, nos esforçamos para reunir nossas reflexões e apresentá-las em forma de livro, apesar de seu caráter experimental e de constituírem trabalhos conjunturais, mas que podem servir para desenvolver novas idéias e converter-se em novos instrumentos de pesquisa.

Em suma, nesse trabalho de campo fomos caminhantes, fizemos inúmeras travessias, circulamos em distintos espaços da sociedade, procuramos entender como essas fronteiras se formaram e transformaram, e reunimos toda essa experiência na elaboração deste livro para, a seguir, a partir da mesma, recomeçar mais uma vez, também agora transformados.

*Rio de Janeiro, julho de 2009*  
*Júlia Adão Bernardes*  
*Roberta Carvalho Arruzzo*

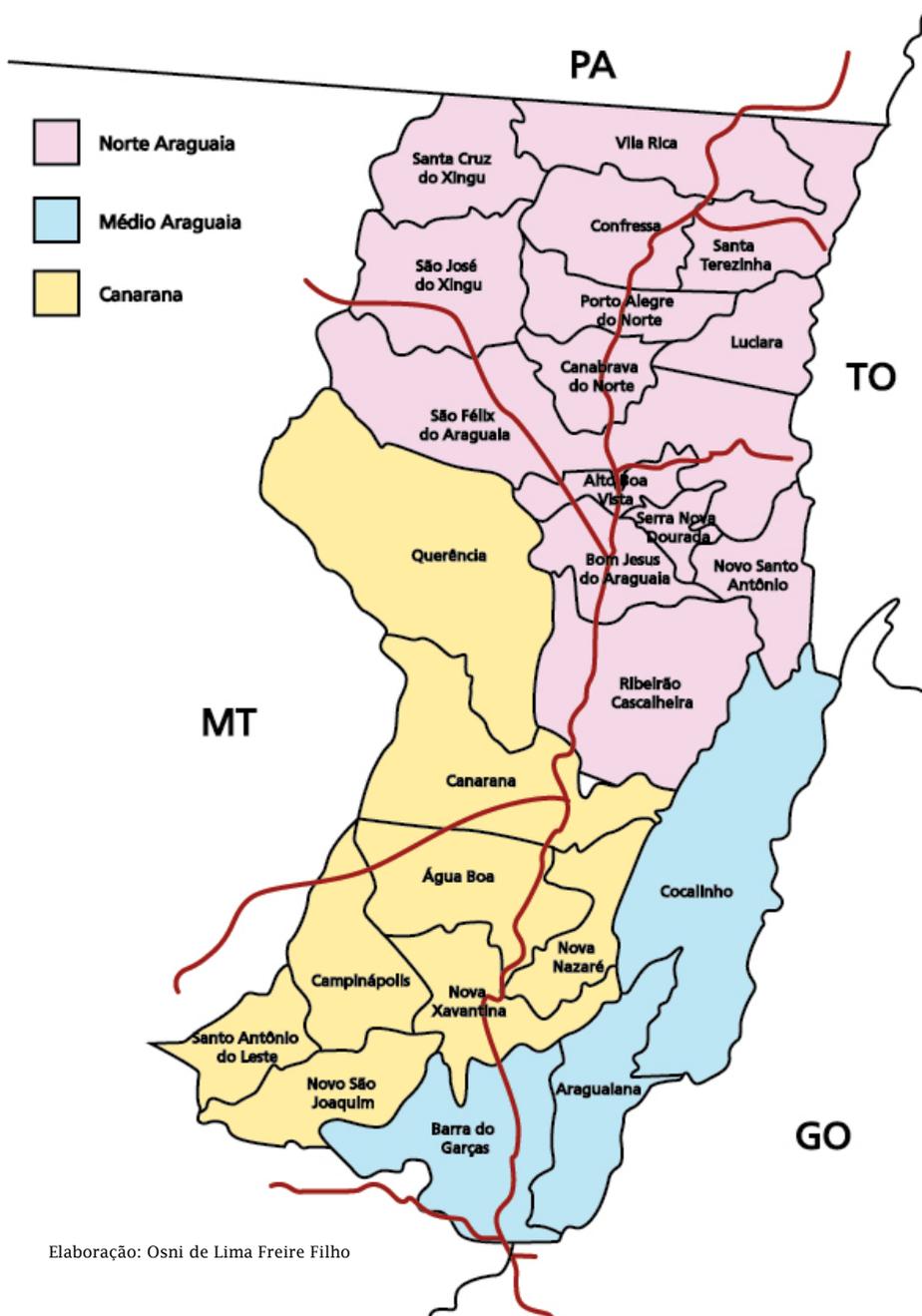
## **Referências bibliográficas**

---

MORIN, Edgard. *Meus demônios*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1994.

IRMÃZINHAS DO TAPIRAPÉ. *O Renascer do povo Tapirapé*. São Paulo: ed. Salesiana, 2002.

## Os municípios da região do Vale do Araguaia segundo as microrregiões sob influência da BR-158 – MT



## Murais da libertação

Prelazia de São Felix do Araguaia, Mato Grosso

Pinturas Cerezo Barredo, Poesia Pedro Casaldáliga



### 1. O REINO E O ANTI-REINO

*(Na igreja do Morro de Areia, em Santa Terezinha, 1989)*

Nas trevas da mentira  
a máquina do lucro,  
a fome do poder,  
os ídolos da Morte.  
Diante deles caem  
os joelhos inocuos.  
Eles vêm massacrando  
teus anônimos filhos sem defesa.  
Seu braço imenso tenta  
capturar-nos  
a todos, Pai da Vida!

Ajuda-nos a abrir  
as portas do santuário,  
igual que uma consciência,  
ao sol, ao mundo.  
ao curso do Araguaia.

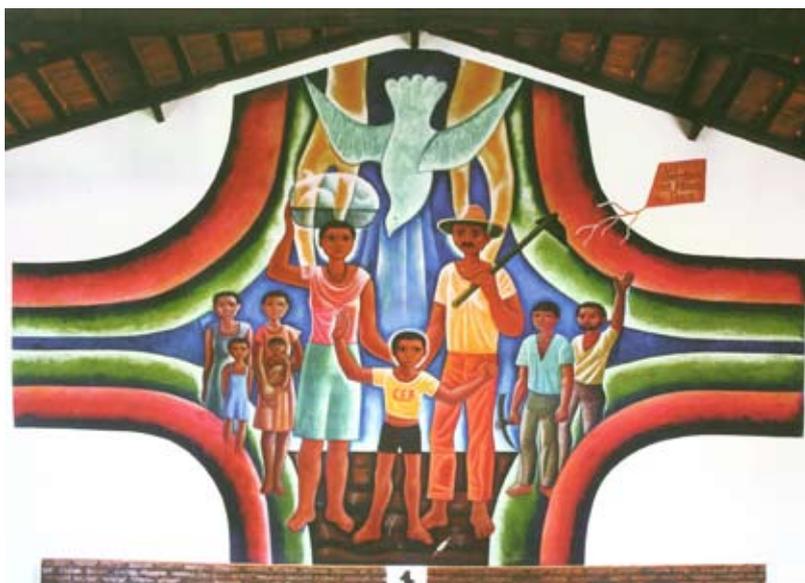
Entre o luar e a luta  
– dos índios e os tori –  
como um ventre de História  
todo o morro palpita.

Sob as telhas antigas da missão  
rompe a luz da Verdade  
no estandarte da Páscoa,  
e os passos de Francisco,  
do Povo e dos romeiros,  
se acrescentam ao Passo.  
Sem medos, na esperança;  
sem deuses, Deus-conosco;  
na graça e na conquista  
do Teu Reino!



**2. MAGNIFICAT, CANTO DA LIBERTAÇÃO**

*(Na igreja de Luciara, 1993)*



**3. NA FAMÍLIA DE DEUS**

*(Na igreja de São José, em São Félix do Araguaia, 1989)*



#### 4. NO COMPROMISSO DA PROFECIA

*(Na igreja de São João Batista, em Ribeirão Cascalheira, 1990)*



#### 5. NASCER DE NOVO

*(Capela do Batismo na Igreja de São Pedro, em Vila Rica, 1992)*



**6. ÁGUA, TERRA, PÃO**

*(Capela dos Sacramentos na igreja de São José, em São Félix do Araguaia, 1989)*



**7. NA DIACONIA DO REINO**

*(Na Igreja de São Pedro, em Vila Rica, 1992)*



### **8. EUCARISTIA, DOM DE DEUS, FRUTO DO TRABALHO**

*(Na igreja de São José do Xingu, 2001)*



### **9. NA CEIA ECOLÓGICA DO REINO**

*(Na igreja de Querência, 2001)*



**10. O MAIOR AMOR**

*(No santuário dos Mártires da Caminhada, em Ribeirão Cascalheira 1986)*



**11. A PÁSCOA DE CRISTO E A PÁSCOA DO POVO**

*(Na catedral de São Félix do Araguaia, 1977)*



## **Irmã Genoveva**

Irmã Genoveva, uma das Irmãzinhas de Jesus que vive com o povo Tapirapé desde 1952, em entrevista concedida aos pesquisadores em 24 de julho de 2007, em Confresa (MT).

# Modernização: a lógica do capital e o direito dos excluídos

*Júlia Adão Bernardes\**

## **Introdução**

---

Mato Grosso constitui um laboratório onde as experiências de inovações, vinculadas a mudanças no atual paradigma técnico-científico, indicam determinado rumo. Contudo, tais experiências não podem ser consideradas como um modelo acabado, porque isso significaria ignorar as especificidades históricas, econômicas, culturais e espaciais que não podem ser transplantadas para outra realidade.

O presente trabalho está voltado para a compreensão de algumas dessas experiências que resultam na constituição dos novos espaços produtivos, buscando apreender as novas formas de organização da sociedade e as relações emergentes, onde vão se instituindo processos que envolvem a implantação e a articulação de atividades modernas, impulsionados pela dinâmica de reprodução do capital, significando novas possibilidades de uso do território no cerrado.

Trata da expansão da empresa capitalista na área de influência da BR-158, de como se constituiu nos anos 70 uma nova fronteira da agricultura moderna na porção sul desse corredor de exportação e, na parte norte, de como se deu a implantação dos grandes projetos agropecuários, procurando identificar as contradições que essa expansão envolvia, assim como as distintas visões de modernidade e os valores subjacentes às mesmas.

Aborda, também, o movimento de disseminação recente da empresa capitalista na parte norte do eixo da BR-158, favorecida por uma nova logística de escoamento da produção na direção sul/norte, buscando analisar como o capital avança sempre associado à propriedade da terra, identificando as possibilidades e dificuldades dos pequenos produtores agrícolas, assentados, posseiros e trabalhadores rurais face ao novo processo de imposição de novos usos ao território usado.

---

\* Este trabalho contou com substancial contribuição da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Clara Torres Ribeiro, a partir dos cursos ministrados, palestras e debates, aos quais tive o privilégio de assistir e que me enriqueceram profundamente.

Captar o fenômeno de expansão da agricultura moderna significa perceber a substituição de atividades menos rentáveis por outras mais lucrativas, a concentração e a centralização da terra e do capital e, conseqüentemente, do poder, o agravamento da inviabilidade dos pequenos produtores agrícolas sobreviventes na área, o aumento do trabalho temporário e da precarização do mesmo, os problemas de ordem ambiental, significa ver o território para a ação política, o que exige lê-lo como totalidade.

## **Progresso e atraso, moderno e tradicional**

---

Começemos com a exposição de três fatos importantes percebidos no trabalho de campo, no Vale do Araguaia, em julho de 2007. Em nossas incursões na BR-158 mato-grossense um dos aspectos que primeiro atraiu a atenção dos pesquisadores foi a diversidade de situações no que concerne ao uso do território e à organização dos grupos sociais, os quais apresentavam distintos níveis de complexidade, combinando processo histórico, exploração da terra e organização social de diferentes formas, em sua face visível.

Enquanto na parte sul domina o modelo sócioeconômico agroindustrial moderno, na porção norte esse estágio ainda não foi alcançado, predominando a pecuária extensiva e formas tradicionais de uso da terra. Foi exatamente nesta última que aconteceram as lutas populares no campo nos anos 70, no contexto da ditadura militar, lideradas pela igreja católica que atuava na linha da teologia da libertação, irradiados a partir da prelazia de São Félix do Araguaia, onde se destacava a figura do bispo Dom Pedro Casaldáliga. Tais movimentos eclodiram para apoiar os posseiros expulsos de suas terras devido à implantação de grandes projetos agropecuários na região. No processo de resistência, lideranças locais emergiram e novas foram forjadas nas lutas, deixando marcas que permanecem de distintas formas até os dias atuais. Este constituiu o primeiro aspecto marcante da pesquisa de campo.

Um segundo fato diz respeito à entrevista realizada no município de Santa Terezinha, na tribo Tapirapé, um povo do grupo tupi que vive às margens do rio Tapirapé, com uma Irmãzinha de Jesus, a qual, juntamente com outras duas Irmãszinhas, desde 1952 vive na região do Araguaia, junto desse grupo indígena. A irmã Genoveva nos contou que escolheram os Tapirapé porque na época estavam doentes e desnutridos, perdendo as terras, eram apenas cinquenta e se encontravam ameaçados de extinção face às incursões dos Kayapó. Permaneceram com eles não para catequizá-los, mas para ficar ao seu lado, simplesmente para mostrar-lhes que eles eram importantes, que tinham valor.

Nesses quase 50 anos de permanência, trataram de suas doenças, já que uma Irmãzinha era enfermeira, os Tapirapé recuperaram suas terras, a autoestima, muitos estudaram fora, e hoje são aproximadamente oitocentos. No livro “O renascer do Povo Tapirapé”, diário das Irmãzinhas de Jesus, Beozzo (2002, p.13) assinala que o que há de singular na ida das Irmãzinhas ao Tapirapé é “sua atitude de aprendizado e convivência”, é “a escolha dos meios pobres”, passando a morar como eles, aprendendo com as crianças e jovens o idioma e as formas de sobrevivência na mata.

Um terceiro fato relaciona-se à entrevista realizada com o colonizador da região, ao fim daquela viagem, o pastor luterano alemão Ênio Schwantes, um dos responsáveis pela expansão do agronegócio nos anos 80. Após relatos sobre como se deu o processo de colonização da área, o avanço da agricultura moderna, as dificuldades e os desafios, o pastor Schwantes finalizou, afirmando: “Aqui nós trouxemos o progresso, trouxemos asfalto, técnica, máquinas, soja, cidades modernas. Aquele lá em cima, o Pedro Casaldáliga, o que trouxe? Nada. Lá tudo continua no mesmo”. Essas são as três narrativas das quais fui testemunha.

Estes episódios, reveladores de distintas visões de progresso e de modernidade, revestidos de diferentes valores, nos conduzem a algumas reflexões sobre progresso e atraso, moderno e tradicional.

Falando sobre valores Katie Argüello (1999, p.143) nos diz que “o valor é o resultado da atividade dos homens que, como seres culturais, encontram-se obrigados a efetuar escolhas”. No confronto de valores, as orientações conferem um significado e definem o caminho para a ação. Exemplo dessa orientação é a explicação weberiana do conceito de “personalidade”, que confere ao mundo um significado e organiza um comportamento prático. Entretanto, como lembra Marx (1999, p.150), os rumos tomados pela história não são previamente determinados.

Assim, os valores do colonizador Ênio Schwantes apontam para os símbolos do progresso: técnica, máquinas, agricultura moderna, logística (asfalto), urbano, símbolos que se banalizaram, como a idéia de modernização, contrapondo-se ao atrasado, ao que não tem mais apoio, ao que corre o risco de extinção. Talvez fosse a modernização que os colonizadores desejavam, mas não a que queriam os posseiros e o bispo de São Félix do Araguaia, os índios Tapirapé e as Irmãzinhas de Jesus. As ações da prelazia de São Félix e das Irmãzinhas do Tapirapé vinculavam-se a novos processos de organização, seja de resistência às formas brutais que a modernização assumia, seja a processos de resgate e de transformação das identidades sociais e culturais numa determinada conjuntura.

Nessa experiência histórica, é necessário reconhecer os determinantes internos e externos. Entre os determinantes internos destaca-se o território. O território que as Irmãzinhas e o Bispo queriam ajudar a manter

era um território conhecido, praticado o tempo todo, sentido, vivenciado, que estava na pele das pessoas, e as decisões e as ações foram produzidas com base numa certa estrutura de apoio e a partir desse determinante, que é o território, já que permanecer no mesmo era fundamental para os que ali viviam.

Por outro lado, as ações do poder público e dos empresários se relacionavam com uma conjuntura favorável à expulsão, a da ditadura militar, vinculada com a capacidade de agir, significando uma experiência de guerra em favor da expulsão, da exclusão e da pobreza, na medida em que a territorialidade dos diferentes, dos “mais atrasados”, não era admitida. Em O 18 Brumário Marx afirma que

os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (Marx, 1987, p.15).

Martins (1986, p.99) chama a atenção para o fato de que

não foi apenas o caráter ditatorial e militar do regime recém-encerrado que deu às lutas populares nas periferias urbanas e, sobretudo, no meio rural a dimensão de uma insubordinação, de uma desobediência civil. A ditadura tem em comum com a tradição liberal brasileira o caráter excludente.

Assegura que as manifestações de insubordinação, particularmente as lutas no campo, ganharam sentido numa “concepção alternativa de direito”.

As experiências de organização e resistência dos posseiros e indígenas do Vale do Araguaia nos anos 1970 constituíam uma luta que, como lembra Martins (1986), não podia ser confundida com a forma atual como propriedade é vista pela sociedade, pois a referência não era o seu valor no mercado, mas era uma luta por terra para trabalho, significando uma concepção alternativa de propriedade.

Esse direito é essencialmente o direito de trabalhar, de ter a terra para nela trabalhar e não direito à propriedade no sentido legal e dominante. É, portanto, um direito organizado em cima da concepção do ser e não da concepção do ter (Martins, 1986, p.100).

Assim sendo, a disputa do território no Vale do Araguaia, por parte da população local, se dava em torno de um sentido, da experiência social

de um povo e de um destino, embora numa conjuntura de correlação de forças extremamente desigual. Não se tratava de ser proprietário de terra numa visão de mercado, para ter poder, mas para trabalhar, significando alcançar posições mais progressistas.

Como afirma Milton Santos (1994), o homem pobre, resistente, que não domina o saber moderno, pode fazer outro território e também levar a mudanças. Aqui, a categoria território usada, de Santos, é adequada, na medida em que se refere aos diferentes usos do território e não apenas aos usos dominantes, onde o político se reveste de maior importância.

Falar de modernização enquanto projeto significa falar de sentido. A que projeto de modernização estamos nos referindo? No caso da igreja da Teologia da Libertação, trata-se de uma visão que percebe, que apreende as contradições, que busca transformações no que se refere aos mais oprimidos, que aponta para territorialidades concretas no território usado. Tratando-se das Irmãs, as mesmas também são portadoras do moderno, ainda que em vestes tradicionais, configurando sujeitos sociais (Ribeiro, 2007).

No que concerne à visão dos colonizadores, talvez possamos encontrar algum esclarecimento em Weber (2004), em "A ética protestante e o espírito do capitalismo", onde o autor procura estabelecer o nexo entre religião e modernização, enfatizando como algumas denominações protestantes operaram com mais força, favorecendo o desenvolvimento do espírito capitalista. Na tradução weberiana de Schluchter (1999, p. 129-130), para uma determinada variante do protestantismo, o protestantismo ascético, a ideologia econômica capitalista se caracteriza "por uma forma peculiar de interpretação da salvação", interpretação vinculada a certa concepção da idéia de Deus (predestinação), envolvendo radical submissão a Deus, sem mediações, e da possibilidade de sucesso na vida. Esta última idéia significa que o homem tende a acreditar nesse mundo, sendo uma ferramenta para a realização de Deus, havendo uma relação positiva entre ânsia de salvação e afã de lucro, acreditando existir uma recompensa religiosa para o cumprimento do dever profissional.

Embora não seja nosso propósito nos adentrarmos nessa discussão, esse argumento talvez contribua no entendimento de concepções de mundo que envolvem o sagrado e o profano, vinculadas ao processo de modernização capitalista. Nessa direção, não é difícil compreender, no que se refere à visão dos promotores da expansão do agronegócio, que se trata de uma outra frente de modernização, vinculada a uma outra racionalidade, que nos remete a um outro tipo de modernização, a dominante, presente de forma globalizada e controlada, que utiliza os instrumentos atuais, constituindo formas de enriquecimento rápido através dos recursos acumulados historicamente e que são repassados aos mercados internacionais. Segundo

Ribeiro (2007), esta modernização permanece no presente reduzindo as possibilidades de projetos alternativos.

Associada à modernização assentada no domínio da técnica, de saberes especializados, que vem se tornando cada vez mais seletiva em termos do acesso ao domínio do saber, emergem valores morais, estéticos, vinculados a novos estilos de vida, implicando em novas regras, novos tempos e usos do território. Novas regras associadas aos mecanismos de reprodução do poder; novos tempos em função de uma nova eficiência dos mesmos com novos elementos de controle; novos usos do território traduzidos na eficiência técnica e de saberes, que potencializa o trabalho, associada à dotação de capital e poder, com normas estabelecidas, resultando em destruição de tempos e aumento da desigualdade, de modo a viabilizar a acumulação.

Sem sombra de dúvida, aos agentes responsáveis pela expansão da agricultura moderna nos anos 70 no Vale do Araguaia, não agradava a forma como a população não integrada se movia, ou como buscava se integrar. Nessa direção, é fundamental analisar também o sistema de ações dos não dominantes, que fizeram outros usos do território, e que podem nos trazer outras histórias, outras leituras, como mostram as resistências políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas da região.

No caso dos índios Tapirapé, que nos anos 60 se encontravam em fase de extinção, estando excluídas as suas possibilidades de inclusão social na modernidade técnica e dos saberes especializados, já que essa fronteira é o lugar do desencontro, a reação envolvia um refazer da história, criando um novo território, um território que até ali se ocultava daqueles que o produziram, estabelecendo novas fronteiras, tornando-se sujeitos sociais cada vez mais presentes na história da região, transformando-se a partir de dentro.

Nesse contexto, redes técnicas e redes sociais podem ser reconhecidas. As redes técnicas apresentando conteúdo técnico, e as redes sociais construindo movimentos sociais, resultado do tecido social, que implica em cultura e práticas diárias, constituindo instrumentos para a resistência. Entretanto, escassez e abundância, pobreza e riqueza, são faces de uma mesma moeda, produto das relações sociais.

## **Repercussões locais e regionais das estratégias públicas e privadas que envolvem a expansão da agricultura moderna pós 1970**

---

No período pós 70 a região Centro-Oeste passou a vivenciar um movimento de atualização de certo rompimento com o tradicional para

que pudesse emergir o novo movimento do capital, estabelecendo novas fronteiras que iriam favorecer uma nova forma de acumulação. Portanto, partir para a análise do novo significa ver também o que foi rompido. Compreender a modernização do cerrado no Centro-Oeste, em Mato Grosso e no Vale do Araguaia significa compreender o território, seu uso, e como o Estado o viabilizou e o modernizou para outras atividades.

Dentre as ações do Estado no sentido de criar condições para o estabelecimento da nova fronteira agrícola moderna, destaca-se a criação de novas vias de escoamento, de maneira a estabelecer conexões entre o espaço de produção e o de circulação, emergindo nesse contexto a BR-158, estando o escoamento da produção até o momento voltado para os portos do sul do país. Essa rede técnica é a forma que vai proporcionar novos fluxos, favorecendo a desestruturação do tradicional e a estruturação do novo.

As ações do Estado, traduzidas em processos de colonização pública e privada, promoveram fluxos migratórios oriundos do sul do país, particularmente do Rio Grande do Sul. Trata-se dos pequenos produtores da região de Carazinho, Passo Fundo, Erechim, Tenente Portela, entre outros, organizados pelos pastores luteranos alemães Norberto e Ênio Schwantes, que em 1972 elaboraram o Projeto Canarana para a área atualmente denominada de Microrregião Canarana.

Tal projeto de colonização privada resultou na criação dos atuais municípios de Nova Xavantina, Canarana, Água Boa e Querência, onde os fixos foram se multiplicando, diversificando, os lugares foram sendo valorizados e especializados, infraestruturas foram sendo implementadas, acelerando-se a circulação, mudando a divisão do trabalho em função da extensão do mercado e das ações do Estado. Mas a migração não se completou, muitos prosseguiram na busca de melhores condições, e a permanência de alguns levou à expulsão de antigos posseiros e índios, que foram adiante em busca de lugares onde o capital não se havia tornado ainda suficientemente atraente.

Em alguns municípios da Microrregião Canarana, a estrutura fundiária que se instalou inicialmente foi de pequenos proprietários, a qual, em pouco tempo se modificou na medida em que o processo migratório prosseguia, promovendo a concentração da terra. A colonização privada nessa área se distinguia da de outros lugares de Mato Grosso, uma vez que não manteve um estoque de terras, como ocorreu com as principais colonizadoras da BR-163, a exemplo das empresas colonizadoras de Sorriso, Sinop e Nova Mutum, que até hoje controlam o estoque de terras rural e urbano.

O quadro da área dos estabelecimentos agropecuários da região, com base nos dados do Censo Agropecuário de 1996, nos dá pistas a respeito

da estrutura fundiária da região. Na tabela 1 observa-se que, do total de 3.162.595ha correspondentes à Microrregião Canarana, envolvendo apenas seis municípios, 33,15% se situava no estrato superior a 10.000ha, com destaque para Querência, e 19,43% no intervalo 5.000 a menos de 10.000ha, significando excessiva concentração nos estratos mais elevados (52,58%), enquanto os intervalos dos médios estabelecimentos (500 a 5.000ha) participavam com 38,92% e os pequenos (até 500ha) apenas com 8,54% do total.

**Tabela 1**

**Área dos estabelecimentos agropecuários por estratos na Microrregião Canarana (hectares) – 1996**

Microrregião Canarana	Até 100	100 a menos de 500	500 a menos de 1.000	1.000 a menos de 2.000	2.000 a menos de 5.000	5.000 a menos de 10.000	10.000 e mais
Água Boa	11.065	44.064	47.986	58.673	161.438	101.422	198.036
Campinápolis	8.351	22.262	14.218	27.047	62.928	44.938	54.746
Canarana	1.586	64.000	69.579	86.996	167.706	156.784	142.951
Nova Xavantina	20.256	54.922	36.329	51.515	54.974	109.046	64.075
Novo São Joaquim	4.175	27.158	38.827	82.649	199.673	172.985	148.618
Querência	1.699	10.462	5.156	24.516	39.389	29.314	<b>440.082</b>
<b>Total</b>	<b>47.132</b>	<b>222.867</b>	<b>212.095</b>	<b>331.395</b>	<b>686.108</b>	<b>614.489</b>	<b>1.048.509</b>

Fonte: SIDRA - IBGE

Tratando-se da Microrregião Norte Araguaia, que envolve 14 municípios e totaliza 6.169.821ha, o aspecto mais relevante é a excessiva concentração da área dos estabelecimentos agropecuários no estrato superior a 10.000ha, correspondendo a 57,93% da área total dos estabelecimentos dessa microrregião, valores bastante distanciados dos intervalos 5.000 a menos de 10.000ha e 2.000 a menos de 5.000ha, respectivamente com 16,11% e 9,08%. Constituem os estratos com valores menos concentrados em área os correspondentes a 500 a menos de 1.000ha (2,86%) e o inferior a 100ha (3,14%).

No estrato superior a 10.000ha o município de Santa Terezinha detinha a maior área, aproximadamente 1.234.790ha, seguido de São Félix do Araguaia, com 623.807ha; contudo, Ribeirão Cascalheira, Alto Boa Vista, Vila Rica e São José do Xingu também apresentavam substancial nível de concentração da área dos estabelecimentos nesse segmento.

**Tabela 2**

**Área dos estabelecimentos agropecuários por estratos na Microrregião Norte Araguaia (hectares) – 1996**

<b>Microrregião Norte Araguaia</b>	<b>Até 100</b>	<b>100 a menos de 500</b>	<b>500 a menos de 1.000</b>	<b>1.000 a menos de 2.000</b>	<b>2.000 a menos de 5.000</b>	<b>5.000 a menos de 10.000</b>	<b>10.000 e mais</b>
Alto Boa Vista	10.900	81.107	17.378	16.696	40.425	69.017	381.571
Bom Jesus do Araguaia	-	-	-	-	-	-	-
Canabrava do Norte	22.888	30.483	14.675	12.265	46.355	40.172	59.038
Confresa	68.885	91.921	11.753	14.674	39.953	58.580	112.643
Luciara	2.604	11.008	8.463	6.715	19.580	21.523	26.900
Novo Santo Antônio	-	-	-	-	-	-	-
Porto Alegre do Norte	18.843	37.981	10.457	12.492	13.858	15.680	112.853
Ribeirão Cascalheira	16.569	33.395	23.125	46.526	65.359	161.929	406.908
São José do Xingu	14.858	29.914	8.631	24.319	154.631	298.316	302.373
Santa Cruz do Xingu	-	-	-	-	-	-	-
Santa Terezinha	11.983	17.938	4.207	6.244	21.381	40.572	1.234.790
São Félix do Araguaia	5.067	74.648	35.207	41.755	60.876	180.070	623.807
Serra Nova Dourada	-	-	-	-	-	-	-
Vila Rica	21.134	42.923	42.583	38.273	98.009	107.957	313.208
<b>Total</b>	<b>193.732</b>	<b>45.1318</b>	<b>176.479</b>	<b>219.958</b>	<b>560.427</b>	<b>993.816</b>	<b>3.574.091</b>

Fonte: SIDRA – IBGE

Em 1996, simultaneamente ocorria maior concentração da área dos estabelecimentos agropecuários na categoria proprietários, responsável por 96,14% da área total na Microrregião Canarana, ao passo que a condição arrendatários respondia apenas por 2,43%, a ocupantes por 1,16% e a parceiros por 0,26%. Na Microrregião Norte Araguaia os proprietários eram responsáveis por 94,43% da área total dos estabelecimentos, destacando-se os ocupantes com 5,28%, tendo participação inexpressiva as categorias arrendatário e parceiro.

Na Microrregião Norte Araguaia as ações do Estado se expressaram nessa época no processo de criação de grandes projetos agropecuários, como a Suiá Missu e a Codeara, entre outros, mas nessa região as ações estavam condicionadas pelo passado, já que as forças pretéritas tinham um grande peso, havendo uma disputa por parte dos antigos posseiros, pequenos proprietários e índios pela permanência nesse espaços, apoiados por redes de solidariedade envolvidas nas práticas sociais do cotidiano, que valorizavam a identidade social, redes que através do preenchimento das brechas buscavam alternativas de vida coletiva.

José de Souza Martins nos lembra que

as classes trabalhadoras têm sido incorporadas homeopaticamente ao processo político brasileiro, de modo que seu lugar nesse processo não seja nunca o da expressão autônoma e sim o lugar de força secundária, tributária, dependente (1986, p.81-82).

Foi, portanto, na luta, que foi se construindo esse tecido social, com estratégias que não foram pré-determinadas, mas forjadas no confronto, com enorme capacidade de refletir a ação, de refletir sobre o que se experimentava, resultando em destruição de tempos e aumento da desigualdade, já que aqueles homens simples que utilizavam o espaço pretérito não dispunham “do poder de disposição para dispor do território” (Weber, 1997).

Para produzir a nova fronteira os empresários se muniram de informações, de estratégias, de aliados, a exemplo das instituições estatais, além de grileiros e capangas e, para ocupar o território, utilizavam todos os meios a seu alcance para aniquilar os opositores. Nesse sentido, a ação significava algo produzido com determinações vindas do território e da conjuntura, da oportunidade de agir no tempo e no espaço adequado. Para conquistar o território, com vistas a “dispor da disposição” dos recursos, foi necessário submeter o foco “rebelde” utilizando a tática da guerra e as forças de apoio dispostas no território, e tudo isso aconteceu num determinado momento histórico.

A partir de então, novas estruturas econômicas, institucionais e sociais se impuseram, a exemplo da concentração da propriedade, do convencimento de novos valores, estruturaram-se novas relações capital/trabalho, ou seja, estabeleceu-se um quadro de relações sociais diferenciados num ambiente complexo formado por um conjunto de condições antagônicas, de diversidade de objetivos, valores e cultura. Ribeiro (2007) nos lembra que diferentes usos do território e distintos movimentos de organização e de resgate revelam que não somos uma única nação.

Assim, de forma diferenciada, nos anos 70 a fronteira agrícola moderna foi sendo construída na BR-158 mato-grossense, trazendo embutida a idéia de modernidade enquanto forma de produzir, que envolvia o que produzir e como produzir, significando novas organizações e relações sociais.

As ações no cenário da Microrregião Canarana, aparentemente sem conflitos, na base da colonização privada, produziram a sociedade da soja, da técnica, do asfalto, da cidade moderna, enquanto as ações dos atores representados pelas grandes empresas agropecuárias na Microrregião Norte Araguaia, tendo como pano de fundo a resistência da população

local, construíram a sociedade da pecuária extensiva. Portanto, a ruptura dos ordenamentos anteriores desagregou, desconstruiu e reconstruiu as relações de poder entre os grupos sociais tradicionais, implicando em processos de integração e exclusão, inerentes ao avanço das atividades modernas, significando funcionalidades e conteúdos distintos.

## **Expansão da agricultura moderna e sistemas técnicos de produção no contexto do papel exercido pela região fronteira**

---

Um dos aspectos definidores da expansão da fronteira agrícola moderna no Vale do Araguaia em direção ao norte de Mato Grosso é a logística de transporte. A BR-158, que corta o Vale do Araguaia de norte a sul, encontra-se asfaltada até Ribeirão Cascalheira, envolvendo a área concentrada de produção agrícola moderna. A viabilização da pavimentação dos 515km entre Ribeirão Cascalheira e Vila Rica possibilitará a expansão do agronegócio em direção ao norte de Mato Grosso, devendo a produção escoar, através de rodovia já asfaltada, até Carajás e, por meio da ferrovia, atingir o Porto de Itaqui/Ponta da Madeira, no Maranhão. Na obra, já iniciada, com conclusão prevista para 2009, devem ser aplicados recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da ordem de 400 milhões de reais. Além desta, outras estratégias de escoamento da produção na direção norte vêm sendo analisadas.

Nesse contexto, a antecipação espacial vem constituindo uma prática dos agentes do agronegócio, seja adquirindo terras a menor preço, ou selecionando as melhores localizações e, muitas vezes, implantando-se na região, a exemplo da *trading* Bunge e da empresa Araguassu, produtora de biodiesel, em Porto Alegre do Norte, aguardando a pavimentação da rodovia para seu funcionamento efetivo. Portanto, prevê-se utilização intensa dessa via de escoamento, implicando em valorização da terra e substituição de atividades tradicionais.

Caracterizar os subsistemas territoriais de produção na fronteira corredor de exportação da BR-158 nos leva a pensar esse espaço como constituído na base de interações, fruto de interrelações em múltiplas escalas, assim como locus de convergência de distintas trajetórias e de múltiplos processos, encontrando-se as distintas realidades dessas microrregiões em constante movimento de construção, ainda que de forma diferenciada.

Na atual conjuntura, na Microrregião Canarana intensificam-se as ações dos agentes hegemônicos no sentido de ocupar as brechas existentes

para a expansão da agricultura moderna, implementam-se novas técnicas, particularmente no município de Querência, ajustes na propriedade da terra vão sendo realizados e, onde predominam propriedades menores, passam a ser implementadas formas de terceirização de serviços, como a aplicação de adubo pela Bunge ou a colheita da produção no município de Nova Xavantina. Mas a tendência dominante é a concentração cada vez maior da propriedade, do capital e do poder.

Na Microrregião Norte Araguaia, pouco a pouco a agricultura moderna vem se infiltrando, primeiro adquirindo a terra, inclusive dos assentados, agora diferente de outros tempos, não num processo violento de expulsão, mas utilizando mecanismos de convencimento, oferecendo um preço melhor pela mesma. E mais uma vez a migração não se completa. Como lembra Milton Santos (1994), o pobre, o migrante, o homem resistente, que não tem a condição da modernidade, que não tem a mediação da técnica, é um desbravador do espaço como base de sobrevivência. Entretanto, conforme ressaltado anteriormente, esse homem lento que não domina o saber moderno, pode fazer um outro território e levar a mudanças.

Nesse contexto de avanço da agricultura moderna, a soja cresceu entre 1996 e 2007 na Microrregião Canarana cerca de 318%, alcançando na Microrregião Alto Araguaia 196.404 toneladas em 2007, aumentando o milho nesse período 92% na primeira e 48% na segunda, apresentando o algodão incremento de 3.259% na Micro Canarana e já marcando sua presença com 4.554 toneladas na Micro Alto Araguaia.

Se a expansão do agronegócio vai induzindo a migrar a população que não conseguiu ser integrada, em busca de novas áreas, mais distantes, por outro lado, também podem ser identificadas nesse território usado as organizações dos dominados, reveladoras das resistências políticas, sociais, culturais, econômicas e ideológicas, e que podem nos fornecer outras histórias, outras leituras da realidade, significando que temos aí muitas nações e não uma única, como nos lembra Ribeiro (2007).

Na medida em que o uso do espaço requer previamente sua apropriação e domínio sistemático, domínio sobre a natureza e os homens, esse modelo de apropriação traz implícito um nível de relações sociais de produção. Dessa forma, tornar esse espaço funcional passava pelas adequações à sua nova função, constituindo uma nova forma de produção do mesmo (Sánchez, 1991), significando que o modo de produção deveria moldá-lo conforme seus interesses. Portanto, a implantação e expansão da agricultura moderna no Vale do Araguaia, a partir de uma racionalidade científica traduzida na técnica, está em desacordo com o senso comum dos homens que se guiavam mais pelas forças da natureza.

Assim, as práticas econômicas modificaram o espaço físico na condição de valor de troca, gerando uma dinâmica de mercado em torno do próprio espaço, dinâmica que inclui a produção de bens materiais e a adequação do meio ambiente circundante às necessidades sociais. Esses espaços da expansão da soja estabeleceram conexões com o sistema econômico mundial, o qual, pela sua natureza competitiva globalizada, favorecia a formação de espaços corporativos de altas densidades técnicas na porção sul da BR-158.

Tais transformações ocorreram no contexto dos interesses dos grupos sociais hegemônicos que organizaram uma forma de produção fundamentada no progresso científico e tecnológico, cujos resultados podem ser observados em termos de expansão da área colhida de soja, magnitude da produção e rendimento médio.

Segundo dados do IBGE, em 2007 a Microrregião Canarana, por nós denominada de área concentrada da agricultura moderna do Vale do Araguaia, produziu 1.368.278t de soja, ou seja, 87,45% do total da região, ocupando 443.000ha, correspondendo a 87,20%, alcançando um rendimento médio em torno de 3.088 kg/ha. Os municípios de Querência e Santo Antônio do Leste destacaram-se como os maiores produtores e detentores de área colhida, devendo-se registrar o elevado nível de rendimento do segundo, ao redor de 3.239 kg/ha (tabela 3).

**Tabela 3**  
Quantidade produzida, área colhida e rendimento médio da soja – 2007

Microrregião Canarana	Quantidade produzida (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Água Boa	80.310	26.770	3.000
Campinápolis	-	-	-
Canarana	240.000	80.000	3.000
Nova Nazaré	3.690	1.230	3.000
Nova Xavantina	57.600	20.000	2.880
Novo São Joaquim	171.171	57.000	3.003
Querência	449.500	145.000	3.100
Santo Antônio do Leste	366.007	113.000	3.239
<b>Total</b>	<b>1.368.278</b>	<b>443.000</b>	<b>3.088</b>

Fonte: SIDRA - IBGE

Na Microrregião Norte Araguaia pouco a pouco a *commodity* soja vem se expandindo, alcançando em 2007 um total de 196.404 toneladas, o que

significa 12,55% do conjunto, distribuídas em 65.020ha, correspondendo a 12,80%, destacando-se como principais produtores os municípios de Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia.

#### **Tabela 4**

#### **Quantidade produzida, área colhida e rendimento médio da soja – 2007**

<b>Microrregião Norte Araguaia</b>	<b>Quantidade produzida (t)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Rendimento médio (kg/ha)</b>
Alto Boa Vista	4.500	1.500	3.000
Bom Jesus do Araguaia	74.700	24.900	3.000
Canabrava do Norte	10.920	3.500	3.120
Confresa	-	-	-
Luciara	-	-	-
Novo Santo Antônio	-	-	-
Porto Alegre do Norte	11.700	3.900	3.000
Ribeirão Cascalheira	17.550	6.500	2.700
São José do Xingu	21.600	6.000	3.600
Santa Cruz do Xingu	11.520	3.200	3.600
Santa Terezinha	7.500	2.500	3.000
São Félix do Araguaia	29.610	10.500	2.820
Serra Nova Dourada	-	-	-
Vila Rica	6.804	2.520	2.700
<b>Total</b>	<b>196.404</b>	<b>65.020</b>	<b>3.020</b>

Fonte: SIDRA - IBGE

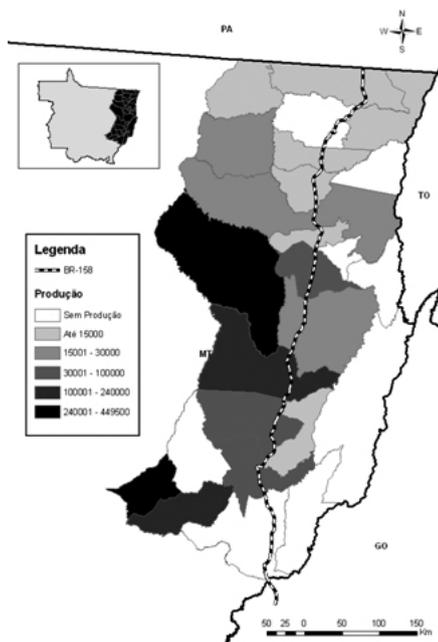
Embora esta micro constitua área recente de expansão da soja, seu rendimento médio já se revela bastante elevado, devendo-se destacar São José do Xingu e Santa Cruz do Xingu com 3.600 kg/ha, ao que tudo indica constituindo verdadeiros campos experimentais, considerando-se os baixos níveis de produção e área colhida. Entretanto, as estatísticas permitem inferir que o avanço da agricultura moderna na porção norte da BR-158 vem ocorrendo com a aplicação de níveis técnicos elevados, associados a processos de concentração da terra, de capital e de poder.

Para Vieira Pinto (2005) a tecnologia é função do estado de desenvolvimento do trabalho social, e é o conjunto da sociedade que explica as técnicas nela existentes. Portanto, para desenvolver e aproveitar eficazmente a tecnologia é necessário elevar as condições gerais de trabalho das massas trabalhadoras, pois são as modificações do regime de trabalho que, com a força de uma exigência material, determina a utilização de nova

tecnologia, por ser realmente necessária à marcha do processo produtivo. Para ele, “a tecnologia para ser útil, precisa antes de tudo ser necessária” (Vieira Pinto, 2005:301).

Sem dúvida, a melhoria da produtividade, vinculada à utilização compatível com as práticas produtivas dominantes, é fundamental para os produtores capitalistas individuais à medida que lhes assegura vantagem competitiva, favorecendo a realização do seu capital em escala ampliada. Entretanto, esse impulso do capital para a frente com vistas à sua reprodução ampliada, não lhe permite perceber os aspectos destrutivos derivados da contradição trabalho necessário e trabalho supérfluo e da desumanização do trabalho vivo (Mészáros, 2002).

### Mapa 1 Produção da soja em 2007 na BR-158/MT



Fonte: Sidra / IBGE. Elaborado por Marcos Vinicius Velozo da Costa

No mapa 1, que ilustra a distribuição espacial da produção de soja em 2007 no Vale do Araguaia, pode-se identificar a região que denomina-

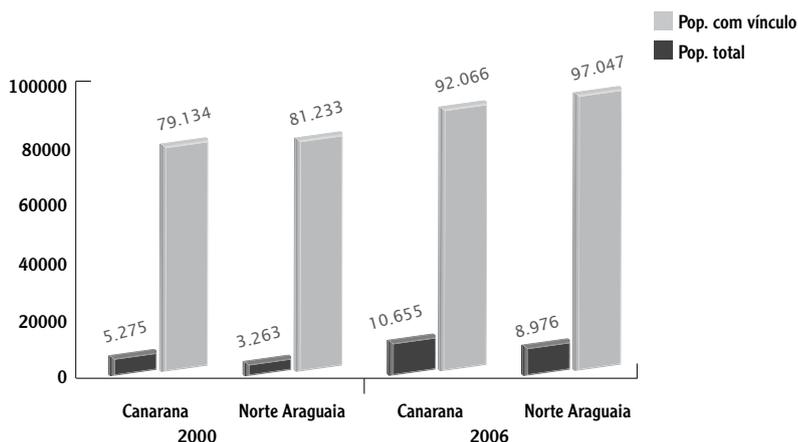
mos de “área concentrada da agricultura moderna”, onde a soja é o carro chefe, situada na porção sul do corredor de exportação, correspondendo à Microrregião Canarana, destacando-se Querência e Santo Antônio do Leste como principais produtores. Na Microrregião Norte Araguaia pode-se observar o progressivo avanço dessa *commodity* nas áreas permitidas pelo quadro natural, na direção sul/norte, onde a topografia constitui condição essencial da expansão.

No que se refere ao trabalho com vínculo na soja e cereais, que põe em movimento parte substancial dessa economia, como seria de se esperar, os valores em 2006, na micro Canarana, são bastante superiores aos da micro Norte Araguaia, registrando um total de 1.874 trabalhadores contra 257 da segunda, com destaque para Novo São Joaquim (834) e Querência (507). Tratando-se da renda média desses trabalhadores, nas duas microrregiões, a grande maioria percebe salários na faixa 1 a 3 salários mínimos, sendo 1.372 na primeira e 207 trabalhadores na segunda, vindo em segundo lugar a faixa 3 a 5 salários mínimos. Portanto, embora a expansão do agronegócio proporcione certo nível de emprego com relativa estabilidade, os salários permanecem baixos.

Tão importante quanto o trabalho com vínculo no agronegócio é sua inserção no contexto da dinâmica populacional. O Censo Demográfico de 2000 apresentou um total de 79.134 habitantes para os seis municípios da micro Canarana e de 81.233 para os dez municípios da micro Norte Araguaia, predominando na primeira municípios com população superior a dez mil habitantes e, na segunda, contingentes inferiores.

Tratando-se da distribuição da População Economicamente Ativa (PEA), os valores das duas microrregiões nesse ano também se aproximam, contando a micro Canarana com 36.681 pessoas, correspondendo a 46,35% do seu total populacional, contra 34.749 da micro Alto Araguaia, equivalendo a 42,78% do seu contingente.

Em termos da população empregada com vínculo nos principais setores da economia, segundo dados da RAIS/CAGED, temos em 2000 um total de 5.275 trabalhadores na micro Canarana, o que corresponde a 14% da PEA e a 6,67% da população, e 3.263 na micro Norte Araguaia, ou seja, 9,4% da PEA e 4% da população total. Tais valores apontam a tendência de maiores níveis de trabalho formal na região concentrada da agricultura moderna, evidenciando que, apesar da superioridade do emprego formal nesta área, esses valores, quando confrontados com a riqueza produzida, revelam pouco trabalho vivo frente ao elevado nível técnico da região, expressando o livre movimento do capital e o rígido controle do movimento do trabalho.

**Gráfico 1****População total e população empregada com vínculo (2000/2006)**

Fonte: IBGE - SIDRA

Entretanto, quando se compara o crescimento da população total entre 2000 e 2006, como indicado no gráfico 1, verifica-se que a Microrregião Canarana registrou acréscimo em torno de 16,34% e a Microrregião Norte Araguaia ao redor de 19,47%, ao passo que a população empregada com vínculo nos distintos setores da economia aumentou no mesmo período 101,99% na primeira e 175,08% na segunda, evidenciando que a expansão do agronegócio, principalmente na micro Alto Araguaia, gera mais emprego, mesmo utilizando maior nível técnico, do que as atividades anteriormente dominantes, como a pecuária extensiva.

Falar de uma nova divisão do trabalho no Vale do Araguaia mato-grossense a partir da expansão da agricultura moderna significa falar de uma nova fragmentação desse território, fragmentação que, como lembra Ribeiro (2007), não é resultado, porque é projetada, uma vez que é necessária ao projeto de modernização. Nesse contexto de modernização, de imposição de novos sistemas de ações e de objetos, uma nova ordem societária se implanta com vistas à atualização de ordens pretéritas.

Nessa direção, falar de uma nova divisão territorial do trabalho nessa fronteira do capital, em função do aparato tecnológico e da produção da riqueza, é também falar da nova regionalização das exclusões (Ribeiro, 2007), produzidas pelas relações sociais que passam a dominar, já que a técnica sozinha não explica nada, e para entender a produção de riqueza é preciso relacionar técnicas e relações sociais. Portanto, é fundamental

perceber o sistema de ações dos não dominantes, suas organizações, suas resistências, já que as permanências são enormes, mesmo que as mudanças sejam rápidas, e tudo isto exige fazer uma outra leitura do território.

A diversidade de situações encontradas no Vale do Araguaia, associada à ocupação diferencial desses espaços, em função da expansão do agronegócio com a instalação de novas técnicas, sempre em mudança, vão promovendo a instauração de novas formas de vida, hábitos, crenças, idéias, conseguindo criar riquezas com pouco emprego e pouca distribuição de renda no trabalho.

Assim, o arranjo espacial fundado em técnicas modernas vem se impondo pela negação do velho e idealização do novo, representando transformações rápidas e traumáticas, devendo-se levar em conta o ritmo acelerado da decomposição da agricultura familiar, a expulsão de posseiros e índios e as questões de ordem ambiental.

As novas ações foram traduzidas em novos tempos, tendo na dimensão técnica uma das condições de eficácia, desencadeando processos que foram criando novas territorialidades, com novas formas conteúdo, dotadas de novas funções e estruturas. Tais ações, assentadas no domínio da técnica e dos saberes, potencializaram o trabalho, exigindo maior nível de qualificação, significando uma modernização seletiva. Associada a essa modernização técnica vem emergindo novos valores morais, éticos e culturais, advindos de novos estilos de vida e novas regras que dizem respeito aos mecanismos de reprodução do poder.

## **Considerações finais**

---

O cenário traçado constitui o pano de fundo no qual se insere a expansão da agricultura moderna no Vale do Araguaia, onde modernidade e território aparecem como instrumentos políticos privilegiados. Parodiando Walter Benjamin (1979, p.225), na medida em que não me encontro na parte superior da corrente, mas no vale, é possível fazer algumas avaliações das energias em movimento no mesmo neste momento.

Se na porção sul da BR-158 mato-grossense, as ações do poder público nos anos 70 favoreceram a implantação e expansão da agricultura moderna, na porção norte outras formas de produção do território foram estimuladas, fundadas na apropriação de imensas áreas, constituindo os grandes projetos agropecuários, transformando esse território num cenário onde emergiram contradições e intensos conflitos sociais, condições necessárias das mudanças sociais, convertendo-se num instrumento histórico e dialético da materialização da vida.

Assim, o espaço foi fragmentado para que o capital pudesse se fazer presente em diferentes porções do território, as mais adequadas para a reprodução do capital naquele momento: o sul, representando o tempo das novas tecnologias, mais rápido, conformando os chamados espaços luminosos (Santos, 1996), respondendo os sistemas técnicos seletivos pelos mesmos, e os espaços opacos, que eram majoritários até os primeiros anos deste século. Entretanto, estes últimos, em função de novas possibilidades logísticas vinculadas ao escoamento da produção em direção ao norte do país, vêm sofrendo profundas e rápidas transformações, prevendo-se utilização intensa dessa via de escoamento, implicando em valorização da terra e substituição de atividades tradicionais por outras mais modernas, com elevadas densidades de ciência e técnica.

Tais substituições expressam os interesses de determinados grupos sociais, pois, como assinala Marcuse (apud Habermas, 1986, p.59), ciência e técnica fazem parte de um projeto de sociedade determinado por interesses de classe, em determinada situação histórica, vindo a constituir uma “peculiar função de técnica e domínio, de racionalidade e opressão”.

Joaquín Mortiz (1968, apud Habermas, 1986, p.58), deixa claro que “hoje a dominação se perpetua e amplia não só por meio da tecnologia, mas como tecnologia; e esta proporciona a grande legitimação a um poder político expansivo que engole todos os âmbitos da cultura. Neste universo, a tecnologia proporciona também a grande realização da falta de liberdade do homem e demonstra a impossibilidade técnica da realização da autonomia, da incapacidade de decisão sobre a própria vida”.

Nesse sentido, entender a modernização associada às técnicas modernas é entender a industrialização da agricultura, vista por Jameson (2005) como uma modernização tendenciosa muito mais completa, que implica na destruição da pequena produção agrícola tradicional, de posseiros e assentados, de cerceamento de territórios indígenas, de eliminação da terra como condição de vida, como meio de reprodução social (Martins, 1986).

Giddens nos diz que o importante é olhar para a própria natureza da modernidade, cujo significado principal é a sua associação com o sistema capitalista mundial, vinculado à padronização e ao livre mercado, às novas tecnologias, à ciência aplicada. É significativo lembrar que o fato de se desejar construir um outro tipo de sociedade e de buscar formas de viver juntos, distintas das atualmente dominantes, com frequência é visto como não moderno e quase não se coloca.

Entretanto, Martins argumenta que a idéia do novo nem sempre está muito clara, lembrando que o avanço das relações capitalistas no campo levou à ruptura de velhas relações de dependência e à emancipação gradativa de trabalhadores rurais. O autor enfatiza que, se as relações sociais

estão invertidas, é fundamental “reinvertê-las, libertar o significado novo, o que tem sentido e que está preso no seio do que não tem sentido” (Martins, 1986, p.103).

## Referências bibliográficas

---

ARGÜELLO, Katie. “O mundo perfeito: nem possível, nem desejável”. In: Souza, Jessé (org.). *O malandro e o protestante*. Brasília: Editora UnB, 1999.

BERNABINI, Walter. *Surrealism*. One-Way Street. Londres, 1979.

BERNARDES, J. A. “Expansão da agricultura moderna no Vale do Araguaia mato-grossense: problemas e desafios”. Apresentado e publicado nos anais do *XV Encontro Nacional de Geógrafos*. São Paulo, julho de 2008.

\_\_\_\_\_. (2005) “Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense”. In: BERNARDES, Júlia Adão e FREIRE FILHO, Osni de Luna (orgs) *Geografias da soja: BR-163 – Fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp. 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Ciencia y técnica como “ideología”*. Madrid: Editorial Tecnos, 1986.

IRMÃZINHAS DE JESUS. *O renascer do Povo Tapirapé*. São Paulo: Editora Salesiana, 2002.

JAMESON, Fredric. *Modernidade singular*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira,

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Moraes, 1987.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara T. *Notas de aula do curso: Teorias da Modernização*. Rio de Janeiro: IPPUR, 2000.

\_\_\_\_\_. “Voracidade do poder: dimensões do território usado”. In: *Colóquio de Pesquisa* “O tamanho do Brasil: território de quem?”. Rio Claro, 2007.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. *Espacio, economía y sociedad*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores S.A, 1991.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHLUCHTER, Wolfgang. As origens do racionalismo ocidental. In: Souza, Jessé (org.). *O malandro e o protestante*. Brasília: Editora UnB, 1999.

VIEIRA PINTO, A. *O conceito de tecnologia*. V.1. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2001.

WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura, 1997.

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



# “Ocupando” o Vale do Araguaia: encontros e conflitos entre diferentes territorialidades durante o século XX

*Roberta Carvalho Arruzzo*

## **Introdução**

---

Nossa intenção no presente trabalho é realizar uma apreciação de base geográfica sobre algumas das diferentes formas de atuação territorial e dos discursos que as permeiam, de grupos sociais distintos que atuaram e atuam ao longo do Vale do Araguaia Mato-grossense, atualmente cortado pela Br-158. Ou seja, procuraremos abordar, de forma abrangente e – tememos – por vezes superficial, algumas ações e discursos dos agentes que participaram do processo de ocupação desta área de Mato Grosso.

Desta forma, não buscaremos aqui nos debruçar detalhadamente sobre dados e tabelas. A amplitude do que nos propomos realizar acaba por ter duas consequências: uma pretensa visão mais completa do conjunto deste processo de ocupação e, ao mesmo tempo, perdas em detalhamento e possíveis enganos derivados de nossas generalizações.

Contar a história da ocupação de uma área é contar a história da apropriação do espaço neste lugar, contar a história da forma como o espaço passa a ser também território. No contexto de nossos interesses, nos parece importante lembrar a proposta de Sack:

Tentativa de um indivíduo ou grupo de influenciar, afetar ou controlar objetos, pessoas e relacionamentos através da delimitação e afirmando controle sobre uma área geográfica. Esta área é o território (1983: 56).

A exemplo de Sack, nosso objeto não é o território em si, mas as estratégias utilizadas pelos agentes na tentativa de se territorializar. Ao longo do Vale do Araguaia Mato-grossense diversos são os grupos que buscam e buscaram se territorializar, assim como diversas foram as estratégias utilizadas pelos mesmos. Procuraremos, portanto, realizar um

passeio por algumas das estratégias utilizadas por alguns agentes. Não temos como pretensão abordar todos os grupos envolvidos no processo de ocupação da área, pois seria tarefa muito extensa. Alguns agentes nos parecem fundamentais, e é nestes que buscaremos trabalhar mais detidamente, mesmo que de forma pouco detalhada.

## **Os Xavante, os Padres Salesianos e o Estado: o início do século XX para o Vale do Araguaia**

---

Vasta área do que aqui consideramos como o Vale do Araguaia era, durante o século XX, ocupada por grupos Xavante. Segundo relatos, estes grupos teriam ocupado esta área após migrarem, em algum momento do século XIX, do norte de Goiás, onde viviam, juntamente com os Xerente. Ao se estabelecerem em Mato Grosso invadiram território anteriormente ocupado por grupos Bororo e permaneceram ocupando a área e hostis a qualquer contato, durante todo o século XIX e início do XX. Tanto o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) quanto a missão salesiana tentaram, sem sucesso, o estabelecimento de contatos pacíficos (CIMI, 1987)<sup>1</sup>.

Em 1937 o padre Hipólito Chovelon, em seu relatório ao então presidente Getúlio Vargas, ilustra o forte domínio Xavante sobre seus territórios, descrevendo a área como um “deserto verde, que é o Rio das Mortes, pois não há um só morador que tenha coragem suficiente para ali estabelecer a sua tenda” (CHOVELON; FERNANDES e SBARDELLOTTO, 1996:13). Mesmo assim o padre consegue, neste ano, certo contato pacífico à distância, com os Xavante, trocando presentes e sendo constantemente lembrado da presença dos mesmos por flechas e colunas de fumaça. Embora o encontro tenha sido considerado pacífico, o padre é ferido por uma flechada no antebraço, após a troca de presentes. A expedição não reage, o que provavelmente contribui para ganhar um pouco a confiança daqueles.

A intenção da missão, de contribuir para a ocupação do oeste de Mato Grosso, fica clara no trecho a seguir:

“Espero por estes fatos que V. Ex.a. há de fazer-se uma idéia certa da conveniência da penetração pacífica dos Missionários Salesianos nesta zona imensa e rica do nosso interior, a oeste, a penetração que há de

---

1 Tentativas de contato que muitas vezes tiveram desfechos dramáticos, como no caso do assassinato dos padres Pedro Sacilotti e João Fuchs, em 1934.

congregar os índios Xavante, fazendo-os amigos e bons brasileiros, como já se tem feito com os Bororo, **abrindo deste modo nova e imensa zona para a agricultura, a criação de gado, fazendo aparecer as lendárias e ricas minas do Rio das Mortes para vantagem e riqueza do nosso Brasil”** (Op. Cit. p. 20)<sup>2</sup>.

Ainda, segundo o padre Chovelon, em relatório de 1938, os Xavante andavam ainda mais cautelosos, principalmente devido à presença de “bandeiras” em busca de minerais na área<sup>3</sup>. Como consequência, “os Xavante, sem deixar vestígios, percorrem os limites de seu território, para sondar os moradores de sua vizinhança. (...) Contra as bandeiras reage o índio, recobrando a ferocidade contra os brancos.” (Op.Cit., p.26). Sem dúvida, as distintas tentativas, tanto por parte dos padres quanto das bandeiras, de penetração e apropriação de áreas e recursos nos territórios Xavante, desperta nos mesmos a necessidade ainda maior de vigiar suas fronteiras e proteger seu território. Assim, as viagens e perambulações comuns aos Xavante, com o objetivo de caçar e coletar, assumem também o papel de defesa de seus territórios.

Já em 1939 o mesmo padre retrata os maus tratos para com os Xavante, realizados pelas bandeiras, e que, como consequência, os mesmos já não aceitavam seus presentes. Mesmo assim, ao final do relatório, o padre reafirma suas intenções em “ocupar” a área, como percebemos no seguinte trecho:

Umas seis famílias, acedendo ao meu convite, já passaram de Goiás ao Mato Grosso, na zona dos Xavante. (...) É a fundação do arraial de São Domingos<sup>4</sup>, às margens do Rio das Mortes. Mais seis outras famílias estão prontas a seguir pela mesma zona e esperam minha próxima passagem para o último acordo (Op. Cit., p.32).

Ao mesmo tempo em que os missionários tentam pacificar os Xavante e evitar embates, o estado de Mato Grosso doa terras em seu território para os futuros moradores, com isenção de impostos por 10 anos. Estradas são construídas, tornando mais acessível a área e, em 1940, Getúlio

---

2 Grifo nosso.

3 Especialmente a Bandeira Piratininga, que teria reagido com rajadas de metralhadora às flechas Xavante.

4 Segundo relato de Francisco Fernandes, o arraial de São Domingos era a área onde os padres Fuchs e Pedro tencionavam morar e onde hoje é o Posto Indígena de Pimentel Barbosa.

Vargas, então presidente, visita a área pessoalmente e sobrevoa com os missionários as áreas indígenas. A marcha para o oeste alcança com cada vez mais intensidade o Vale do Araguaia.

Em 1941 o padre Chovelon relata ao presidente boas e más notícias. A sede da missão, conhecida como São Domingos, cresce, e novos colonos se dirigem para área, incentivados pela doação de terras por parte do estado de Mato Grosso e a isenção de impostos. O padre calcula em torno de 200 pessoas, trazendo 2.000 cabeças de gado. Ao mesmo tempo se queixa de uma “má interpretação” de suas intenções por parte do SPI, mas conta com a ajuda do Presidente para resolver tais questões. Veremos adiante que estas relações ambíguas entre Missão Salesiana e o SPI, e posteriormente a Funai, permanecerão por mais tempo.

Neste mesmo relatório o Padre narra a tragédia da expedição do SPI, dirigida por Pimentel Barbosa, massacrada pelos Xavante em novembro do mesmo ano. A expedição, ao contrário dos missionários, não aguardou a aproximação voluntária dos indígenas, mas dirigiu-se diretamente para as aldeias. Para o padre, ao perceberem tal movimento, os Xavante se reuniram e cercaram a expedição, o que levou ao seu massacre. A invasão do espaço da aldeia é algo extremamente mal visto pelos Xavante. A bandeira Piratininga, comentada anteriormente, também teria entrado de surpresa em uma aldeia Xavante e causado muito transtorno (FERNANDES, 1996). Em 1943, após alguns contatos bem sucedidos, o Padre Chovelon relata que “não sendo perseguidos pelos nossos até suas aldeias, vem eles espontaneamente examinar os nossos trabalhos, aproximando-se de nossas plantações” (CHOVELON, 1996:43).

Segundo Francisco Fernandes (1996), que acompanhava o Padre Chovelon, Pimentel Barbosa teria tentado ir nu a uma aldeia Xavante, a despeito das advertências dos missionários. Ainda segundo Fernandes, quando o Posto Indígena, que veio a ser chamado Pimentel Barbosa após o massacre, passa a ser chefiado por Francisco Meirelles, o contato foi bastante facilitado. A troca de presentes se dá em mãos e com o auxílio de um intérprete que falava a língua Xerente, sendo o mesmo ainda mais abrandado em consequência do forte medo que os índios sentiam da aviação<sup>5</sup>, que rondava frequentemente as aldeias. Para Fernandes, os Xavante neste momento

---

5 “Daqueles pássaros desconhecidos que sobrevoando por cima das aldeias, ficavam invulneráveis às flechadas e cacetadas” (FERNANDES, 1996: 72). Como veremos posteriormente, os aviões da FBC já sobrevoavam o território Xavante constantemente, como apoio direto à expedição.

achavam-se cercados. A única rota que lhes permaneceu mais ou menos aberta era a do sul e esta também se lhes fechava pela FBC (Fundação Brasil Central) com a penetração Roncador-Xingu. A verdade, por estas e outras razões, é que os Xavante se sentiram constrangidos num anel formado pelos desbravadores e pelos próprios índios de outras tribos, que disputavam a sangue a intromissão em seu território (1996:72).

Em 1951, grupos Xavante visitaram Xavantina, uma das sedes da FBC na área. Novo encontro acontece no mesmo ano e os Xavante constroem uma aldeia próximo à estrada que leva a Xavantina. Embora uma vez ou outra empregados de fazendas e moradores fossem mortos a pauladas, outros encontros pacíficos foram feitos. Os encontros cada vez mais frequentes e as diferentes relações de Xavantina com os chefes das aldeias levou a alguns desentendimentos entre grupos Xavante, em função das diferenças de acesso aos bens dados como presentes dentro das próprias aldeias.

Muitos Xavantes passaram a se refugiar nas missões salesianas, procurando proteção e algum acesso a bens. A antiga missão de Santa Terezinha se dissipou devido a conflitos e problemas de várias ordens, e as missões de Sangradouro e São Marcos foram reforçadas. A sedentarização nas missões provoca drásticas mudanças na economia Xavante, tradicionalmente caçadores, coletores e semi-nômades, como podemos ver no trecho abaixo:

Hoje os Xavante destas Colônias estão sendo carinhosamente catequizados, ficando Xavante-cristãos (...). Ensina-se, além de nossa santa religião, a ler, a escrever por meio de cartilhas especiais (...). Ensina-se agricultura moderna e colhe-se arroz, milho, feijão, cana, mandioca, café, abóboras, amendoim e até trigo, batata etc. Tem criação de gado vacum, cavalos, suínos, galinhas e outras aves (FERNANDES, 1996: 82).

A missão os despertava com o sino às sete da manhã, convidando-os a trabalhar. Não havia obrigação, mas “os que acodem ao trabalho, se lhes dá comida e dinheiro para comprarem o que precisam” (Op.Cit. 82). A atuação dos missionários deixa claro que a incorporação dos indígenas à sociedade nacional como trabalhadores é um de seus maiores objetivos. Ao serem sedentarizados e modificarem suas atividades econômicas, também se modificaria a relação dos Xavante com o seu território, “reduzindo sua necessidade” a grandes áreas, uma clara e eficiente estratégia de controle territorial.

Segundo Menezes (1999), os homens mais idosos de São Marcos contam que a aproximação com os brancos teria sido uma decisão con-

junta, visando garantir a sobrevivência do grupo, que estaria tendo sua população dizimada por doenças e guerras. Assim,

As comunidades decidiram aceitar o convívio com os brancos temporariamente como recurso para fortalecerem-se e obterem treinamento para as novas gerações. Aprenderiam a língua, os costumes, a usar armas de fogo e buscariam assistência para curarem-se dos males desconhecidos que os haviam acometido. Decorridas cinco cerimônias de iniciação (os Xavante expressam a passagem do tempo e o regulam através dos ciclos das classes de idade), regressariam às suas áreas de origem.

Este plano de ação comum a diferentes aldeias não só possibilitou a convivência de grupos locais inimigos (...) como também implementar uma estratégia política e militar que previa utilizar como apoio os agentes de contato, inclusive os religiosos (Menezes, 1999:333).

O pacto com os religiosos apenas se rompe vinte anos depois, quando os Xavante, na década de 70, começam a lutar pela retomada de seu território, e para isso estabelecem relações políticas com a agência governamental oficial que atuava politicamente em escala nacional. Novas relações foram erguidas entre a missão e a Funai, que necessitavam estabelecer acordos entre si (Op. Cit.).

Outro padre que também participou dos primeiros encontros com os Xavante, Pedro Sbardello<sup>6</sup>, teve, em fins da década de 60, importante papel na criação de cinco reservas Xavante, realizando relatórios da situação das áreas em questão para o Ministério do Interior. O padre pede no relatório a ampliação das terras destinadas aos Xavante. Nas contas do Padre, em 1970 havia 2.300 Xavantes e apenas 30.000ha de terras oficiais para os mesmos, e solicitou pelo menos uns 800.000ha (SBARDELLOTTO, 1996).

A longa persistência da Missão Salesiana entre os Xavante não se fez sem custos e percalços. Menezes (1999) aborda detalhadamente as relações entre os dois grupos sociais. Para a autora, através de atividades assistencialistas, principalmente nas áreas de saúde e educação, os missionários têm inculcado

esquemas cognitivos e padrões culturais de pretensa universalidade e que introjetados, viabilizam a adoção de práticas sociais que irão possibilitar o

---

6 A atuação do padre na defesa das terras das Missões lhe valeu uma grave agressão, provavelmente a mando de um fazendeiro invasor, por volta do início da década de 60.

ajuste das instituições nativas e sua adaptação ao mundo "moderno". Em síntese, a missão pretende recuperar os Xavante, tornando-os capazes de conviver com a "civilização". (...) a instituição se coloca como um espaço de reclusão e conversão da população nativa ao trabalho produtivo e a um novo modo de pensar (pp.311-312).

Embora esta permanência apresente custos para os Xavantes, estes a defendem, devido sua regularidade e moralidade em comparação às formas de assistência governamental, muitas vezes irregulares e precárias. A Funai assume um papel secundário, criando um clima competitivo entre as agências, clima este por vezes habilmente manipulado pelos indígenas (Op. Cit.).

Nos primeiros anos de convivência os Xavante apresentaram resistência em modificar seu modo de vida, em especial a se tornarem sedentários e agricultores. Em consequência disso os missionários utilizaram como estratégia, provavelmente até 1964, reproduzir formas caras aos índios. O formato da aldeia era mantido, com algumas adaptações para as instalações da missão fora do núcleo, distribuindo marcos religiosos em pontos estratégicos. Os jovens rapazes eram especialmente valorizados pelos missionários como o principal alvo da catequese. As cerimônias e rituais comunitários eram ferramentas fundamentais para realizar seus objetivos. Quem comparecia à missa aos domingos, por exemplo, poderia participar do futebol e do cinema noturno (Menezes, 1999).

A autora ainda coloca que duas formas de controle impostas pela missão são extremamente importantes: a do tempo e a da sexualidade. As atividades produtivas introduzidas acabam por conduzir a uma concentração do lazer nos fins de semana, assim como dos rituais tradicionais e religiosos. Sobre a sexualidade, o controle é estabelecido principalmente nos jovens de ambos os sexos que estudam nos internatos. Na esfera política, a presença da missão se faz importante, pois uma série de privilégios seriam dados aos parentes e amigos próximos aos chefes, como cargos técnicos, por exemplo (Op. Cit.).

É fundamental ressaltarmos que os grupos Xavante tiveram diferentes níveis de contato e relacionamento com a sociedade nacional, SPI, Funai e com os missionários salesianos. Aproximadamente na década de 1940 os Xavante teriam se subdividido em três grupos com histórias de contato distintas. O primeiro grupo teria estabelecido contato pacífico com o SPI, após diversos conflitos sangrentos, e não teriam tido contato permanente com missões religiosas. Este grupo passou a habitar atualmente as T.Is. de Pimentel Barbosa e Areões. O segundo grupo teria se abrigado junto aos missionários salesianos no Meruri, vindos de áreas distintas, mas devido a conflitos com os Bororo, se transferiram para São

Marcos em 1957, e outros para Sangradouro. Ambas as áreas são atualmente Terras Indígenas. O terceiro grupo teria mantido tanto relações com o SPI, quanto com missionários católicos e protestantes, e teriam conseguido recuperar terras que perderam com as invasões e habitam, em grande parte, as TIs de Marechal Rondon, Kuluene e Pararubure (CIMI, 1987).

Vimos, portanto, o embate entre duas formas distintas de tratar um mesmo espaço, de transformá-lo em território. Os missionários salesianos, apoiados pelo governo buscam novos fiéis e contribuem para facilitar a atuação de outros grupos sociais no território Xavante. O fazem através de diversas estratégias: ganham sua confiança com sua permanência paciente e não agressora; com seus presentes; e, posteriormente, modificando uma série de hábitos para exercer maior controle sobre a vida tribal. Muitas destas estratégias têm como consequência a perda de grande parte do território Xavante.

Por outro lado, os Xavante, já cercados e constantemente importunados e agredidos por outros grupos mais veementes que os missionários, em alguns casos, se aliam a estes como uma forma, mais ou menos eficaz, de manter parte de seus hábitos e seus territórios. Não só as relações com os missionários salesianos podem ser vistas desta forma, como também com outros grupos religiosos e representantes do Estado, como SPI e Funai. Assim visto, os Xavante não são apenas vítimas da história, mas atuantes, que buscam estratégias para sobreviver e reproduzir seu modo de vida, o que está intimamente ligado com a manutenção de seus territórios<sup>7</sup>. As estratégias de luta e defesa de seus territórios também se modificam, assumindo cada vez mais um caráter político e de diálogo, inclusive muitas vezes se aliando e auxiliando outros povos indígenas em suas respectivas reivindicações.

Pormos um fim a este item neste momento é, sem dúvida, arbitrário. Os acontecimentos que relataremos a seguir não ocorreram separadamente de grande parte do que trabalhamos acima, mas os trataremos de forma separada porque apresentam características e efeitos tão intensos que exigem um enfoque mais cuidadoso. Desta forma, focaremos a seguir nas ações da Fundação Brasil Central e da Expedição Roncador-Xingu.

---

7 Sem dúvida, as observações feitas aqui são por demais abrangentes, e muitas outras situações ocorreram e ocorrem envolvendo os Xavante. Tentamos aqui meramente realizar uma análise de cunho geral, sabendo de seus riscos.

## **A expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central: reconhecendo para ocupar**

---

Este vácuo é o Brasil Central, que para todos os efeitos continua praticamente hoje o que era há 200 anos. E a função precípua da Fundação Brasil Central, sob o aspecto geopolítico, consiste em corrigir este estado de coisas, preenchendo o vácuo que a natureza aborrece – especialmente em matéria política. Neste assunto, não se tolera o vazio, a terra de ninguém (Pereira Lima, A., 1952, apud Menezes, 2000:137).

Além de apoiar iniciativas como as dos padres salesianos, o Estado brasileiro, presidido por Getúlio Vargas, decide, no início da década de 1940, investir mais veementemente no seu programa de “marcha para o oeste”. Um dos elementos iniciais era escolher a rota pela qual passariam as primeiras etapas desta marcha. O componente estratégico e o período de guerra em que o mundo se encontrava ajudam na escolha: uma rota que cortasse o Brasil em direção à cidade de Manaus e facilitasse as comunicações com os EUA. Esta rota ofereceria vantagens como:

Não somente corta o maciço central do Brasil em sua maior extensão, atravessando o grande planalto completamente desconhecido, como também representava **o traçado geral mais curto da linha de comunicações aéreas e terrestres entre o Rio de Janeiro ou São Paulo e os Estados Unidos da América do Norte**<sup>8</sup> (BARROS<sup>9</sup>, 1944: 4).

É neste contexto que, em junho de 1943, é criada oficialmente a Expedição Roncador-Xingu (ERX). A idéia era de uma expedição desbravadora, que “descobriria” a área, para que só então, em uma segunda fase, se consolidassem as linhas de comunicações e o povoamento da área. Estão embutidos nesta expedição idéias de que esta área estava desocupada, vazia e de sua necessidade de ser civilizada. A chefia da expedição é entregue a um militar, Tenente-Coronel Flaviano de Mattos Vanique, demonstrando desde o início o caráter estratégico da expedição, que parte de Uberlândia em direção a Barra do Garças já em agosto do mesmo ano e, em setembro, já era considerada oficialmente de interesse militar. Em

---

8 Grifo nosso.

9 O autor do texto acima é João Alberto Lins de Barros, que foi o primeiro presidente da Fundação Brasil Central.

04 de outubro foi criada a Fundação Brasil Central (FBC), que passará a administrar e presidir a expedição.

Os objetivos da FBC eram os mais variados e abrangentes, incluindo: a criação de vias de comunicação, a exploração das riquezas minerais, o povoamento do maciço central do país, o encaminhamento para a região de levadas de migrantes e o encurtamento da rota aérea entre Brasil e EUA (Menezes, 2000: 30). O alcance destes objetivos e a atuação, tanto da ERX quanto da FBC, não foram uniformes. Desde a sua fundação em 1943, até sua extinção em 1967, a FBC passou por altos e baixos. Em alguns momentos, a falta de verbas e as dificuldades em abastecer a expedição, levaram à desistência de expedicionários e a condições de precariedade e de insalubridade elevadas.

Uma série de ambigüidades foi gerada devido ao caráter de exceção dado à FBC. À Fundação foi permitida a concessão, por parte dos estados, de adquirir terras acima de 500ha, o que não era permitido legalmente. Segundo Menezes,

Os dados e fatos indicaram a forma como a máquina estatal operou para não só apropriar-se de terras, mas estabelecer formas de captar recursos e riquezas na tentativa de estabelecer controle ou proeminência no circuito econômico e financeiro, usando de ligações pessoais, influência política e administração centralizada do poder (2000: 43).

As dificuldades iniciais enfrentadas pela ERX demonstravam a fragilidade das linhas de transporte do interior do país. De Uberlândia a Barra do Garças, de onde partiria a expedição, já havia caminhos carroçáveis e estradas, mas que se encontravam em estado bastante precário. Segundo Barros (1944), nos 781km entre Uberlândia e onde seria fundada Aragarças<sup>10</sup>, foi preciso conservar 291km (entre Itumbiara, na fronteira com Goiás, até um ponto entre Rio Verde e Jataí chamado entroncamento) de estrada e reconstruir os 333km de caminho carroçável que separavam do entroncamento de Aragarças. Além disso, a expedição necessitou reconstruir ou reformar cerca de 40 pontes.

Em seu trajeto em Mato Grosso a ERX abriu picadas na mata, ligando, por exemplo, Aragarças até aproximadamente o lugar onde hoje se

---

10 A cidade de Aragarças foi fundada pela FBC como importante base de apoio à expedição Roncador-Xingu, no entroncamento do Rio das Garças com o Araguaia. Do lado de Mato Grosso, do outro lado dos rios, se encontrava um antigo vilarejo chamado de Barra do Garças.

encontra Nova Xavantina. Em entrevista<sup>11</sup>, o Coronel Vanique relata que este teria sido o pior trecho da marcha até então, onde enfrentaram toda sorte de problemas:

Tivemos que lutar contra a fome, as doenças, as inclemências do tempo e os mosquitos que nos davam boas vindas e que nos causavam mais preocupações que os famosos Xavantes, cujo território palmilhávamos durante todo período (IBGE, 1948:159).

Ao chegarem às margens do Rio das Mortes muitos dos homens estavam doentes, inclusive o próprio Coronel. Pela picada aberta na mata foi possível o abastecimento da expedição via terrestre, em alguns pontos, por meio de caminhões. Além das picadas na mata, as vias fluviais foram fundamentais para o prosseguimento da expedição.

Sobre o momento da passagem pelo território Xavante, relatam os Villas Bôas muitas aparições dos mesmos, tanto pessoalmente quanto através das colunas de fumaça e flechas. Relatam, também, a intenção inicial de que um agrupamento da polícia goiana acompanhasse a expedição, sobre a qual comentam:

Uma junta militar numa área indígena não tinha outra significação senão a de “limpar o caminho”. Já se falava da presença dos Xavante do outro lado do Rio das Mortes. A idéia da coluna militar, recebida com muitas reservas, não demorou a chegar aos ouvidos do Marechal Rondon. Incontinenti, o Marechal convocou o ministro João Alberto, e o plano foi imediatamente cancelado. A “desistência” militar não foi muito bem aceita por pessoas da direção, mesmo porque colunas de fumaça já estavam sendo vistas lá pelos lados da serra do Roncador (BÔAS, 1994:29-30).

Já neste momento está claro o caráter da expedição, na qual os povos indígenas não eram exatamente vistos como aliados.

A atenção dada pela expedição às estradas tinha relação tanto com seus objetivos diretos, ligar este sertão ao sudeste, quanto à sua própria sobrevivência. O sucesso da expedição dependia de seu abastecimento de combustíveis e materiais diversos. O transporte aéreo também teve papel fundamental, desde a escolha de Aragarças como base de campo da expedição até a sua alimentação com materiais e informações. Reconhecimentos aéreos em vôos baixos facilitavam a escolha da direção a

---

11 Relatada como noticiário na Revista Brasileira de Geografia, 1948.

ser tomada. Desta forma, a expedição criou vários campos de pouso por onde passou. Outro elemento essencial à FBC eram as estações de rádio, assegurando o contato entre as suas várias frentes.

A expedição parte de Aragarças em direção ao rio das Mortes, penetrando em território Xavante, posteriormente segue em direção ao rio Kuluene e outros formadores do Xingu. No caminho da expedição começa a se destacar a atuação dos irmãos Cláudio, Orlando e Leonardo Villas Boas, que de participantes comuns<sup>12</sup> no início da expedição passam a chefiá-la. Em 1946 já haviam feito contato pacífico com diversos grupos indígenas.

Com a chegada da ERX ao rio Xingu são abertas importantes pistas de pouso que se tornariam postos da FAB (Força Aérea Brasileira) na região. O Estado, assim, passa a se fazer presente em áreas antes pouco alcançadas, instalando infraestrutura básica para que esta comunicação ocorresse de forma permanente. Um convênio com o Correio Aéreo Nacional facilitou o trânsito regular de aviões para a base do Jacaré, nas remotas áreas do Xingu. Segundo Menezes, “amiudando as visitas e, conseqüentemente, o contato dos grupos indígenas com cientistas, jornalistas, caçadores, turistas, aventureiros etc.” (2000: 34). Este contato mais intenso teria, sem dúvida, contribuído para a redução populacional das diversas etnias do Alto Xingu, que se acentuou com a ação da ERX e da FBC.

De acordo com Veloso, em notícia enviada à Revista do Clube Militar sobre a expedição, o quadro da atuação com os índios era o seguinte:

Além dos socorros curativos etc., temos a assinalar o combate à malária, grande quantidade de Penicilina que tem sido empregada para arrancar da morte os índios que no rigor do inverno atual vêm sendo atacados de pneumonia. Foi feita grande distribuição de semente e posto homens para ensinar seu plantio (1946: 85-86).

No fim da década de 40 e início de 50 a ERX atravessa um período de forte redução orçamentária, acabando por se demorar no Alto Xingu mais do que o programado (Op. Cit., 35). A ação indigenista dos irmãos Villas Boas ganhava visibilidade nacional, principalmente através da proposta da criação do Parque Nacional do Xingu, ao mesmo tempo em que criava opositores dentro da própria FBC e do governo estadual de Mato Grosso. O governo estadual, a partir do momento em que é lançada a proposta

---

12 Cláudio e Leonardo teriam iniciado na enxada e Orlando como auxiliar de pedreiro. Já no início, ao se destacarem mostrando-se instruídos e alfabetizados, passam, respectivamente, a Chefe do Pessoal, Chefe do Almoarifado e secretário da base (BÔAS, 1994: 18).

de fundação de um Parque Nacional com vastas extensões, começa uma política de liberar as terras, em todo o estado, em especial na área que seria destinada ao Parque.

A ação do governo estadual lançou mão de uma série de artifícios jurídicos para conseguir empreender seu projeto de barrar ou reduzir o Parque do Xingu. Embora terras habitadas por índios não pudessem, pela constituição nacional, ser consideradas devolutas, o governo estadual atuava como se devolutas fossem e, na década de 1950, uma grande quantidade de terras com fins especulativos são vendidas em Mato Grosso (Op. Cit. 115-127).

O ante-projeto do parque nacional do Xingu, aprovado com modificações por Café Filho em 1952, só será realmente criado oficialmente em 1961. É exatamente neste ano que ocorre uma das maiores expedições de títulos definitivos (416) e provisórios (12) no município da Chapada dos Guimarães<sup>13</sup>, sendo expedidos entre os anos de 1955 e 1966 cerca de 2.471 títulos. Aqueles equivaliam a cerca de 30% de toda a área dos títulos expedidos nesta década. O maior número de títulos foi expedido nos seguintes anos: 326 em 1960, 445 em 1965 e 466 em 1966, mas nenhum se aproximou da extensão de terras vendidas em 1961. Para o município de Barra do Garças, os anos de 1960 e 1961 também foram extremamente marcantes no que se refere à expedição de títulos. Nos dois anos foram expedidos 2.429 títulos dos 5.127 expedidos na década, equivalendo a 62% do total da área vendida nessa década<sup>14</sup>. Segundo Moreno (2007: 118), já em 1955 havia na imprensa local denúncias contra o então governador Fernando Corrêa da Costa, no sentido de tentar boicotar o projeto do Parque e de promover a venda das terras destinadas ao mesmo e às empresas colonizadoras.

Embora a especulação imobiliária e a venda de terras por parte do estado de Mato Grosso tenha sido muito característico das décadas de 50 e 60 do século XX, a FBC também contribuiu para o surgimento embrionário de uma produção agropecuária na região, que se encontrava bastante estagnada economicamente com a decadência da mineração, sendo produzida cerca de uma tonelada de arroz no município de Barra do Garças, no ano de 1956, havendo também uma produção incipiente de

---

13 A área que atualmente faz parte de Parque Nacional do Xingu fazia parte, nesta época, do município de Chapada dos Guimarães, assim como a maior parte do Vale do Araguaia fez parte do município de Barra do Garças.

14 Estes dados foram obtidos no banco de dados digital do Intermap (Instituto de Terras de Mato Grosso), que realizou um levantamento dos títulos expedidos pelo extinto DTC, Departamento de Terras e Colonização.

feijão e milho e 940 toneladas de mandioca. Os transportes eram ainda bastante precários. A sede de Barra do Garças apenas se ligava via rodoviária a Poxoréo e Tesouro. Povoados como São Félix e Cocalinho apenas mantinham ligações com outras áreas pelo Rio Araguaia. Para se chegar à Chapada dos Guimarães, município vizinho, era necessário tomar um avião para Cuiabá e de lá seguir por rodovia. Havia 7 campos de pouso em todo o município e apenas 3 com possibilidade para aviões de grande porte (IBGE, 1958).

Com a presença e passagem da FBC pelo Vale do Araguaia tem início um novo momento de ocupação da região, ocorrendo a princípio uma intensa venda de terras com fins especulativos, que são revendidas inúmeras vezes até realmente serem utilizadas. Assim, a ocupação dessa região por atividades de caráter mais capitalista e privado ocorre lentamente, iniciando-se com as atividades da FBC, ganhando maior vulto embora precariamente em fins de 60 e mais fortemente na década de 70, com a abertura da Br-158, como veremos a seguir. A ERX e a FBC funcionaram facilitando o conhecimento da região e contribuindo para a venda de boa parte de suas terras pelo governo estadual, mas é só com os governos militares que a ocupação da região por atividades econômicas de maior vulto acontece, acompanhada dos maiores conflitos por terra.

## **A BR-158 e as profundas mudanças no Vale do Araguaia: encontros e conflitos entre territorialidades nas décadas de 1970 e 1980**

---

Pouco após o golpe militar de 1964, em junho do mesmo ano, já estava em andamento o projeto de lei do novo Plano de Viação Nacional. No texto fica evidente a preocupação com a demora para a revisão do Plano Geral de Viação Nacional de 1934, iniciada em 1946 (BRASIL, 1965). Apenas em 1951 havia sido aprovado o Plano Nacional de Viação, no qual se nota uma mudança no padrão de transporte, privilegiando o rodoviário (GALVÃO, 1996:195). Em 29 de dezembro de 1964 era aprovada a Lei n° 4.592, que dissertava sobre o Novo Plano Nacional de Viação, ainda no início dos governos militares. No projeto de lei deste novo plano, a BR-158 era considerada uma das

rodovias de penetração de caráter pioneiro, que visam à integração econômica de parcelas consideráveis de nosso "Hinterland", cuja ocupação, com o estabelecimento de núcleos de povoamento, dependerá da existência de vias de transporte terrestre (BRASIL, 1965:24).

Em 1966 se encontrava em implantação apenas um trecho de BR-158 no Rio Grande do Sul, que figurava no Plano Preferencial de Obras Rodoviárias de 1965, cobrindo o trecho Santana do Livramento a Cruz Alta, e todo o resto do percurso previsto, até São Félix do Araguaia, ainda constava apenas como planejado (BRASIL, 1966).

No início da década de 70, a BR-158 ainda figurava como planejada no seu trecho em Mato Grosso, no primeiro projeto desenvolvido pela SUDECO<sup>15</sup>, o PLADESCO<sup>16</sup>. A estrada tinha o objetivo de propiciar a ocupação e o desenvolvimento econômico de uma de suas áreas-programa, o Xingu. Teria sido finalmente construída pelo POLAMAZÔNIA<sup>17</sup>, com recursos provenientes da SUDECO, em meados da década de 70, como fundamental para o desenvolvimento da área Xingu-Araguaia (ABREU, 2001: 142-145). O POLOCENTRO<sup>18</sup> também teria tido grande preocupação com melhorias e a implantação de pequenos trechos da BR-158, que se faziam fundamentais para que a implementação da rizicultura irrigada na região, principalmente através de investimentos e créditos, realmente fosse eficaz. (Op. cit. 159-162).

Mas, contraditoriamente, relatos de Pedro Casaldáliga, então bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, de 1971, nos indicam que a estrada já existia:

Cruzam o território duas estradas “de terra”, de empreendimento da SUDECO, (a Br. 158, Barra do Garças – Xavantina – São Félix, e a Br. 080, em construção, Araguaia – Xingu – Cachimbo – Cuiabá/Santarém) (CASALDÁLIGA, 1971:2).

Outros relatos nos indicam ainda que, embora a estrada já existisse no início da década de 70, ela teria sido “levantada” com recursos da SUDAM posteriormente, ou seja, seu leito, que era muito baixo e alagava constantemente, foi elevado, melhorando a circulação na estrada<sup>19</sup>.

---

15 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criada em 1967.

16 Programa de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste.

17 Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, criado em 1974, com uma associação entre SUDECO, responsável pelo investimento em infraestrutura, e a SUDAM, a quem cabiam as áreas de desenvolvimento, uso e exploração econômica. Ver Abreu, 2001

18 Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, criado em 1975, com o objetivo de implementar a agricultura nas áreas de cerrados.

19 As informações aqui tratadas foram obtidas na entrevista citada na nota 21.

A despeito da dificuldade de se precisar a construção da estrada, é notório o seu papel de facilitadora da colonização deste “espaço vazio” de Mato Grosso. A expedição intensa de títulos pelo estado de Mato Grosso, que já ocorria desde a FBC, ganha agora nova dimensão. Associado a isso, as áreas às margens das rodovias federais (100km para cada lado) na Amazônia Legal passaram, a partir de 1971, a ser federalizadas (MORENO, 2007: 156). Assim, novas relações de poder e territorialidades se estabelecem.

Casaldálga denunciava a situação nas áreas da prelazia de São Félix do Araguaia, no início da década de 70:

Todo o território da prelazia está situado dentro da área da Amazônia Legal, a cargo da (...) SUDAM. E nesta porção de território estão localizados a maior parte dos empreendimentos agropecuários criados com os investimentos deste órgão.

As terras todas compradas – ou requeridas – ao Governo do Mato Grosso por pessoas interessadas, não os moradores, a preço irrisório, foram depois vendidas a grandes comerciantes de terras, que posteriormente vendem a outros. (...)

Até fins de 1970, tinham sido aprovados para os municípios de Barra do Garças e Luciara 66 projetos. De lá para cá muitos outros novos já foram criados. (...) As áreas de alguns destes empreendimentos são absurdas (...)

Além de serem extensões praticamente inconcebíveis, muito destes empreendimentos formam grupos somando assim suas já enormes áreas (CASALDÁLGA, 1971).

O bispo denuncia nominalmente os latifúndios e seus donos, deixando claro que considera a ação da SUDAM uma aprovação oficial para a opção por latifúndios para o espaço agrário brasileiro, que não apenas eram financiados como obtinham importantes descontos em impostos.

Alves Jr., décadas depois, ao analisar as consequências do planejamento governamental na estrutura fundiária de Mato Grosso, não deixa de confirmar as previsões do bispo Pedro Casaldálga quando nos afirma que “é no Vale do Araguaia que estão as maiores porcentagens de grandes propriedades, em relação à área cadastrada, de Mato Grosso” (2003: 25). O autor ainda complementa: “minifúndios e pequenas propriedades são raridades no Vale do Araguaia” (idem), o que é bastante alarmante visto que o bispo, em 1971, considerava que a maior parte da população de sua prelazia era constituída de posseiros ou sertanejos vindos do norte e nordeste do Brasil.

Associados aos projetos agropecuários, projetos de colonização privados também tiveram importante papel na organização territorial do Vale do Araguaia. Muitos destes projetos se localizavam em território Xavante. Nas palavras de Moreno,

Na região do Vale do Araguaia mato-grossense, foram implantados diversos projetos agropecuários e de colonização em território dos índios Xavante: o projeto Canarana (1974), que deu origem ao município do mesmo nome, e os projetos Água Boa I e II (1975), pela Cooperativa 31 de Março Ltda., sendo os índios transferidos para a TI Pimentel Barbosa, nos municípios de Água Boa e Canarana, demarcada em 1986; o projeto Água Boa III da colonizadora Conagro do pastor Norberto Schwantes, e o projeto Kuluene (1976), sendo os índios transferidos para a TI Areões, em Água Boa e Parabubure em Campinápolis, ambas demarcadas em 1975 e 1991 respectivamente (2007: 281).

Em realidade, a cooperativa de colonização 31 de Março, fundada em 1971, acabou por dar origem às subseqüentes Coopercol, Coopercana e Conagro<sup>20</sup>, fundadas e dirigidas em alguns períodos pelo pastor luterano Norberto Schwantes. Tais cooperativas de colonização foram responsáveis por mais de 20 projetos na região do Vale do Araguaia e pela fundação de cerca de seis municípios que tiveram origem em projetos de colonização das empresas de Norberto Schwantes. Além das relatadas relações com os grupos indígenas, também encontramos relatos, no Instituto Pró-História de Canarana, da presença de posseiros nas áreas destinadas à colonização<sup>21</sup>.

Segundo Menezes (1982: 66-67), a maior parte dos empreendimentos destas cooperativas, realizados entre 1972 e 1975, estavam distantes das terras requeridas pelos indígenas. Mas a partir de 1976 houve litígios, como no caso do projeto Serra Dourada, próximo aos limites da TI Pimentel Barbosa e no caso do projeto de Areões. Em ambos os casos a terra havia sido adquirida por meio de certidões negativas da FUNAI. Tal situação levou a uma reação por parte dos Xavante:

---

20 Respectivamente: segundo nome na Cooperativa 31 de Março LTDA.; Cooperativa Agropecuária Mista Canarana e Colonização e Consultoria Agrária.

21 Estas informações foram obtidas em entrevistas e dados do Instituto Pró-História de Canarana e em entrevista do irmão de Norberto Schwantes, Ênio Schwantes, no dia 28 de julho de 2007 em Nova Xavantina (MT). O Sr. Ênio participou, junto com o irmão, da maior parte destes empreendimentos, tendo também sido pastor luterano e participado da rádio em Tenente Portela (RS), que acabou por levar à fundação da Cooperativa 31 de Março.

Nos primeiros anos da década de 70, os índios localizados em postos e missões começaram a movimentar-se. (...) Os atritos entre índios, fazendeiros e moradores se intensificariam na medida em que eram dados os primeiros passos no sentido de legalizar a posse indígena (1982: 70).

As ações indígenas, alguma vezes bélicas, também geraram reações por parte dos fazendeiros, que utilizavam estratégias buscando tirar a legitimidade publicamente das reivindicações indígenas. Entretanto, após anos e diversos percalços, os Xavante conseguiram a regularização de áreas como São Marcos, Pimentel Barbosa, Batovi, Sangradouro, Kuluene e Areões, entre outras.

Não apenas os Xavante, entre os povos indígenas, sofreram com a ocupação pela sociedade nacional deste falacioso “espaço vazio” no Vale do Araguaia Mato-grossense. Povos foram transferidos para o Parque indígena do Xingu e os Karajá, Kayapó e Tapirapé também sofreram com a invasão aos seus territórios antigos e, mais recentemente, aos reconquistados.

Indicativo é o caso dos Tapirapé, que quase desapareceram na década de 1950, chegando a ter, todo o povo, apenas 50 pessoas, dizimadas por doenças e ataques de seus então inimigos Kayapó. Segundo as Irmãzinhas de Jesus, que vivem com os Tapirapé desde 1952, o próprio chefe do grupo acreditava que estavam fadados a sumir. Contra o previsto recuperaram, passados mais de 50 anos, sua população e parte de seus territórios, atualmente habitando as TI Urubu Branco e TI Tapirapé/Karajá. Ainda hoje há problemas com fazendeiros, que os Tapirapé enfrentam pacificamente<sup>22</sup>.

Não foram apenas os indígenas que colidiram com este processo de ocupação. O caso de Santa Terezinha, no norte do Vale do Araguaia, se tornou bastante emblemático da resistência por parte dos posseiros que habitavam a região há muito tempo. Os posseiros habitavam, desde aproximadamente 1910, uma localidade, próxima à atual Santa Terezinha, conhecida como Furo de Pedra. O povoado, a partir de certo momento, devido a intensas inundações, se transferiu para próximo a algumas construções religiosas, onde atualmente é a sede do município. O povoado era bastante isolado e só possível de ser alcançado pelo rio Araguaia. Embora o poder público fosse consideravelmente ausente na região, as terras eram vendidas a empresas de colonização e imobiliárias, que

---

22 Informações obtidas em entrevista realizada em Confresa (MT) no dia 24 de julho de 2007 com a Irmã Genoveva, que vive com os Tapirapé, sem catequizar um único índio, desde 1952. Ver também Irmãzinhas de Jesus, 2002.

após serem vendidas algumas vezes, acabaram por pertencer à empresa CODEARA (ESTERCI, 1987).

A empresa resolve implementar rapidamente o projeto, visando não perder os incentivos da SUDAM. Para tal decide remover os posseiros para outra área, o que levou a um conflito que durou de 1967 a 1972. Neste período a empresa utilizou estratégias bastante agressivas, como impedir a circulação dos posseiros por seus caminhos para as roças pela força das armas. Todo tempo os dois lados tentavam ganhar território e impedir a expansão do outro grupo, tendo a CODEARA, além de suas próprias armas, as da polícia muitas vezes a seu favor. Tal conflito culminou com um evento, bastante violento, em três de março de 1972, quando um grupo de posseiros, visando impedir a derrubada de um ambulatório, entrou em conflito direto e armado com a polícia e empregados da fazenda. Apenas a partir daí o Estado realmente atuou visando amenizar o conflito e dar o direito de posse aos ocupantes da região, demarcando suas terras, mas deixando a grande maioria ainda nos domínios da CODEARA (Idem).

Vale ressaltar a presença da Igreja durante este período. Além de atuar de forma assistencial, procurando ocupar o espaço deixado vazio pelo poder público, atuou também como protetora e voz dos posseiros, muitas vezes acusada de subversiva e ameaçada. Isto ocorreu em toda a área, a exemplo do ocorrido com o padre Francisco Jentel, em Santa Terezinha, que foi perseguido pelas autoridades militares. Tais ações de auxílio aos posseiros se deram por toda a prelazia de São Félix do Araguaia. Nas palavras da equipe pastoral: “assumiram essas Igrejas uma função de apoio às organizações de classe e às lutas por condições de existência dos trabalhadores rurais da região”<sup>23</sup>. Este apoio chega às últimas consequências no caso do padre João Bosco Penido Burnier, morto por um policial ao tentar defender duas mulheres que estavam sendo torturadas na delegacia de Ribeirão Bonito, atual Ribeirão Cascaheira, em 1976.

Sem dúvida a década de 1970 assistiu aos principais conflitos na região. Mas os planos de ocupação e desenvolvimento por parte do Estado não pararam nesta década. A década seguinte apresentava ainda outro desafio, não completamente vencido, o de tornar as terras do Araguaia cada vez mais produtivas e rentáveis.

---

23 Apresentação escrita pelas equipes pastorais da prelazia de São Félix do Araguaia e da Diocese de Conceição do Araguaia para o volume do Cadernos do CEDI, dedicado ao Araguaia (CEDI: 1983).

Em 1972 foi realizado o I Encontro Regional de Planejamento: Norte e Centro-Oeste, no qual ambas as regiões eram consideradas “uma vasta área a ocupar e colonizar” e no qual é evidente a preocupação com a continuação da construção de rodovias de penetração e estradas vicinais<sup>24</sup> (BRASIL, 1972). Já em 1975, o texto do projeto POLOCENTRO já demonstrava um maior interesse em promover o aproveitamento agropecuário das áreas de cerrados por meio do uso de modernas tecnologias. Embora ainda houvesse uma preocupação com o melhoramento da circulação, esta já aparecia de forma secundária (BRASIL, 1975).

Em 1984, numa avaliação da atuação do POLOCENTRO entre 1975 e 1980, entre outras coisas, ficou constatado que estava ocorrendo uma reorientação produtiva das áreas de cerrado, da pecuária para a lavoura. Esta reorientação estaria contribuindo para a maior concentração da propriedade, que era bastante intensa no estado de Mato Grosso. Mais ainda, de todos os estados envolvidos no projeto, é neste onde se encontrava o maior número de áreas de conflito, dentre as quais o expressivo número de 37 se situava na subárea de Xavantina (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1984).

Em 1984, o PRODIAT, Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins, já apresentava uma grande preocupação em entender as especificidades das subáreas, como por exemplo do Médio Araguaia Mato-grossense. Neste programa fica clara a necessidade de se desenvolver economicamente o Vale do Araguaia, para o que foi elaborado um detalhado levantamento da situação econômica da região (BRASIL, 1984). Outro exemplo é o Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, realizado pela SUDECO, para os anos de 1986 a 1989, que argumentava sobre a necessidade de se diversificar as atividades econômicas das áreas de cerrados, como vemos no trecho: “Juridicamente, a incorporação de terras já chega quase ao seu limite. Convém hoje, sobretudo, intensificar e racionalizar o aproveitamento das terras” (BRASIL, 1985).

Assim, embora com menor volume de recursos, os projetos ainda persistiram na década de 1980, buscando tornar as áreas do Vale do Araguaia cada vez mais inseridas dentro da lógica de produção capitalista. Na década seguinte a presença cada vez mais forte da lavoura mecanizada de soja, principalmente nas áreas mais ao sul do Vale do Araguaia, mostram que, de uma forma ou de outra, estes projetos de ocupação e colonização vão obtendo êxito. Municípios são criados e, alguns dos colonos que conseguiram resistir aos primeiros anos de intensa dificuldade,

---

24 Que já estariam sendo construídas com recursos do PRODOESTE.

se tornam prósperos empresários agrícolas. Empresas como a CODEARA permanecem atuando na região, assim como muitas outras que vieram depois. Contudo, também permanecem, muitas vezes convivendo lado a lado com a agricultura moderna, grupos indígenas e posseiros.

## **Considerações Finais**

---

Desta forma, ficam claras as distintas lógicas de ocupação deste espaço: grupos indígenas, posseiros, colonos, grandes empresas agropecuárias e o Estado. Cada grupo procurando utilizar estratégias distintas para transformar, muitas vezes a mesma área, em seu território. O enfrentamento direto destas estratégias, que vinha sendo anunciado desde meados do século XX, ocorre com grande intensidade na década de 1970. É neste momento que os territórios vão se delineando, demonstrando as estratégias mais ou menos eficazes dos grupos. E mais, fica evidente nos anos seguintes, com um aumento expressivo da capitalização da produção de lavouras temporárias, como a soja, que os agentes econômicos mais poderosos, aliados ao Estado, tornam o projeto de desenvolvimento capitalista deste espaço cada vez mais perto da realidade.

Entretanto, é também nesta área que encontramos a presença duradoura de outras maneiras de entender e de organizar o território. Além da proximidade com o Parque Indígena do Xingu há, por exemplo, diversas TIs dos Xavante já homologadas, além das dos Tapirapé, que recuperaram sua população e uma pequena parte de seus territórios. É também nesta área que os posseiros lutaram firmemente, com apoio da igreja, pela sua vida e manutenção de seu modo de viver, com maior ou menor êxito<sup>25</sup>.

Assim não se trata de uma vitória do projeto de desenvolvimento capitalista. Trata-se, sim, de constantes encontros, por vezes e cada vez menos violentos, entre distintos modos de viver e de reproduzir sua existência. A tentativa de amenizar a voracidade desta opção de desenvolvimento ainda se faz presente nestes sertões do Araguaia e persiste, assumindo novas formas, como o combate ao trabalho escravo e à invasão das terras indígenas. A lógica capitalista aqui, como em muitos lugares, convive e por vezes colide com outras lógicas, o que se traduz em um espaço geográfico complexo e dinâmico.

---

25 Há, sem dúvida, conflitos e agentes que não abordamos aqui, pois seria muito extenso, como o presumível conflito entre posseiros e indígenas, sobre o qual encontramos pouca informação. Outro caso é a presença e o papel do peão, trabalhador das grandes empresas, tão bem abordado por Esterici (1987), e que aqui omitimos.

## Referências bibliográficas

---

- ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense*. São Paulo: Tese de doutoramento, USP, 2001.
- ALVES JR., Gilberto Torres. “O planejamento governamental e seus reflexos na estrutura fundiária em Mato Grosso”. *Caminhos de Geografia – revista on line*, 4 (9), jun. 2003, pp. 17-30.
- BARROS, João Alberto Lins de. *Fundação Brasil Central*. Relatório, Rio de Janeiro, 1944.
- BRASIL – MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. *O novo plano nacional de viação*. Brasília: Serviço de documentação, 1965.
- \_\_\_\_\_. *A execução do plano rodoviário nacional*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1966.
- BRASIL – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *O I encontro regional de planejamento: Norte e Centro-Oeste*. Brasília, 1972.
- BRASIL – MINISTÉRIO DO INTERIOR. *Diretrizes para a ocupação dos cerrados – POLOCENTRO (1975-1977)*. Brasília: Brasiliana/SUDECO, 1975.
- \_\_\_\_\_. Prodiat – Projeto de desenvolvimento integrado da bacia do Araguaia-Tocantins. Brasília, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento regional do Centro-Oeste (1986-1989)*. Brasília: SUDECO, 1985.
- BÔAS, O. V. e BÔAS, C. V. *A marcha para o oeste: A epopéia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Globo, 1994.
- CASALDÁLIGA, Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. *Carta Pastoral – São Félix do Araguaia* em 10 de outubro de 1971. In: <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/uma-igreja-na-amazonia/umaignreja.htm>, acessado em 07/04/2008.
- CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). “Peões e Garimpeiros: terra e trabalho no Araguaia”. Rio de Janeiro: CEDI, *Cadernos do CEDI* 11, 1983.
- CHOVELON, H., Fernandes. F. Sbardellotto, P. *Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1996.
- CIMI. *Dossiê índios em Mato Grosso*. Cuiabá: OPAN, 1987.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia*: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Estudos para a redefinição do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados* – POLOCENTRO. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, 1984.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. “Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil – uma perspectiva histórica”. In: *Planejamento e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, n° 13, junho de 1996, pp. 183-211.

IBGE. “Expedição Roncador Xingu” – Noticiário. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Geografia*, ano X, n°1, 1948.

\_\_\_\_\_. “Barra do Garças”. In: *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, volume XXXV, 1958.

IRMÃZINHAS DE JESUS. *O renascer do povo Tapirapé*: Diário das Irmãzinhas de Jesus de Charles de Foucauld. São Paulo: Editora Salesiana, 2002.

MENEZES, Cláudia. “Os Xavante e o movimento de fronteira no leste matogrossense”. São Paulo: *Revista de Antropologia*, v. 25, 1982, pp. 63-87.

\_\_\_\_\_. “Missionários e guerreiros: o apostolado salesiano entre os Xavante”. In: *Transformando os Deuses*. Campinas: Unicamp, 1999, pp. 309-341.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. *Parque indígena do Xingu*: a construção de um território estatal. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.

MORENO, Gislaíne. *Terra e poder em Mato Grosso*: Política e mecanismos de burla (1892-1993). Cuiabá: Entrelinhas/Ed. UFMT, 2007.

VELOSO, Nilo Oliveira. “Expedição Roncador Xingu”. Rio de Janeiro: *Revista do Clube Militar*, ano XX, n° 80, 1946.



# Práticas espaciais e difusão da agricultura de precisão na Microrregião de Canarana – MT

*Luís Angelo dos Santos Aracri*

## **Introdução**

---

Na fase atual do sistema capitalista, cuja face contemporânea é o processo de globalização da produção, das finanças e do consumo, a produção agrícola, segundo afirmou Santos (2000), adquire uma referência planetária porque recebe a influência das mesmas leis que regem os demais aspectos da produção econômica em geral, ao mesmo tempo em que se torna cada vez mais exigente de ciência, técnica e informação, de maneira que hoje se pode falar de uma verdadeira “agricultura científica globalizada”, cujo resultado é o aumento da produtividade em relação à área plantada. Nos lugares onde essa nova forma de agricultura se instala, percebe-se o aumento da demanda por bens científicos, pesquisa e assistência técnica, o que subordina o plantio, a colheita, o armazenamento, o transporte e a comercialização a uma razão técnica comandada por um mercado global altamente competitivo e que fixa normas de rendimento e qualidade aos produtos.

O cultivo da soja no estado de Mato Grosso é um caso exemplar nesse sentido porque vem se caracterizando pela incorporação constante de inovações tecnológicas, como no caso da crescente informatização dos processos mecânicos. O estado-da-arte desse processo é o que vem sendo chamado de “agricultura de precisão”, um sistema que integra geotecnologias (GPS e sistemas de informação geográfica) aos equipamentos mecânicos (máquinas em geral: colheitadeiras, plantadeiras, tratores), tornando mais eficiente o planejamento da produção, sua execução e a tomada de decisões.

Mas como uma técnica nova, ou um novo método de produção, são difundidos? O estudo sobre os processos de difusão de inovações representa um desafio tanto teórico quanto empírico. O tema é uma tradição em vários campos disciplinares desde a primeira metade do século XX e a geografia não foge à regra. Desde Friedrich Ratzel, passando por Carl

Sauer e seus seguidores da chamada “Escola de Berkeley”, a geografia vem procurando contribuir com a teoria da difusão. Entretanto, como objeto de investigação, a difusão tem hoje um prestígio menor do que possuía no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970, quando os geógrafos publicaram textos importantes sobre o assunto e com ênfase em modelos de representação. Infelizmente, por ter sido vinculada à revolução quantitativa ocorrida na década de 1950, a “escola difusionista”, nascida do paradigma da análise espacial, foi acusada de burguesa e reacionária durante o movimento de renovação crítica da geografia, o que transformou a difusão num tema secundário, mas não completamente abandonado.

As críticas ao “difusionismo” na geografia eram pertinentes: a precariedade com que a dimensão temporal foi abordada na interpretação dos processos espaciais e a desconsideração com a complexidade da dinâmica social foram apenas algumas delas. Ainda assim, pode-se afirmar que a difusão é um dos processos espaciais mais importantes, devido ao seu grande poder analítico (DA SILVA, 1995), pois as coisas, quer seja um produto novo, uma idéia, mensagens, métodos de produção etc, não se difundem em todos os lugares, muito menos ao mesmo tempo e da mesma maneira. Se a difusão não é, portanto, um processo simultâneo (no tempo), nem contíguo (no espaço), precisamos compreendê-lo se quisermos analisar e explicar as desigualdades locais e regionais.

O objetivo deste trabalho é analisar o papel das práticas espaciais na difusão da agricultura de precisão nos municípios produtores de soja da Microrregião da Canarana (Água Boa, Canarana, Querência e Nova Xavantina). Partimos do pressuposto que, apesar das condições fisiográficas e geoconômicas locais serem fatores importantes para a compreensão da heterogeneidade da implantação da técnica em diferentes lugares, o que não deixaremos de levar em conta no presente estudo, não podemos ignorar os processos de controle da difusão para as localidades onde as inovações são adotadas. Dessa forma, privilegiaremos em nossa análise a oferta das inovações, isto é, a disponibilidade sob forma de produtos ou serviços. Nesse sentido, entendemos que a difusão dos meios de produção ocorre segundo a lógica da circulação e comercialização de mercadorias.

Acreditamos que a presença de uma certa técnica em alguns lugares concomitante à sua ausência em outros é, portanto, um fator de diferenciação espacial. Nesse sentido, sustentamos que a análise dos processos de difusão, negligenciada pela teoria crítica, é de crucial importância para a compreensão do desenvolvimento espacialmente desigual do capitalismo. Mas para fazer a teoria avançar, é preciso romper com o paradigma neoclássico e seus respectivos modelos de representação e considerar o caráter dinâmico das localizações, que podem ser desfeitas e refeitas segundo diferentes interesses e projetos de classe. Portanto, a difusão

das inovações deve ser pensada em termos de processos sociais capazes de alterar, numa determinada fração do tempo histórico, a distribuição espacial das atividades e do capital.

## **O difusionismo na geografia: uma breve retrospectiva**

---

A “pré-história da geografia” registra numerosos estudos empíricos sobre a propagação de etnias, linguagens, religiões, domesticação de plantas e animais, modos de vida e mais um sem número de características distintivas entre civilizações. Esses estudos pretendiam expressar a evolução da humanidade, mas o fizeram de modo incompleto porque caracterizavam, num dado momento do espaço, “a situação particular de cada sociedade” (SANTOS, 2003: 42). Alguns desses trabalhos procuraram abranger a dimensão temporal, mas poucos ressaltavam que a história de um lugar é construída tanto de fatores locais quanto de elementos extra-locais, que resultam dos processos de difusão.

Há uma longa tradição de estudos sobre difusão de inovações na geografia, mas o autor questiona se modelos de difusão geográfica têm sido sistematicamente elaborados. Tornou-se um “consenso” entre geógrafos “radicais” que os estudos que tratam da evolução espacial são ideológicos porque não passariam de teorias generalizantes aplicadas a situações muito complexas.

Entretanto, quando comparada com a economia e as demais ciências sociais, a geografia é considerada a disciplina que menos se dedicou à difusão de inovações. Isto é constatado por Rogers (1995), embora o autor reconheça a importância dos estudos realizados por geógrafos, principalmente os de Torsten Hägerstrand, que acreditavam ser possível teorizar o processo de difusão com base na observação de regularidades empíricas (como o efeito proximidade, por exemplo). Isto permitiu a formulação de dois tipos básicos de modelos: os indutivos, fundamentados na existência de “ondas de inovações”, e os probabilísticos.

O geógrafo sueco é considerado um dos grandes nomes do difusionismo, dentro e fora da geografia – tanto que o padrão de difusão por “contágio” identificado por ele em seus estudos foi redescoberto pelos pesquisadores da área de saúde pública. Porém, seu trabalho é hoje passível de muitas críticas, mas também possui alguns méritos. De uma certa maneira, a abordagem de Hägerstrand, pelo menos inicialmente, seria uma continuação da linha de estudos desenvolvida pela geografia cultural (Carl Sauer e a “Escola de Berkeley”). Ele escreveu: “A difusão de inovações – a

origem e disseminação das novidades culturais – é uma área de estudo que envolve todas as ciências que se ocupam da atividade humana, inclusive, e não menos importante que todas as outras, a geografia cultural e econômica” (HÄGERSTRAND, 1967: 1).

Os modelos de Hägerstrand enfatizam dois elementos que, para o autor, são de fundamental importância: o primeiro deles é a informação e o segundo é a probabilidade de um indivíduo adotar determinada inovação. A adoção depende da quantidade e da qualidade da informação sobre a inovação que o potencial adotante possui e das barreiras espaciais que agem de forma diferenciada na circulação e difusão das informações. Esta questão diz respeito às relações entre a comunicação e o processo de difusão. Baseados nos trabalhos de Hägerstrand, geógrafos como Gaspar e Gould (1981) desenvolveram estudos que procuravam articular as estruturas sociais agrícolas e as estruturas das comunicações interpessoais, mas pecam pela ênfase nas características pessoais dos potenciais adotantes de uma inovação.

As duas principais críticas ao trabalho de Hägerstrand foram, basicamente: 1) pensar a difusão na perspectiva do indivíduo que adota a inovação, tratando o processo como se fosse dependente exclusivamente da decisão do adotante potencial; 2) ao fixar o tempo que leva o receptor da inovação para adotá-la, o faz tratando-o como sucessão de intervalos, ou seja, unidades discretas de igual duração (DA SILVA, 1995).

É Brown (1968) quem vai, a partir da base construída por Hägerstrand, desenvolver avanços importantes na teoria da difusão na geografia. Em primeiro lugar, ele será responsável por uma importante mudança de enfoque. Ao contrário do geógrafo sueco, Brown vai inserir a difusão na perspectiva do mercado e da infraestrutura. Isto quer dizer que o enfoque deve ser feito a partir dos agentes propagadores da difusão (empresas, entidades comerciais, o Estado), ou seja, a partir do ponto de vista da oferta das inovações, levando em consideração as estratégias locais desses agentes e os meios materiais disponíveis (principalmente redes e infraestruturas de comunicações e transportes). Significa que o mais importante no processo de difusão é a dinâmica das instituições e não as interações interpessoais. Nas palavras do próprio Brown: “O foco geral de investigação tem sido a compreensão do processo de difusão entre indivíduos de uma pequena área ou comunidade. Os processos de controle da difusão para a localidade onde o adotante vive têm sido largamente negligenciados” (BROWN, 1968: 7).

O enfoque do mercado e infraestrutura proposto por Brown provocou uma mudança qualitativa significativa porque ao privilegiar o aspecto da oferta das inovações, nos permite pensar que a difusão destas ocorreria segundo a lógica da circulação e comercialização de mercadorias, porque

a tecnologia é, ela própria, uma mercadoria. Santos (2003), por exemplo, chega a tratar difusão de inovações e estratégia de vendas como sinônimos. Marx (2006), por sua vez, já nos dizia que a mercadoria é um objeto externo cujas propriedades intrínsecas (valores-de-uso) permitem satisfazer necessidades humanas de qualquer natureza, não importando de que maneira o façam, seja diretamente como objeto de consumo, ou indiretamente como meio de produção. Entretanto, mesmo os meios de produção possuem, simultaneamente, valores-de-uso e valores-de-troca, sendo que aqueles são os “veículos materiais” destes. Para Marx, o valor-de-uso só se realiza com o consumo do objeto transformado em mercadoria, inclusive sob forma de máquinas e equipamentos.

Muitos outros autores da mesma matriz teórico-metodológica neopositivista avançaram significativamente. O trabalho de Gould (1969), por exemplo, representou um importante acréscimo às abordagens anteriores porque ultrapassou a elaboração de modelos e propôs um roteiro para a análise do processo de difusão, destacando alguns pontos fundamentais como o foco inicial de aparecimento ou introdução de uma inovação (e os fatores condicionantes locais), os agentes (quem são e como agem), as barreiras espaciais, os limites espaço-temporais, os impactos sócio-espaciais e as heranças deixadas.

Yapa estudou a difusão da inovação no contexto do desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo, introduzindo na teoria os determinantes sociais (FIGUEIREDO, 1976) e dando um grande salto em relação aos enfoques da comunicação social e da produção e distribuição, chegando inclusive a publicar um trabalho sobre a difusão dos “pacotes tecnológicos” da chamada “Revolução Verde” na Índia (YAPA, 1977). Esta é a primeira grande contribuição teórica fora do eixo Europa-EUA e estava fortemente comprometida com a luta por uma distribuição mais equitativa do progresso material entre os indivíduos. Foi Yapa quem introduziu na literatura o termo “não-difusão”, que denomina um processo de difusão que intensifica desigualdades regionais e entre classes sociais.

O primeiro contra-argumento de Yapa em relação às teorias anteriores é que as teses dualistas (moderno/tradicional, desenvolvimento/subdesenvolvimento etc), gênese do pensamento difusionista, não eram consistentes com o fato histórico e não retratavam a natureza do processo de subdesenvolvimento. A segunda grande crítica do autor é que a teoria da difusão ignorou as confrontações de interesses entre diversos grupos sócioeconômicos e o papel do Estado como mediador de tais conflitos e como ator fundamental na repartição do poder. O terceiro grande problema assinalado pelo geógrafo indiano tem a ver com as “premissas comportamentais” presentes na teoria da difusão, que atribuía a ausência de empreendimentos e setores modernos nos países subdesenvolvidos à falta

de “espírito empreendedor” voltado para as atividades comerciais. Para ele, a questão central é a distribuição dos recursos, ou seja, as condições da difusão não têm relação causal com atributos pessoais ou com a simples disponibilidade de informação.

Harvey (1980) foi um dos grandes representantes da corrente radical que criticou duramente os estudos sobre difusão de inovações, acusando-os de abordar processos puramente espaciais e alheios à complexidade da dinâmica social. Para ele, havia uma consideração maior pelo efeito-proximidade nas ondas de difusão do que pela complexa trama de relações sociais. É claro que, neste caso, o geógrafo britânico demonstrou desconhecer (ou ignorar) completamente o trabalho de Yapa.

Na elaboração da sua análise crítica à maneira como os geógrafos trataram a relação espaço-tempo, Milton Santos debruçou-se inicialmente sobre a teoria da difusão espacial de inovações, que nesse sentido representou um esforço válido no interior da disciplina. No entanto, relembra que “a preocupação dominante de elaborar modelos dedutivos impediu essa teoria de avançar” (SANTOS, 1978: 203). Este tópico deu origem a uma extensa bibliografia, mas se no começo o foco das pesquisas era a elaboração de modelos de regularidades empíricas, posteriormente os estudos sobre difusão foram contaminados pela lógica utilitária e colocados a serviço do capital.

Mas Da Silva (1995) acredita ser possível desconstruir as teorias sobre difusão espacial de inovações sem precisar destruí-las ou abandoná-las. Isto explica por que a difusão voltou a despertar algum interesse nos geógrafos, ainda que de forma um tanto tímida. Atualmente, o tema vem sendo abordado de duas maneiras: de um lado, com o desenvolvimento das novas técnicas digitais de mapeamento temático e do geoprocessamento, a difusão vem sendo tratada por alguns geógrafos como um problema de representação, havendo inclusive um grupo na Universidade de Maine (EUA) que se dedica especificamente a esta questão (HORNSBY, 2000); de outro, estão os autores que, como assinalou Da Silva, mergulham no esforço de desconstrução das teorias dos geógrafos neopositivistas, destacando os acertos e os problemas, com o intuito de avançar nos estudos sobre o tema.

## **Sobre as práticas espaciais**

---

Para Corrêa (1995), as chamadas práticas espaciais são um conjunto de ações que criam, mantêm, desfazem ou refazem as formas geográficas. Isto significa que tais práticas são portadoras dos projetos de determinados grupos ou classes sociais com vistas à criação ou reprodução de uma

atividade ou da sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, representam meios efetivos de gestão do território, ou seja, de controle da organização espacial, dos objetos geográficos etc. O referido autor identifica cinco práticas espaciais que, adverte, não são excludentes entre si: seletividade, fragmentação ou remembramento, antecipação, marginalização e reprodução da região produtora.

A seletividade espacial representa a ação seletiva dos sujeitos sociais no processo de organização do seu espaço. Esta prática envolve julgamento e decisão segundo o projeto estabelecido. A localização de atividades e empresas, por exemplo, depende por exemplo de um conjunto de fatores que “pesam” nas escolhas dos agentes: proximidade com as fontes de matérias-primas, maior disponibilidade de mão-de-obra barata, incentivos fiscais etc.

A inovação é algo que não se encontra disponível em todos os lugares, portanto sua difusão é comandada pela seletividade espacial do capital. Isto nos permite concluir que a inovação tecnológica está onde ela pode permitir maior rentabilidade e uma maior reprodução ampliada do capital e sua presença indica tanto a existência de condições especiais instaladas previamente para possibilitar seu uso eficiente – que explica porque quem a propaga decidiu ali implantá-la – quanto o aprofundamento das desigualdades entre os lugares.

A fragmentação espacial se refere à intensificação da atuação de uma ou mais empresas para viabilizar a oferta de bens e serviços através da implantação de novas unidades vinculadas à produção ou à distribuição para ampliar a área de cobertura dos produtos. Do ponto de vista da modernização da agricultura e da difusão de insumos modernos, significa ampliar a rede de comercialização de máquinas e implementos, ou criar novas unidades de armazenamento de matérias-primas. A fragmentação está fortemente vinculada à seletividade espacial: existe uma lógica por trás da escolha da localização de novas concessionárias de máquinas agrícolas ou de novos armazéns.

A antecipação espacial é a prática definida pela localização de uma atividade antes que condições favoráveis ao seu desenvolvimento tenham sido completamente satisfeitas. Antecipa-se à criação da oferta, em quantidade significativa, de matérias-primas. Este é um procedimento comum entre as tradings em Mato Grosso e está vinculado às práticas anteriormente mencionadas. Em muitos casos o armazenamento é implantado antes mesmo da produção dos grãos atingir um patamar de dimensão igual ou superior ao necessário para tornar a atividade viável. Entretanto, do ponto de vista da seletividade espacial, significa que as localizações que são objeto de antecipação possuem condições virtuais de possibilitar grandes

ganhos no futuro. Um desses indicadores pode ser a constatação de um forte incremento da produção numa dada região em curto prazo.

A marginalização espacial pode corresponder à não concretização das virtualidades presentes num determinado lugar. Isto significa que a produção esperada pode ter ficado aquém das projeções, inviabilizando, por exemplo, a manutenção de uma unidade de armazenamento, forçando-a a se transferir para outro lugar. Isto também se refere à técnica. Uma vez que a inovação não atingiu os resultados esperados num determinado lugar, ou seja, não obteve a rentabilidade e os lucros esperados, ela pode ter seu uso suspenso, ou pode ter sua localização mudada. Os espaços marcados pela evasão de capitais tornam-se assim marginalizados no processo de seletividade espacial. Cabe indagar se em algumas das regiões produtoras que serão estudadas este tipo de marginalização ocorreu sob o aspecto da difusão da agricultura de precisão.

A reprodução da região produtora deve ser compreendida no âmbito do processo de valorização produtiva do espaço. O Estado e as grandes corporações (estas cada vez mais) são responsáveis por um conjunto de práticas espacialmente localizadas e que se destinam à reprodução das atividades. Isto pode se dar através de estratégias de fixação do homem no campo, por exemplo. Mas isto pode ser feito também através de orientação e assistência técnica agrônômica. O conjunto de práticas empregadas para a reprodução da agricultura moderna é variado e precisamos investigar quais estão presentes nos municípios produtores de soja e quem as promove.

As práticas espaciais devem ser compreendidas no âmbito das estruturas sociais que definem os projetos que deverão ser concretizados. Portanto, os modos de organização da produção explicam o sentido dessas práticas.

## **A agricultura de precisão e sua difusão em Mato Grosso**

---

Conforme vimos em estudo anterior (ARACRI, 2005), a chamada “agricultura de precisão” é um sistema de produção que começou a ser desenvolvido nos Estados Unidos e na Europa durante a década de 1990. Foi criado tendo em vista um maior controle na aplicação de insumos (calcário e fertilizantes) e o aumento da produtividade em talhões menos férteis porque considera a heterogeneidade e a variabilidade espacial da área total da produção. Portanto, duas de suas principais características são: o conhecimento em detalhes sobre cada trecho da área a ser plantada e a aplicação dos insumos em taxas variáveis.

A base do sistema é o banco de dados gerados a partir do cruzamento de informações sobre propriedades físico-químicas dos solos, topografia e produtividade associado a mapas e imagens de satélite. Esse conjunto de dados permite a elaboração de diagnósticos que fundamentam as prescrições dos agrônomos e a aplicação dos fertilizantes e dos corretivos químicos no plantio. Os processos são integrados e a cada nova colheita o banco de dados é atualizado. A agricultura de precisão é um caso típico de “solidariedade técnica” (SANTOS, 2002; ELLUL, 2003) porque envolve a cooperação entre seis tecnologias de suporte: sistemas de posicionamento global (GPS), sistemas de informação geográfica (SIG), sensoriamento remoto, plantio direto, mecatrônica (automação) e estatística.

Em outras palavras, a agricultura de precisão trouxe transformações qualitativas aos processos mecânicos. As colheitadeiras possuem sensores de massa, GPS e computadores de bordo para produzir mapas georreferenciados de produtividade durante a colheita. Com essas informações, os agrônomos podem localizar as áreas de menor fertilidade, identificar as carências nutricionais do solo nesses pontos (com o auxílio de análises laboratoriais) e prescrever taxas diferenciadas de aplicação de insumos. Estas prescrições são inseridas na programação de plantadeiras projetadas especialmente para a distribuição variável do calcário e dos fertilizantes e que também são equipadas com sensores, computadores de bordo e sistema de posicionamento global. Isto quer dizer que a máquina “sabe” exatamente o quanto de insumos deve aplicar num determinado trecho do talhão no exato momento em que passa sobre o mesmo.

No esteio da soja, a agricultura de precisão começou a ser implantada em Mato Grosso no ano de 2000, mas não intensivamente porque, naquela época, sua utilização dependia de liberação de sinais de satélite militares norte-americanos. Além disso, a tecnologia não era tão viável em termos financeiros por causa do elevado custo e do retorno em médio ou longo prazo. Com a posterior liberação do sinal pelos Estados Unidos e a boa repercussão dos resultados obtidos pelos poucos que ousaram apostar na nova técnica, a agricultura de precisão tornou-se mais atraente para os produtores, principalmente por causa do aumento do custo da produção, que em 2005 chegou a ser de 30 a 33 sacas por hectare.

A comercialização de máquinas e implementos agrícolas adequadas ao sistema de precisão em Mato Grosso é dominada por quatro empresas multinacionais: Massey-Ferguson, New Holland, Case-IH e John Deere. Essas quatro empresas possuem fábricas de máquinas no país e, também, uma ampla rede de revendedores em todo território mato-grossense. A John Deere e a Massey Ferguson possuem, cada uma, quatorze concessionárias, enquanto a New Holland possui onze e a Case-IH seis.

Conforme mencionamos anteriormente, a agricultura de precisão possui um custo muito elevado. Esse custo, no entanto, não se restringe ao preço dos equipamentos: o sistema exige também o emprego de uma mão-de-obra altamente qualificada e igualmente cara. Para o produtor rural, isto significa um investimento de alto risco e cujo retorno financeiro pode não ser garantido se o método não for implantado adequadamente. Nesse sentido, poucos produtores se arriscam a utilizar a agricultura de precisão por conta própria.

No entanto, afirmamos em um momento anterior (ARACRI, 2005) que os agentes que utilizam essa técnica são grandes grupos empresariais do ramo de alimentos, principalmente os que estão ligadas aos segmentos de esmagamento de soja e de comercialização (tradings), como, por exemplo, o Grupo Bunge. Segundo Santos (1998), as indústrias agrícolas não urbanas são empresas hegemônicas porque são dotadas não apenas de grande capacidade de adaptação às conjunturas, como também dispõem de um potencial reestruturador devido ao seu poder de mudança tecnológica e de transformação institucional.

Os grupos agroindustriais são difusores desse sistema de precisão porque financiam a produção dos agricultores de quem compram os grãos. A Bunge Alimentos (BAL), por exemplo, em conjunto com uma outra empresa do mesmo grupo que atua no segmento de fabricação e comercialização de fertilizantes, financia os produtores em troca da matéria-prima que necessita para produzir farelo e óleo de soja. A Serrana Fertilizantes fornece o adubo aplicado e para isso emprega o sistema de precisão para garantir maior rentabilidade.

Isto estaria vinculado ao que vem sendo chamado de “crise” do modelo baseado no complexo agroindustrial (COSTA e MAZZALI, 1995; MAZZALI, 1999) devido à emergência de novas formas de organização em “rede” em função da revisão das estruturas organizacionais e espaciais das atividades e das empresas, da reconfiguração e ampliação das articulações com fornecedores, distribuidores e clientes e da reformulação das estratégias empresariais. Além disso, a desregulamentação interna da economia se transformou no fator que viabilizou a implantação, por parte das empresas, de formas mais “flexíveis” de acumulação, visando a continuidade do processo de modernização de atividades e setores de acordo com as necessidades do capital privado. Este, por sua vez, é responsável por inovações tecnológicas e financeiras, como no caso da agroindústria, preenchendo o vazio deixado pelo Estado no financiamento das safras com a criação desse sistema de equivalência produto.

Essas novas estratégias empresariais constituem um exemplo de como empresas como a Bunge Alimentos promovem a reprodução das regiões produtoras. A empresa integra a compra da matéria-prima ao

financiamento, à distribuição do adubo e ao gerenciamento agrícola e os quatro segmentos são controlados pelo mesmo grupo. O produtor rural, ao buscar o financiamento com a multinacional, se sujeita aos termos do “contrato”: em primeiro lugar, o agricultor deve adquirir o adubo exclusivamente com a empresa desse segmento que seja coligada ao Grupo Bunge; em segundo, o projeto de planejamento e gerenciamento agrícola deve ser feito pela própria fornecedora do fertilizante, que opta pela distribuição variável de insumos.

Recentemente, o serviço de agricultura de precisão oferecido pela Serrana foi flexibilizado para tornar-se mais atraente e acessível para os produtores de soja, pois agora estes podem optar por apenas uma das etapas do sistema de precisão e deixar as demais para serem feitas pelo próprio agrônomo da fazenda ou por outra empresa. Ou ainda, se preferir, o produtor pode utilizar todo o serviço em apenas uma parte de sua propriedade.

É importante que se diga que as estratégias empresariais ligadas à reprodução das regiões produtoras por si mesmas não explicam por completo a presença de certas técnicas e a disponibilidade de serviços tão especializados nesses subespaços, pois devemos levar em consideração, também, a influência de fatores condicionantes de ordem geoeconômica. Nesse sentido, o município de Querência representa um caso exemplar: sua produção de soja é a mais elevada de toda microrregião de Canarana (461.100 toneladas de grãos colhidos em 2006, segundo levantamento feito em 2007 pelo IBGE), o que acreditamos ser um indicador da existência de uma grande escala. Os dados fornecidos pela Secretaria de Agricultura do município parecem não desmentir isso: a área plantada total da safra 2006/2007 foi de 144.700 hectares (e a expansão do cultivo do arroz abrirá novas áreas para as lavouras de soja); a produtividade no último ano foi de 55,29 sacas por hectare; 50% do PIB da soja está concentrado nas mãos de 11 produtores, que plantam, no mínimo, 6.000 hectares; a área de plantio está aumentando, apesar da “crise”, e a área plantada deve ser expandida em 10% para a safra 2007/2008. Para a secretaria, os negócios feitos em “moeda soja” (equivalência produto) estimulam esse padrão – 90% do crédito é obtido via tradings.

A escala da produção é um dado importante porque condiciona a relação entre custo e benefício no emprego da agricultura de precisão. Em outras palavras, uma coisa é utilizar serviço numa área correspondente a 100 hectares numa propriedade cuja área total é de 1.000 hectares, enquanto que outra completamente diferente é produzir com auxílio da agricultura de precisão em todos os talhões numa fazenda de 100 hectares – neste último caso o custo seria muito maior e o benefício bem menor (pois a variabilidade espacial da produtividade da terra é bem reduzida).

Ainda assim, para garantir um certo equilíbrio entre a oferta e a demanda pelo serviço, uma vez que a escala da produção, mesmo em Querência, não é das maiores quando comparada com municípios de outras importantes microrregiões produtoras de soja em Mato Grosso (como, por exemplo, Sorriso, Nova Mutum ou Sapezal), a Serrana Fertilizantes hoje se vê forçada a oferecer projetos de gerenciamento agrícola mais maleáveis e acessíveis, sobretudo porque a empresa começou a disponibilizar o serviço no município apenas em 2007 e, portanto, lhe interessa torná-lo mais atraente e viável para os produtores.

O agricultor pode requerer apenas a elaboração do mapa de produtividade, ou a aplicação diferenciada dos insumos, conforme sua necessidade. Em todo caso, nem todas as etapas do sistema são executadas ou desenvolvidas pela Serrana. Uma empresa chamada Agrivale é que realiza o mapeamento da fertilidade do solo e a aplicação de corretivos e fertilizantes em taxa variável, mas todo o processo é supervisionado e normatizado pela Serrana. Segundo informações fornecidas pelo escritório da empresa em Querência, a agricultura de precisão no município foi introduzida em cerca de 5% da área plantada total, mas a meta da empresa é expandir até 90%, com um incremento previsto de 45% para os próximos cinco anos. A Serrana Fertilizantes acredita na expansão do serviço porque sua utilização pode acarretar uma economia de até 50% no emprego de calcário, o que representa uma redução de 10% no custo com insumos.

Como vimos, Querência reúne algumas condições favoráveis à utilização do método de precisão, sobretudo aquelas ligadas à maior magnitude da escala da produção, o que favorece a internalização dessa técnica nas práticas de reprodução da região produtora por parte das tradings. No entanto, os demais municípios produtores de soja da microrregião estudada não reúnem fatores de equivalente proporção e o que constatamos é a existência de certos limites à difusão do sistema.

Em Canarana, por exemplo, a área plantada média de soja por produtor, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, é de cerca de 550 hectares. Com relação à pecuária extensiva, essa área média é muito maior (2.500 hectares). De acordo com as informações disponibilizadas pelo escritório regional da EMPAER-MT (Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural), a pequena produção compreende desde o módulo rural (que na cidade é de 80 hectares) até as propriedades de aproximadamente 150 hectares. Por outro lado, a chamada “grande produção” está limitada entre 3.000 e 4.000 hectares e concentrada nas mãos de 5% dos produtores. Em 2006, a área plantada total foi de aproximadamente 8.000 hectares. A produção total de grãos no mesmo ano, segundo levantamento feito pelo IBGE, foi de 226.193 toneladas.

A EMPAER-MT é uma empresa pública estadual de assistência técnica e seu público-alvo são pequenos produtores que buscam financiamento pelo Banco do Brasil. Entretanto, em Canarana existem outras duas empresas de assistência ao produtor rural, ambas privadas (Canaplan e Planeta), sem contar as tradings instaladas no município (Bunge, Cargill, Caramuru e Coimbra), que também oferecem esse tipo de serviço e que financiam a maior parte da produção de soja na localidade. A cidade também possui cinco concessionárias de máquinas agrícolas: Valtra, New Holland, Massey-Ferguson, John Deere e Agrale.

Mas o mercado para a agricultura de precisão em Canarana é ainda considerado bastante insipiente porque a escala da produção, ao contrário de Querência, não possibilita uma relação custo/benefício em conta para a grande maioria dos produtores. Entretanto, para garantir uma maior homogeneização e padronização da produção, exigência do mercado mundial de commodities, as estratégias de reprodução da região produtora empreendidas pelos diversos atores no município incorporaram “versões aproximadas” das técnicas mais modernas, como a chamada “agricultura de precisão caipira”: com a assessoria de um agrônomo ou de uma empresa de assistência técnica, a propriedade é dividida em talhões para os quais são elaborados históricos individuais de produtividade e rendimento e que servirão de base para as prescrições de insumos e fertilizantes específicas para cada talhão, mas utilizando plantadeiras comuns (distribuição homogênea). Ainda assim, a Bunge realizou recentemente um teste com agricultura de precisão em uma área de aproximadamente 50 hectares, com um preço acessível aos produtores e limitado apenas à aplicação de fertilizantes.

Já em Nova Xavantina, município que registra uma produção de grãos das menos expressivas na microrregião de estudo (55.474 toneladas em 2006, segundo o IBGE), a agricultura de precisão, que chegou a ser empregada em quatro mil hectares da área plantada total do município na safra 2005/2006 (BONFANTI, 2006), não foi incrementada no ano seguinte. A Serrana Fertilizantes era a única empresa a deter a tecnologia porque estava estruturada com todos os equipamentos e recursos humanos especializados e porque possuía uma capacidade de deslocamento de máquinas e pessoal de 40 a 50 hectares numa distância de 100 km. Acreditava-se, portanto, que era possível tornar rentável qualquer propriedade e de qualquer tamanho. Isto, entretanto, não ocorreu. Os benefícios da agricultura de precisão foram colhidos em lavouras de, no mínimo, 5.000 hectares, cujos proprietários possuíam estrutura própria para aquisição e manutenção do maquinário e para a contratação e formação do quadro técnico. Por essa razão, o serviço deixou de ser

oferecido pela Serrana no município, o que constitui um caso exemplar de marginalização espacial.

Outros dados ajudam a compreender o “fracasso” da agricultura de precisão em Nova Xavantina: segundo dados do Anuário Estatístico de Mato Grosso (2003), a pecuária ocupava em 2002 uma área de 286.734 hectares, contra 45.000 hectares de culturas anuais. Em 2004, segundo o IBGE, a área plantada total de soja era de 40.000 hectares. Dos municípios estudados, Nova Xavantina é, portanto, o de menor escala de produção.

A partir dos distintos níveis de internalização da agricultura de precisão nas práticas de reprodução da região produtora, podemos observar também como se dá a seletividade espacial do capital. Já que consideramos a difusão do sistema de precisão como um processo presidido pela lógica de circulação de bens (máquinas e implementos) e serviços (assistência técnica), a seletividade espacial deve ser entendida, neste caso, como definida pela relação entre oferta e procura. Esta última, por sua vez, pode ser maior ou menor conforme a escala da produção, como vimos anteriormente.

Na microrregião estudada, a John Deere possui uma concessionária de máquinas agrícolas apenas em Canarana, como já vimos. A New Holland tinha uma concessionária em Querência, mas a encerrou em 2007. A Case-IH instalou uma concessionária em Água Boa, assim como a Massey-Ferguson, que também possui lojas em Canarana e Nova Xavantina. Aliás, uma pesquisa anterior (ARACRI, 2005) demonstrou que a Massey-Ferguson é a líder no mercado de máquinas para agricultura de precisão em Mato Grosso e um dos seus maiores compradores é o Grupo Bunge.

A seletividade espacial das empresas fabricantes de máquinas agrícolas através da ampliação da sua rede de concessionárias parece estar intimamente relacionada com a seletividade espacial das tradings através da expansão da rede de armazenamento. Tomando como exemplo o Grupo Bunge e suas empresas coligadas, sempre quando a Bunge Alimentos cria um novo armazém em uma determinada localidade, a Serrana Fertilizantes também se instala para distribuir adubos e oferecer assistência técnica (que, como vimos, pode incluir a agricultura de precisão).

Em Querência, a capacidade de armazenagem é de 560.000 toneladas, enquanto que a capacidade de secagem é de 700.000 toneladas. Essa capacidade, no entanto, é considerada deficitária (segundo dados do Sindicato dos Produtores Rurais de Querência, a defasagem é de aproximadamente 60.000 toneladas) e boa parte da soja produzida no município é armazenada em Canarana. Apesar de ter implantado uma unidade de armazenamento no município em 2002 (com capacidade para 70.000 toneladas), a Bunge compra a soja na localidade desde 1990 e a armazenava

em Canarana, o que nos leva a crer que lá havia uma capacidade ociosa que pode ser um indicador de antecipação espacial.

Por se tratar de uma região de expansão recente da soja e que registra valores absolutos de produção razoavelmente inferiores às áreas onde a produção já se consolidou, a escala de produção ainda é muito heterogênea entre os municípios estudados, fator que exerce forte influência sobre o custo da produção. Portanto, a internalização da agricultura de precisão pelas práticas espaciais dos agentes propagadores da nova técnica ainda é limitada, pois o critério das empresas é a maximização dos lucros. Quando ocorre um aumento de escala capaz de diluir o peso de certos fatores de produção (equipamentos, mão-de-obra etc.) no custo total, há um estímulo ao aumento da oferta de bens e serviços mais sofisticados. Somente assim novos meios de produção podem de fato ser largamente difundidos e atingir os rendimentos esperados.

## **Considerações finais**

---

Os dados da pesquisa são claros: o processo de difusão da agricultura de precisão no cultivo da soja em Mato Grosso é espacialmente desigual. Portanto, sua presença em certos lugares, bem como sua ausência em outros, são condicionadas, em parte, por fatores geoeconômicos (como, por exemplo, a escala de produção). Mas como bem vimos em Brown (1968), a difusão dos meios de produção não pode ser explicada apenas pelas condições locais que tornam possível o uso de certas técnicas: é preciso ter enfoque no mercado, na oferta das inovações e nas estratégias dos agentes que as propagam. É importante investigar quem oferece a inovação, como oferece, onde e por quê. Nesse sentido, acreditamos que a análise das práticas espaciais possui grande relevância metodológica.

Entretanto, o estudo da dimensão espacial da difusão, isto é, da heterogeneidade da implantação de uma técnica em diferentes lugares, exige um maior aprofundamento em certas questões que, em razão do enfoque aqui escolhido, foram intencionalmente deixadas de lado, mas que constituem elementos fundamentais para a compreensão de como os meios de produção estão espacialmente distribuídos. Dentre elas, destacamos a dimensão temporal e as escalas geográficas do processo. O melhor desenvolvimento dessas questões faz parte de um estudo mais extenso e elaborado, sob forma de tese de doutoramento.

Os desígnios e a difusão das técnicas são determinados pelos objetivos de quem as comanda. As necessidades dos agentes que controlam os meios para se produzir são determinadas pelas relações sociais de produção, que são um produto histórico. A agricultura de precisão repre-

senta a materialização das normas do mercado global de commodities, que fixa padrões de rendimento e qualidade para os produtos que nele serão comercializados. Em outras palavras, o que os atores hegemônicos (tradings, por exemplo) pretendem é homogeneizar a produção e difundir tecnologias de ponta, através das práticas espaciais, para concretizar esse projeto. Dessa maneira, também se acentua a influência, nos lugares, de fatores que lhes são externos, isto é, quem vem de fora.

Em outras palavras, queremos dizer que a própria evolução desigual dos lugares está intrinsecamente relacionada com a difusão desigual dos sistemas de produção, ao mesmo tempo em que também é condição desta. Portanto, conforme assinalamos anteriormente, não se pode ter uma teoria do desenvolvimento geograficamente desigual do capitalismo sem uma teoria da difusão.

## **Referências bibliográficas**

---

ARACRI, Luís Angelo. *Informatização agrícola no cultivo da soja em Mato Grosso*. Técnica, trabalho e reorganização do território. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2005.

BLAUT, James. "Two views of diffusion". In: *Annals of the Association of the American Geographers*. Vol. 67, no. 3, setembro 1977. EUA: AAG, 1977.

BONFANTI, Gilmar. *A expansão da agricultura moderna e a (re)estruturação do espaço em Nova Xavantina - MT*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso, 2006.

BROWN, Laurence. *Diffusion dynamics*. A review and revision of the quantitative theory of the spatial diffusion of innovation. Lund: Royal University of Lund Press, 1968.

CORRÊA, Roberto L. "Interações espaciais". In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Vera M. e MAZZALI, Leonel. "A perda da dinamicidade do modelo de desenvolvimento via CAI e a necessidade de um novo aparato conceitual". In: *Boletim de geografia teórica*. Vol. 25, nº 49-50. Rio Claro: AGETEO, 1995.

DA SILVA, Carlos A. "Os avatares da teoria da difusão espacial: uma revisão teórica". In: *Revista Brasileira de Geografia*. 51(1), jan/mar 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

ELLUL, Jacques. *La edad de la técnica*. Barcelona: Octaedro Límites, 2003.

FIGUEIREDO, Adma. "Difusão de inovação e involução econômica: a contribuição de Lakshman S. Yapa ao estudo de difusão de inovação". In: *Revista Brasileira de Geografia*. 40 (1), jan/mar 1978. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

GASPAR, J. e GOULD, P. "The Cova da Beira: an applied structural analysis of agriculture and communication". In: *Space and time in geography*. Essays dedicated to Torsten Hägerstrand. Lund: CWK Gleerup, 1981.

GOULD, Peter. *Spatial diffusion*. Commission and College Geography Resource Paper no. 4. USA: Association of American Geographers, 1969.

HÄGERSTRAND, Torsten. *Innovation diffusion as a spatial process*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HORNSBY, Kathleen. "Spatial diffusion: conceptualizations and formalizations". In: *National Center for Geographic Information and Analysis and Department of Spatial Information Science and Engineering*. Maine: University of Maine, 2000.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. Livro 1, volume 1: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAZZALI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial*. Do complexo à organização em "rede". São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

ROGERS, Everett. *Diffusion of innovations*. Nova Iorque: Free Press, 1995.

SANTOS, Milton. *Economia espacial*. São Paulo: EdUSP, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

YAPA, Lakshman. "The Green Revolution: a diffusion model". In: *Annals of the Association of the American Geographers*. Vol. 67, no. 3, setembro 1977. EUA: AAG, 1977.

# Desmatamento, agricultura moderna e políticas públicas em Mato Grosso: novos paradigmas, antigas limitações

*Fabio Giusti Azevedo de Britto*

“Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), divulgados em janeiro deste ano, mostram que o desmatamento na região amazônica, entre agosto e dezembro de 2007, foi de 3.235km<sup>2</sup>, o equivalente a cerca de 320 mil campos de futebol. A maior parte dos desmatamentos detectados no período se concentrou em três estados: Mato Grosso (53,7%), Pará (17,8%) e Rondônia (16%). Entre as causas apontadas pelo instituto para o aumento das áreas desmatadas estão a seca prolongada e uma possível influência do avanço da produção de soja e da pecuária nas regiões” (Agência Câmara 16/04/2008).

## **Introdução**

---

O objetivo do presente artigo é avaliar as repercussões em termos de desmatamento e avanço do modelo agrícola moderno em Mato Grosso, frente às mudanças políticas e institucionais, a partir da década de 1990, voltadas ao trato da questão do controle deste processo no Brasil. O fundamento teórico que conduz este trabalho é a crença numa transição entre paradigmas no que diz respeito à visão sobre a relação entre o homem e a natureza, centrada na idéia de que as transformações conceituais e político-institucionais com início a partir da terceira década do século XX e intensificadas após a segunda metade do século, envolvendo a questão do meio ambiente, se inserem num contexto de transição paradigmática mais profunda. Todavia, o trabalho também se propõe a mostrar que tais mudanças, via de regra, ainda se limitam ao campo da teoria e do planejamento, enquanto os resultados práticos são, em sua maioria, in-

satisfatórios, a exemplo do contínuo avanço do desmatamento sobre os cerrados e as florestas brasileiras.

Foi contemplada nesta análise a mesorregião nordeste do estado de Mato Grosso, segundo a classificação da SEPLAN – MT (Secretaria de Planejamento), região também conhecida como Vale do Araguaia, em referência ao rio com o mesmo nome, que é o principal daquela bacia de drenagem. Nesta mesorregião foram selecionadas as microrregiões do Norte Araguaia e Canarana, totalizando 22 municípios.

De modo geral, a efetiva ocupação do Vale do Araguaia está ligada à estratégia desenvolvimentista de incorporação da região Centro-Oeste ao espaço produtivo nacional. Todavia, ao partir para uma análise de maior detalhe escalar, percebe-se claramente que o processo de ocupação e a dinâmica econômica nas duas microrregiões são bastante distintos. A microrregião de Canarana teve sua ocupação basicamente ligada à implantação de projetos de colonização, engendrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e principalmente pelas empresas colonizadoras de capital privado, predominantemente implantados por agricultores oriundos da região sul do país. A aptidão agrícola dos municípios desta microrregião, aliada ao empreendedorismo e ao *savoir-faire* dos imigrantes sulistas faz dela, atualmente, uma das principais áreas na produção de grãos do estado.

Já na porção norte do Vale, na Microrregião Norte Araguaia, teve destaque a atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que seria até o final dos anos 1980 o principal norteador da ocupação da região, incentivando a implantação de grandes projetos agropecuários. A opção por este modelo de ocupação fez do Vale do Araguaia uma região tradicionalmente pecuarista, condição que acaba gerando conflitos entre os grandes fazendeiros e os pequenos posseiros, pioneiros na ocupação do mesmo. Nos anos que antecedem a década de 1990 o uso da terra basicamente se dividia entre a agricultura de subsistência, praticada pelos posseiros, e a pecuária extensiva, perdendo a primeira cada vez mais espaço para a segunda. A exploração da madeira, com potencial econômico, também esteve associada ao processo de abertura das grandes fazendas, em especial nos municípios mais ao norte, na Microrregião Norte Araguaia, que já se encontra em área de floresta de transição, também denominada de floresta estacional semidecídua. Além da pecuária, outra atividade tradicional na região é a produção de arroz, presente naqueles municípios desde a década de 1980.

O principal elemento infraestrutural com influência direta na dinâmica de ocupação pretérita e, sobretudo atual, no processo de expansão da fronteira agrícola moderna no sentido sul-norte, é a rodovia BR-158, que liga Rosário do Sul, no Rio Grande do Sul, a Altamira, no Pará. Dentro do

estado de Mato Grosso esta via começa no município de Barra do Garças e segue até Vila Rica, na divisa com o estado do Pará. Tanto no caso da BR-158, quanto nos outros dois corredores dinâmicos do estado, as rodovias BR-163 e BR-364, a mancha de desmatamento segue preferencialmente os eixos rodoviários.

De acordo com o paradigma dominante na época, reforçado pela tradicional visão pragmática militar, aliado aos interesses internacionais de expansão do capital nos países ditos periféricos, o modelo de ocupação e desenvolvimento implantado em Mato Grosso não tinha nenhum compromisso com o uso planejado ou preservação dos recursos naturais da região, situação agravada pelo estigma sob o qual o bioma do cerrado ficou submetido até muito recentemente, a idéia de que aquele ecossistema não possui a mesma importância da floresta. Esta visão se fundamentou na própria paisagem do cerrado, que possui diversas fitofisionomias, algumas delas com vegetação bastante esparsa e aspecto de campo aberto, com pouca biomassa, se comparado ao ambiente de floresta.

No entanto, o aumento do interesse nos estudos sobre o bioma dos cerrados e a difusão da informação, tanto no âmbito acadêmico quanto na grande mídia, sobre temas relacionados com o meio ambiente, contribuiu para transformar essa visão. Sabe-se hoje que entre as diversas fitofisionomias que compõem o cerrado incluem-se formações com aspecto de floresta, e mesmo as formações com vegetação mais esparsa são ecossistemas muitíssimo complexos e, por este motivo, extremamente sensíveis a interferências humanas negativas.

Como resultado do alarde internacional sobre a atual situação dos remanescentes de vegetação original nos países de clima tropical, o cerrado ganhou a classificação de Hot Spot, que significa que é um bioma com grande risco de extinção, ou em termos numéricos, com mais de 70% de sua área original desmatada. No caso do Vale do Araguaia, em sua porção mais ao norte, o cerrado dá lugar à formação de floresta de transição, que faz o contato daquele bioma com a floresta amazônica.

## **Desenvolvimento sustentável: algumas considerações teóricas**

---

A relação sociedade/natureza ou, em outras palavras, a relação entre o homem em suas diversas formas de organização social, com todos os demais elementos que compõem o ambiente, do qual ele, o homem, também faz parte, remonta de outros modos de modelos de sociedade e outras matrizes culturais, desde as mais primitivas, passando por todos

os modelos de civilização oriental e ocidental, até a fase atual de organização do espaço no modelo de acumulação capitalista. Isso significa que a necessidade do homem de se adaptar, se apropriar ou transformar a natureza, não é um advento do sistema de produção capitalista. No entanto, o que há de relevante na relação entre sociedade e natureza, que é característico do processo de produção capitalista, sobretudo pós-revolução científica e industrial, é a concepção da natureza como objeto e fonte ilimitada de recursos, posicionada de forma dicotômica em relação ao homem.

Uma das possibilidades metodológico-conceituais para apreender a atual fase das relações sociedade/natureza é analisá-las segundo a concepção de processo de produção do espaço, no qual o homem transforma a natureza através de sua técnica ou trabalho, segundo a visão de Marx, e ao mesmo tempo transforma a si mesmo. Para Marx, esta relação é sempre dialética e, sobretudo, conflituosa, porque para ele, as relações entre homem e natureza são medidas por relações sociais, e estas são, em sua essência, conflituosas (Smith, 1988).

Neste sentido, a abordagem marxista, via materialismo dialético, pode ser bastante útil para entender como se dão e quais as consequências da transformação da natureza pelo trabalho, visando satisfazer as necessidades humanas. Segundo a lógica da acumulação capitalista, tais necessidades não podem ser pensadas como básicas ou fundamentais, já que neste modelo de produção o objetivo é sempre o excedente. Isso porque, de acordo com Bernardes (1996), a produção de excedentes é condição fundamental para que ocorra a troca regular de valores de uso, ou seja, trata-se de necessidades artificialmente criadas, que estão sempre ligadas à transformação material, geração e consumo de energia, produção e consumo contínuos e intensivos de bens materiais. Santos (1996) também contribui para a compreensão das relações entre sociedade e natureza quando as interpreta como uma constante transformação do que ele chama de meio natural em um meio cada vez mais artificializado, ou em uma segunda natureza, já tecnificada. Segundo o autor, as etapas desta transformação variam de acordo com o nível técnico.

Todavia, há uma questão central no que concerne à transformação da natureza pelo homem ou tecnificação do meio natural, que diz respeito à incompatibilidade deste modelo de apropriação da natureza no processo de acumulação capitalista com a própria continuidade desta natureza como recurso e suporte para a reprodução das sociedades humanas.

O conceito de entropia, importado da física, ajuda a entender como o sistema capitalista se reproduz apoiado no solapamento de suas próprias fontes de auto-reprodução, ou seja, os recursos humanos e naturais. Em sua origem, entropia é uma grandeza termodinâmica que mede a

parte da energia que não pode ser transformada em trabalho. Trazendo o conceito para as ciências sociais no tratamento da relação sociedade/natureza, Elmar Altvater (1995) esclarece que produzir os valores de uso que visam satisfazer as necessidades humanas leva a processos inevitáveis de esgotamento, e que é fisicamente impossível transformar matéria e energia sem produzir desperdícios e, em consequência, externalidades. O autor entende também que a acumulação e o processo de criação de mais-valia (lucro) são ilimitados e, portanto, não podem ser referenciados a elementos naturais, que são limitados. Para ele, este descompasso leva ao efeito da entropia e o aumento da produção de entropia pode significar o comprometimento do próprio sistema. Em suas palavras:

Diferentemente do ocorrido no caso das sociedades do socialismo real, não haverá uma implosão do capitalismo por causa de crises sociais ou econômicas. Mas existe a tendência, e, portanto o perigo, de uma exploração excessiva das reservas naturais globais. Por isso, de maneira nenhuma pode ser excluída a possibilidade de um colapso do sistema ecológico global, com consequências sociais imprevisíveis (ALTVATER, 1999, p.45).

A despeito de todos esses “efeitos colaterais”, a lógica capitalista se apóia nos resultados de curto prazo, no imediatismo do lucro. E tudo aquilo que é pensado a médio e longo prazo, também diz respeito a estratégias de manutenção e ampliação dos ganhos econômicos, inclusive quando se começa a pensar na esgotabilidade dos recursos e nas formas de garantir seu aproveitamento futuro ou substituição por novas possibilidades. De acordo Franz Hinkelammert (2005, p.36), o valor fundamental da sociedade capitalista atual

chama-se competitividade e o sujeito central em volta do qual gira a sociedade é o sujeito que calcula seu ganho em termos quantitativos derivados dos preços de mercado e do lucro. Portanto, na sociedade de mercado os valores centrais são a competitividade e o lucro, e o resultado do cálculo destes valores é chamado eficiência (grifo nosso).

O mesmo autor esclarece que os avanços técnicos realizados na agricultura capitalista não são somente um progresso no método de explorar a força de trabalho, o são também no método de explorar a terra. Ao mesmo tempo em que se caminha em direção à intensificação da produtividade, sempre em um menor período de tempo, caminha-se também em direção ao esgotamento das fontes que são base para esta produção. Portanto, as sociedades contemporâneas capitalistas, ao de-

envolver uma técnica e ao utilizá-la de modo a maximizar a todo custo a eficiência produtiva, acabam erodindo ao mesmo tempo as duas fontes originais de toda riqueza: a terra e o homem. Neste ponto Hinkelammert corrobora as afirmações de Altvater e aponta a contradição fundamental da dita eficiência da lógica capitalista. Na lógica do mercado, a concorrência é intocável e nenhum aspecto pode se sobrepor a ela, incluindo o respeito à natureza, já que isso tem um preço, que no fim leva a custos, o que finda na perda da competitividade e, conseqüentemente, na redução do lucro.

Este quadro teórico que nos apresenta Hinkelammert pode com facilidade ser reconhecido empiricamente quando observamos o modelo agrícola moderno que avança e se consolida em Mato Grosso. Tal modelo se assenta na utilização maciça de tecnologia que, por um lado, marginaliza o homem do processo de produção, submetendo-o à técnica e excluindo aqueles se tornam excedentes forçados, em outras palavras, dispensando a mão-de-obra em larga escala. Por outro lado, intensifica exponencialmente o uso dos recursos naturais, como o solo e a água, os quais são também impactados pelo uso intensivo de insumos químicos com alto potencial contaminante.

Entre as etapas deste modelo, o primeiro passo é a retirada da vegetação original, seja ela de cerrado ou floresta, que implica em impactos irreversíveis, tal como a perda da biodiversidade, o aumento do processo erosivo do solo, alterações nas trocas de carbono entre solo e atmosfera, culminando em alterações climáticas em escala regional e global. Tais impactos ambientais negativos devem ser sempre entendidos de forma sistêmica, incluindo as dinâmicas naturais e sociais. Com relação ao processo de desmatamento, Leff (2001, p.87) afirma que:

Os processo de desmatamento e erosão dos solos acarretam o esgotamento progressivo dos recursos bióticos do planeta, a destruição das estruturas edafológicas e a desestabilização dos mecanismos ecossistêmicos que dão suporte à produção e regeneração sustentável dos recursos naturais.

Este modelo de produção material e reprodução da sociedade está inserido em um determinado paradigma, o da visão mecanicista fundamentado na razão cartesiana, que serve de base para a ciência contemporânea e também para as teorias econômicas. Sociedade e cultura se transformaram ao longo dos séculos, as técnicas evoluíram, e a própria visão do homem em relação à natureza já passou por distintas fases, no entanto, pouco se alterou no sentido de reconhecer os limites para a utilização dos

elementos da biosfera. Enrique Leff, um dos teóricos que caminham na linha do questionamento aos atuais paradigmas, afirma que:

A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção (Leff, 2001, p.89).

Em seu discurso, o autor problematiza as atuais bases da produção, apontando para a necessidade de desconstrução do paradigma econômico moderno e para a construção de alternativas possíveis, fundadas em novos modelos que considerem os limites e as potencialidades da natureza como parâmetros fundamentais.

A visão de que os recursos naturais não são inesgotáveis e o crescimento ilimitado é insustentável começa a ganhar importância no âmbito dos fóruns acadêmico e político mundial nas décadas de 1960/70. A exploração cada vez mais intensa desses recursos e os avanços no próprio conhecimento científico acerca da dinâmica natural do planeta revelaram a fragilidade dos ecossistemas frente à ação do homem e levaram a uma inquietação que surgiu muito recentemente, na segunda metade do século XX, relacionada à questão da sustentabilidade dos sistemas naturais. Essa preocupação fomentou discussões em diversos setores e resultou na criação de conceitos que ajudam na abordagem sobre a questão do meio ambiente, a exemplo do próprio termo sustentabilidade aplicado aos recursos naturais.

Apesar de haverem ocorrido outros eventos anteriores, como a reunião do Clube de Roma<sup>1</sup>, o Encontro de Founex<sup>2</sup> e seus respectivos relatórios, é considerado o principal marco histórico que simboliza o início do processo transitório do paradigma do meio ambiente, a (CNUMAH)

---

1 Fundado em 1968, o Clube de Roma reúne economistas, industriais, banqueiros, chefes-de-estado, líderes políticos e cientistas de vários países para analisar a situação mundial e apresentar previsões e soluções para o futuro no tocante às questões ligadas ao uso racional e conservação dos recursos naturais.

2 No Encontro de Founex (Suíça), em 1971, iniciou-se uma reflexão a respeito das implicações de um modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento econômico, da problemática ambiental. Esta discussão ganhou destaque com o economista Ignacy Sachs, gerando o conceito de ecodesenvolvimento na década de 1970.

Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, em Estocolmo, Suécia. Tanto o relatório de Founex como a Declaração de Estocolmo, ambos de 1972, transmitiram uma mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas para promover um desenvolvimento sócio-econômico equitativo, ou eco-desenvolvimento, uma expressão que mais tarde foi rebatizada pelos pesquisadores anglo-saxões como Desenvolvimento Sustentável. Seminários subsequentes sobre estilos alternativos de desenvolvimento seguiram esta linha de raciocínio, que encontrou eco no Relatório Brundtland de 1987. O Relatório levou à convocação da Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou Eco-92, no Rio de Janeiro, que reconhece, segundo Sachs (1993), que o meio ambiente e o desenvolvimento são duas faces de uma mesma moeda.

Além dos avanços conceituais comentados, o desenvolvimento técnico científico das décadas de 70 e 80 também contribuiu para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento da biosfera e sobre os riscos iminentes de impactos negativos de larga escala, tais como acidentes nucleares e grandes contaminações químicas (Gleik apud Sachs 1993). Por outro lado, tais avanços técnicos proporcionaram o aumento da capacidade mitigadora sobre os impactos, através de soluções técnicas, muitas vezes de alta complexidade.

O problema é que esta tecnologia possui um duplo viés, pois ao mesmo tempo em que possibilitou o maior conhecimento sobre a biosfera e maior capacidade mitigadora, consolidou também uma crença segundo a qual os avanços técnicos seriam capazes de resolver todos os problemas relativos ao meio ambiente, desde a esgotabilidade dos recursos não renováveis, através da criação e descoberta de novas fontes energéticas e novas matéria primas, até o problema dos rejeitos resultantes dos processos industriais e de todo o consumo material. O que se coloca aqui é a necessidade de se relativizar a capacidade da tecnologia em prover todas as soluções. Em primeiro lugar acreditamos que, mesmo com avanços técnicos antes só pensados nos filmes de ficção científica e com um potencial futuro difícil de ser calculado, a tecnologia não é capaz de reverter todos os impactos negativos sobre a biosfera, bastando pensar no aquecimento global, no conseqüente aumento do nível do mar e alterações climáticas, ou ainda na perda da biodiversidade e desequilíbrio nos ecossistemas impactados. Outro aspecto que nos faz negar a fé cega na tecnologia é o fato de que um paradigma que aposta incondicionalmente na mesma como solução para os resultados negativos do modelo de produção e consumo material, não caminhará na direção de estabelecer um novo padrão de valores e, conseqüentemente, de produção e consumo,

que seja baseado numa eficiência ambiental e humana e não mais no mercado, ou utilizando o conceito adequado, um modelo de desenvolvimento (realmente) sustentável.

Segundo os termos oficiais do Relatório Brundtland de 1987, intitulado *Nosso Futuro Comum*, Desenvolvimento Sustentável é definido como:

Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem às suas". (...) é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (CMMAD, 1987).

De acordo com o Relatório, o desenvolvimento sustentável pressupõe o crescimento para todos e cogita dos direitos das gerações futuras de ter acesso aos recursos da natureza para sua sobrevivência. Trata-se, em última análise, de reduzir o ritmo de exploração da natureza, de maneira a deixar recursos para os que virão. Neste sentido, faz-se necessário pensar a questão ambiental de maneira integrada, de forma que se possa conduzir a elaboração de um modelo teórico, tecnológico e institucional baseado no conceito de sustentabilidade.

Todavia, Sachs alerta que não é possível aplicar um modelo rígido para todos os países do globo. A precondição para um novo modelo de desenvolvimento mais afinado com a preservação do meio ambiente seria uma maior justiça econômica em escala mundial, ou seja, atender as demandas mais urgentes dos países em desenvolvimento, cuja prioridade agora é a pauta do desenvolvimento econômico, num quadro onde seu crescimento não possa ser tolhido em prol da conservação do meio ambiente global (Sachs, 1993). Mesmo porque, a maioria dos aspectos relacionados aos impactos ambientais negativos na escala global, a exemplo do aquecimento global, são de responsabilidade muito mais dos países ricos, em função de seu padrão de consumo e de seu poderio industrial, do que dos países mais pobres, que só começam a se industrializar a partir do primeiro quartel do século XX e, mesmo assim, como território de expansão para o grande capital corporativo oriundo dos países mais ricos. Isso requer que se estabeleça uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, com obrigações específicas para países ricos e pobres.

Sachs diferencia dois tipos de crescimento, o quantitativo e o qualitativo. O crescimento quantitativo ilimitado da produção material não pode ser sustentado para sempre, dada a finitude da espaçonave Terra.

Para evitar o inevitável esgotamento do “capital natural”, tanto como fonte de recursos, quanto como sumidouro de resíduos, o processamento de energia e materiais deve ser contido.

Tais medidas, que aparentemente dependem somente da evolução da tecnologia, na realidade vão muito além, desde a mobilização política das nações em todo mundo, passando por uma nova visão do homem em todas as classes sociais sobre sua relação com os recursos ambientais, chegando à contestação e transformação dos padrões de consumo, valores culturais e sociais inerentes ao capitalismo.

## **Algumas considerações sobre políticas públicas ambientais pós 1960**

---

A partir dos anos 60, na perspectiva de criar condições para a reprodução do capital em áreas do território nacional, ainda pouco exploradas, as ações do Estado são direcionadas para o Centro-Oeste, com o respaldo de um discurso ideológico que leva a bandeira do desenvolvimento, entendido segundo a lógica econômica, como crescimento econômico. O fio condutor dos planos de ação nacional e regionais era o ideal desenvolvimentista, através do investimento na indústria, agroindústria, criação de infraestruturas, em suma, transformar a sociedade brasileira por meio do sucesso no campo econômico. É a idéia do “crescer para depois dividir”, e crescer neste caso significava crescer a qualquer custo, seja ele ambiental ou social.

Criada em 1967, a SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, teve papel preponderante na determinação do modelo de ocupação e transformação do espaço mato-grossense. Como órgão federal de intervenção e planejamento específico para a região Centro-Oeste, a SUDECO enquadrou-se no projeto de desenvolvimento nacional e promoveu a ação e reprodução do capital monopolista no interior do país, tendo em vista a “filosofia” do produzir oportunidades e promover seu aproveitamento para acelerar o desenvolvimento harmônico do Centro-Oeste. (MINTER/SUDECO, 1973).

De acordo com as perspectivas desenvolvimentistas, Mato Grosso constituiu-se, segundo o termo utilizado pela própria SUDECO, em uma fronteira agrícola, ou como preferimos classificar, fronteira econômica, de acordo com a definição de Martins (1981). Segundo a visão dos planejadores do Governo Federal, a região representava uma fronteira de recursos, com grandes potencialidades a serem exploradas e um duplo papel, na integração e segurança nacional (ocupar o território) e no crescimento econômico.

Tais diretrizes de integração nacional e desenvolvimento econômico também estão presentes nos PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento) I, II e III. Na sequência do último PND, veio o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, programado segundo um planejamento tri-anual entre 1996 e 1999, também conhecido como Brasil em Ação, sendo o primeiro de três Planos Pluri Anuais (PPAs), inaugurando um novo modelo de planejamento estratégico nacional. Já se encontram com frequência, presentes nos textos dos PPAs, termos como Desenvolvimento Sustentável, Conservação Ambiental, Biodiversidade, Ecoturismo, Desenvolvimento Social, além de cada vez mais, metas específicas relativas a temas ambientais, incluindo recursos financeiros voltados exclusivamente para programas de meio ambiente, (mesmo que ainda irrisórios se comparados aos investimentos com infraestrutura por exemplo). Trata-se, ao menos no discurso, de promover um novo padrão de desenvolvimento em contraponto ao da racionalidade puramente econômica, dentro de um limite que seja definido segundo a esgotabilidade dos recursos naturais e a sensibilidade dos ecossistemas frente à ação do homem.

Até as primeiras duas décadas do século XX não existia no Brasil nenhum conjunto de normas, leis ou estrutura institucional que tratasse das questões relacionadas à preservação ambiental. É na década de 30 que surgem os primeiros marcos legais voltados para o controle da atividade humana sobre o meio ambiente, com a criação dos primeiros parques nacionais e aprovação do primeiro Código de Florestas e Código das Águas em 1934. Nas décadas de 40 e 50 não houve grandes avanços legais ou institucionais, salvo algumas ações pontuais de maior relevância, como a criação da Comissão Executiva de Defesa da Borracha (1947) e a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBNC - 1958).

Na década de 60, em especial após sua segunda metade, já na gestão militar, apesar de marcada pela preocupação em integrar e, sobretudo, de defender o território nacional, surgem importantes marcos legislativos e institucionais em prol da questão ecológica no país. Em 1965 é instituído o Novo Código Florestal, dois anos depois, é aprovado o Código de Mineração e criado um organismo específico de defesa florestal, o IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, integrante da administração descentralizada do Ministério da Agricultura.

Na década de 1970, a reboque do processo de aceleração do crescimento da economia e da indústria, resultado da política chamada de milagre econômico (1968/1973), crescem os problemas ambientais e, paralelamente, crescem quantitativamente e qualitativamente as ações do governo no sentido de ampliar os mecanismos de proteção ambiental. Surge uma tendência de elaboração de normas e instituições mais especí-

ficas. Em 1973 é criada a SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente, no âmbito do Ministério do Interior. Em 1975 é criado o Programa Nacional de Conservação dos Solos e, já no início da década de 80 (1981), instituída a Política Nacional de Meio Ambiente e definidos por lei federal, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constituindo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), órgão superior na formulação de diretrizes nacionais no setor ambiental. Paralelamente é criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que representa o conselho deliberativo do SISNAMA, constituído por Plenário, Comitês, Grupos Assessores, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. Atualmente o Conselho é presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e sua Secretaria Executiva é exercida pelo Secretário-Executivo do MMA, representando cinco setores, órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil. O Conselho é até hoje responsável por mais de 360 resoluções em vigor e cerca de 20 leis aprovadas.

Todavia, ainda na década de 80, a pasta do Meio Ambiente não constituía um Ministério independente. Em 1973 aparece como uma Secretaria Especial – SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente), no âmbito do Ministério do Interior e, em 1985, é criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para o qual ficam transferidos o CONAMA e a SEMA, esta última, extinta em 1989, dando lugar ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, uma autarquia federal de regime especial, ainda vinculada ao Ministério do Interior. Figuram entre suas principais atribuições, exercer o poder de polícia ambiental, executar ações das políticas nacionais de meio ambiente referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental.

Ainda no sentido de ampliar os mecanismos de atuação do governo na área ambiental, em março de 1990, por medida provisória, é criada a SEMAM/PR (Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República) como órgão de assistência direta e imediata ao Presidente da República. É a partir daquela década que se nota um acentuado adensamento, sobretudo legislativo, no que concerne ao tratamento da problemática ambiental, através da criação de uma série de Medidas Provisórias, Portarias, Leis e Decretos Lei. Em termos institucionais, na década de 1990 o grande avanço foi a transformação da antiga SEMAM/PR, em Ministério do Meio Ambiente, em 1992. No ano seguinte é alterada a redação do dispositivo de Lei que o criou, transformando-o em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e, no mesmo dispositivo de Lei, surge o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ) como órgão específico na estrutura básica do MMA.

Na década de 2000 vale destacar a instituição do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000), cujo objetivo geral é estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação da natureza. Ainda no ano 2000 é criada a Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Já em 2006 é aprovada uma importante lei, a Lei nº 11.284/2006, relacionada ao uso das áreas de floresta, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o serviço florestal brasileiro – sfb, além de criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF. No ano seguinte, também por Lei Federal, é criado o mais novo órgão ambiental do governo brasileiro, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, na forma de autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Este instituto integra o SISNAMA e tem entre as suas principais atribuições a tarefa de apresentar e editar normas e padrões de gestão de unidades de conservação federais, de propor a criação, regularização fundiária e gestão das Unidades de Conservação e apoiar a implementação do SNUC.

Atualmente existem mais de 10 programas e planos na área ambiental em discussão ou andamento, todos eles possuindo um conteúdo bastante elaborado e calcados em estudos minuciosos sobre cada um dos temas propostos. Contudo, a abrangência e complexidade das propostas dão um caráter utópico em muitos pontos dos seus textos, seja pela dificuldade na fiscalização, pelo volume de investimento necessário para certas medidas, ou ainda pela pressão de agentes políticos e econômicos externos.

Não se pode negar que o montante de investimentos públicos voltados para a gestão dos recursos naturais e mitigação dos impactos sobre os ecossistemas também ascendeu consideravelmente a partir de meados da década de 1980. Todavia, ainda hoje, se comparados aos investimentos em infraestrutura e atividades produtivas potencialmente degradadoras, ainda estão muito aquém do ideal para um projeto de governo que trás em seu discurso uma visão de desenvolvimento dito sustentável, onde a questão da preservação dos recursos naturais e da equidade social são, ao menos teoricamente, colocadas no mesmo patamar de importância do crescimento econômico.

O quadro atual do meio ambiente no Brasil mostra que adaptações institucionais ocorreram em todos os níveis, porém, dentro de um conjunto de mudanças muito mais quantitativo que qualitativo, já que nem sempre tais medidas conseguem dar conta dos fins a que se propõem. Isso ocorre

por diversas razões; devido à fragilidade dos instrumentos de regulação, monitoramento e repressão, insuficiência de recursos financeiros, técnicos e humanos, falta de planejamento adequado, problemas relativos à cultura burocrática do aparelho de Estado, problemas referentes à natureza política de trocas de favores e defesa de interesses, corrupção direta, além do que Bertha Becker (1994, p.138) chama de “coerção velada, ou seja, pressões de todo tipo para influir na decisão dos estados sobre o uso de seus territórios”.

Paralelamente às mudanças no âmbito estatal, merece destaque o papel exercido pela sociedade civil organizada, também chamada de terceiro setor, por exemplo, por meio das da atuação de ONGs envolvidas na área de pesquisa ambiental, contribuindo com estudos, relatórios e diagnósticos acerca dos recursos naturais e dos impactos negativos que incidem sobre esses recursos. Atualmente sua atuação tem grande peso, em caráter complementar ao Estado (jamais substitutivo), nos planos local, regional, nacional e mesmo global. Algumas das mais sérias organizações possuem papel importante na construção e implementação de políticas públicas voltadas para a questão do meio ambiente, além da promoção de ações judiciais em defesa do patrimônio ambiental.

## **Dinâmica do desmatamento no Vale do Araguaia**

---

Considera-se como início da ocupação e da implantação de atividades potencialmente degradadoras que levaram a elevado nível atual de desmatamento em Mato Grosso, a década de 1960. No intervalo entre 1960 e o presente ano, considerar-se á dois períodos distintos, com vistas à comparação do avanço do desmatamento na escala microrregional. O primeiro situa-se entre a década de 60 e os primeiros anos da década de 90, mais especificamente 1992. Não é possível precisar uma data como início das atividades de desmate, isso devido à ausência de dados disponíveis sobre o monitoramento dessas atividades. Os primeiros dados oficiais disponíveis relativos ao desmatamento, tanto na escala municipal quanto regional, datam de 1992. O segundo recorte temporal compreende os anos situados entre 1992 e 2005.

Quando se faz uma leitura dos dados percebe-se que no período de aproximadamente três décadas, entre 1960 e 1990, a MR de Norte Araguaia já apresentava quase 18% de toda sua área desmatada, enquanto a MR de Canarana já havia perdido mais de 25% de sua vegetação original. No segundo período, entre 1992 e 2005, a dinâmica se inverte e a intensidade do processo de retirada da vegetação é mais acelerado

na MR Norte Araguaia, que tem sua área desmatada acrescida em 106 %, frente a um acréscimo de 78% na MR de Canarana, em um intervalo de pouco mais de 13 anos. A análise desses dados indica que se trata de um processo de avanço da fronteira do desmatamento em direção à porção norte do Vale do Araguaia. Todavia, no caso específico desta área de estudos, não é possível apontar uma relação linear entre o avanço do desmatamento e a expansão da fronteira agrícola moderna, visto que as dinâmicas de ocupação e produção são bastante distintas nas duas microrregiões em questão. Enquanto na MR de Canarana o principal responsável pelo processo de substituição da vegetação original é a agricultura moderna de grãos, na MR Norte Araguaia, outros processos se fazem preponderantes, como a pecuária extensiva e a extração de madeira com fins comerciais.

Em ambas as microrregiões, todo incremento na área desmatada de 1992 em diante ocorreu não obstante o fato de que neste período a estrutura jurídico-institucional brasileira relacionada ao controle da atividade humana sobre o meio ambiente se apresentava muito mais complexa e abrangente se comparada ao recorte temporal anterior. A despeito disso, o fato é que 10 dos 22 municípios que compõem a área de estudo, já apresentaram mais de 50% de toda sua área desmatada até o ano de 2005, com destaque para Santo Antônio do Leste na MR de Canarana, que apresenta quase 77% de toda sua área desflorestada (ver tabela 2).

Nas tabelas 1 e 2, que apresentam o padrão do processo de desflorestamento nas duas microrregiões, observa-se que 9 dos 22 municípios tiveram sua área desmatada acrescida em pelo menos o dobro do tamanho entre os anos de 1992 e 2005, destacadamente os municípios da MR Norte Araguaia, onde metade do quatorze municípios que a compõem aumentaram sua área desmatada em mais de 100%, ou seja, a área mais que duplicou.

**Tabela 1**

Varição do desmatamento total em hectares e percentual nos dois períodos na MR-Norte Araguaia

Localização Geográfica	Área municipal total	Total desmatado até 1992		Total desmatado até 2005		Total desmatado até 2005
		hectares	%	hectares	%	%
MR- Norte Araguaia	8.491.634,10	1.504.589	17,71	3.109.365	36,62	18,91
Alto Boa Vista	224.182	62.035	27,07	113.414	50,59	23,52
Bom Jesus do Araguaia	427.909	118.790	28,22	235.993	55,15	26,93
Canabrava do Norte	344.998	96.108	27,88	175.063	50,74	22,86
Confresa	579.638	84.523	14,65	317.119	54,71	40,06
Luciara	414.526	21.046	4,93	39.439	9,51	4,58
Novo Santo Antônio	436.846	8.758	2,01	41.235	9,44	7,43
Porto Alegre do Norte	397.742	69.421	17,39	161.677	40,65	23,26
Ribeirão Cascalheira	1.135.647	157.130	13,86	325.859	28,69	14,83
Santa Cruz do Xingu	562.540	63.192	11,14	144.137	25,62	14,48
Santa Terezinha	645.084	97.931	15,10	217.675	33,74	18,64
São Félix do Araguaia	1.684.822	248.267	15,04	485.313	28,81	13,77
São José do Xingu	746.365	274.297	35,87	395.548	53	17,13
Serra Nova Dourada	147.989	35.145	23,72	64.034	43,27	19,55
Vila Rica	743.345	167.940	22,75	392.852	52,85	30,1

Fonte: SIDRA - IBGE

Não por acaso esses municípios se localizam no extremo norte do estado, já próximo à divisa com o Pará, alguns inclusive fazendo fronteira com este estado, como Santa Cruz do Xingu, Vila Rica e Santa Terezinha. É exatamente na porção norte do estado onde se encontra a faixa de transição entre os domínios do cerrado e floresta tropical, que a vegetação possui maior potencial para exploração madeireira, atividade difícil de ser quantificada, uma vez que os dados oficiais tratam basicamente da madeira extraída legalmente, que representa um percentual muito pequeno do total. A madeira retirada ilegalmente só é contabilizada quando ocorrem apreensões pelo órgão responsável (IBAMA). O processo de retirada ilegal da madeira ainda é facilitado pelo fato de os municípios mais ao norte da MR Norte Araguaia serem os menos providos em termos de estrutura de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, como o IBAMA e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

**Tabela 2**

Varição do desmatamento total em hectares e percentual nos dois períodos na MR-Canarana

Localização Geográfica	Área municipal total	Total desmatado até 1992		Total desmatado até 2005		Varição percentual do desmatamento entre 1992 e 2005
		hectares	%	hectares	%	%
MR-Canarana	6.032.395	1.516.530	25,13	2.703.418	44,82	19,69
Água Boa	748.421	353.088	47,27	516.257	68,98	21,71
Campinápolis	597.046	135.693	22,74	227.325	38,08	15,34
Canarana	1.083.433	331.133	30,47	548.170	50,6	20,13
Nova Nazaré	403.870	60.349	14,96	92.590	22,93	7,97
Nova Xavantina	552.673	179.226	32,16	318.766	57,68	25,52
Novo São Joaquim	502.248	156.859	34,82	273.430	51,27	16,45
Querência	1.785.025	158.208	8,90	474.004	26,55	17,65
Santo Antônio do Leste	359.680	141.973	34,21	252.872	76,96	42,75

Fonte: SIDRA - IBGE

Na MR Norte Araguaia o destaque absoluto fica para Confresa e Novo Santo Antônio, que tiveram sua área desmatada acrescida entre 1992 e 2005, em pouco mais de 470 e 375 %, respectivamente. Na MR Canarana o padrão também foi de acréscimo no desmate em todos os municípios, contudo, apenas Querência apresenta um aumento que ultrapassa os 100%, tendo sua área total desmatada ampliada em 299 %, em apenas 13 anos. Vale destacar que este último, junto com Vila Rica, São Felix do Araguaia e Confresa, entraram recentemente, no início do ano 2008, na “lista negra” do governo federal, entre os maiores municípios no desmatamento na Amazônia Legal.

**Tabela 3**

Desmatamento em 1999, 2000 e 2005 (em hectares)\*\*

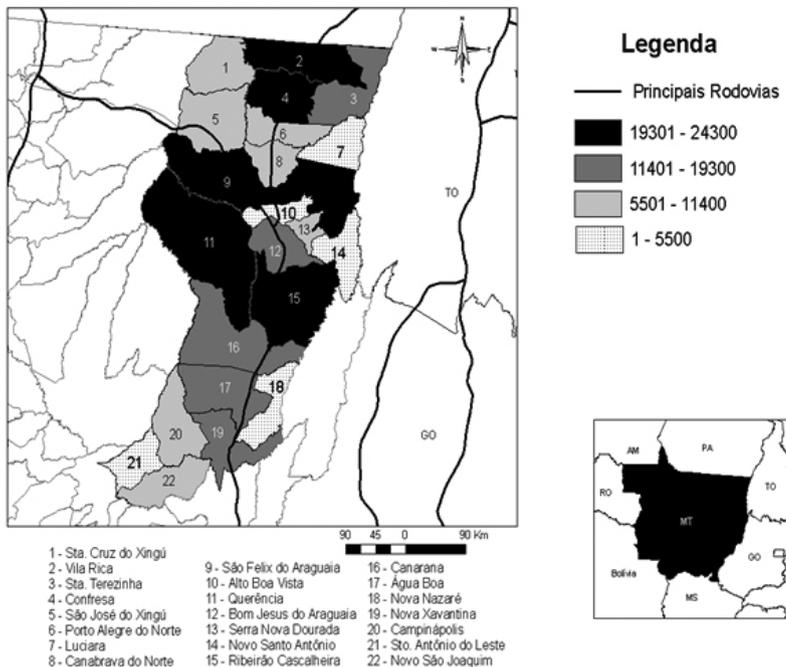
Localização Geográfica	1995	2000	2005
MRH-Norte Araguaia	171.225,94	207.157,53	177.814,10
MRH-Canarana	249.540,07	115.737,72	93.913,31
<b>Total</b>	<b>420.766,01</b>	<b>322.895,25</b>	<b>271.727,41</b>

Fonte: Seplan - MT \*\* dados anuais não acumulados

Quanto ao montante desmatado por microrregião, nota-se na tabela 3 que o ano de 2005 apresenta uma tendência de queda em relação à área desmatada em 2000, o que não significa necessariamente um dado animador, já que a tendência de redução na área total desmatada pode estar relacionada não tanto à eficácia dos mecanismos de controle, mas na realidade, à própria redução da área disponível. Em outros termos, reduz-se o ritmo do desmate, na medida em que há cada vez menos área a ser desmatada. O mapa 1, ajuda a identificar os municípios que mais se destacaram em termos de área desmatada no ano de 2005.

### Mapa 1

**Desmatamento por município na Mesorregião Nordeste Matogrossense (hectares) 2005.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SEPLAN - MT

Nota-se que o desmatamento concentra-se na faixa de transição entre as duas microrregiões, área de maior dinâmica de expansão da fronteira de grãos que avança em direção à porção norte do eixo da rodovia

Br-158. Todavia, ao observar o mapa, fica claro que há desmatamento em áreas ainda pouco ou não ocupadas pela lavoura de grãos, na porção norte do Vale do Araguaia, mesmo bem depois do trecho asfaltado da rodovia, que termina em Ribeirão Cascalheira. O desflorestamento nesses municípios, onde por conta de limitações logísticas e do processo histórico de ocupação a agricultura moderna ainda não se consolidou, está ligado às atividades de extração de madeira em áreas de floresta e, especialmente, à pecuária extensiva. É o caso, por exemplo, de Vila Rica e Confresa, no extremo norte do Vale, próximo à divisa com o estado do Pará.

## **Um breve perfil das atividades produtivas**

---

Uma vez apresentada a dinâmica do desmatamento nas duas microrregiões geográficas que compõem a área de estudo, é interessante traçar o perfil das atividades econômicas desenvolvidas nas unidades espaciais em questão. O objetivo não é estabelecer uma relação linear entre as atividades produtivas e o avanço do desflorestamento, pois não há viabilidade metodológica para realizar tal tarefa. A idéia é tentar definir o modelo de produção vigente na região no período que antecede a década de 1990 e nos 15 anos mais recentes, a fim de identificar, sem mensurar o peso de cada uma, quais as atividades responsáveis pelo avanço do desmate na área de estudo.

O Vale do Araguaia é tradicional na pecuária de modelo extensivo. Como já foi mencionado, até a década de 1990 o uso da terra basicamente se dividia entre agricultura de subsistência praticada pelos posseiros, pioneiros na ocupação do Vale, e a pecuária extensiva, implantada com os grandes projetos agropecuários, que gradualmente substituíam a agricultura tradicional do arroz, da mandioca e do milho. A exploração da madeira com valor comercial também estava associada com o processo de abertura das grandes fazendas, em especial nos municípios mais ao norte, na Microrregião Norte Araguaia, que se encontram em área de transição ecológica (outro nome dado à faixa de floresta de transição).

A despeito da gradativa expansão da agricultura moderna a partir de meados da década de 1980, a pecuária, ainda nos moldes tradicionais, figura entre as principais atividades de boa parte dos municípios que compõem as duas microrregiões. A MR Norte Araguaia possui desde 1996 o maior rebanho bovino e, nos anos anteriores, desde o início da década de 90, esteve sempre entre as quatro principais microrregiões pecuaristas do estado. No período compreendido entre 1990 e 2005 apresentou a maior média anual em cabeças de gado bovino. A MR de Canarana também é uma região tradicional na criação de gado. Nos úl-

timos 16 anos esteve sempre entre as 7 maiores do estado na pecuária, apresentando durante 5 anos o segundo maior rebanho bovino (1993, 1996, 1997, 1998, 2000) assim como no *ranking* da média anual entre 1990 e 2005, ocupando a 3ª posição, atrás apenas das MR de Norte Araguaia e MR de Jauru. Toda a região do Vale do Araguaia é tradicional na pecuária de corte extensiva, sobretudo os municípios localizados mais ao norte, como indica a tabela 4, que traz a variação média quinquenal do rebanho bovino na escala microrregional e aponta que a segunda metade da década de 90 foi um período de franca expansão da pecuária para as duas microrregiões.

#### **Tabela 4**

##### **Variação da média quinquenal do rebanho bovino em nº de cabeças**

<b>Localização Geográfica</b>	<b>1990/1994</b>	<b>1995/2000</b>	<b>2001/2004</b>
<b>MR-Norte Araguaia</b>	<b>889.914</b>	<b>1.258.627</b>	<b>177.814,10</b>
<b>MR-Canarana</b>	<b>776.891</b>	<b>115.737,72</b>	<b>93.913,31</b>

Fonte: SIDRA – IBGE

A pecuária no modelo extensivo que predomina na região demanda grandes áreas de pastagem, o que significa grandes extensões de terras desmatadas, sendo a vegetação original substituída por pastos. Desta forma, é possível identificar a atividade pecuária associada à exploração de madeira, como as principais responsáveis pelo quadro de desmatamento no período que antecede a chegada da fronteira agrícola moderna, sobretudo nos municípios mais ao norte do Vale do Araguaia, onde a cobertura vegetal original é de floresta de transição, o que garante maior oferta de madeira com potencial comercial.

Apoiados no quadro descrito acima, defensores do agronegócio, especialmente da soja, argumentam que a oleaginosa não é responsável pelo avanço do desflorestamento, isso porque, segundo este discurso, quando a lavoura de soja chega, via de regra, já encontra a área desmatada. A declaração do governador do estado e maior produtor de soja da região, Sr. Blairo Maggi, em protesto à possibilidade de suspensão de financiamento aos municípios que mais desmatam no estado, anunciada pelo Presidente Lula, ilustra o posicionamento em defesa da produção de *commodities*.

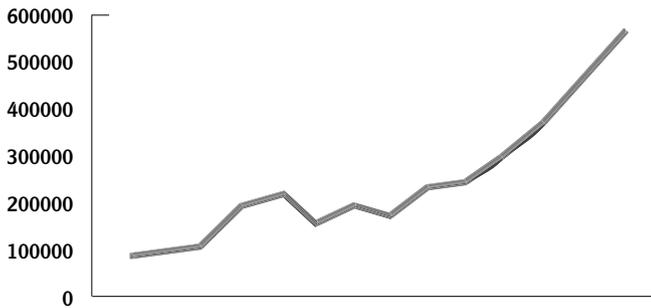
Se isso for feito, não vamos produzir milho, soja, algodão. O preço dos alimentos, que já está alto, vai subir mais ainda. De acordo com Maggi, o levantamento feito pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado mostrou que, dos 662 pontos de desmatamento apontados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) no Mato Grosso, apenas 10,12% seriam de novas áreas desmatadas. (Agência Estado, 14/04/2008).

Outro argumento dos grandes produtores é o de que, com as técnicas modernas disponíveis, é possível aumentar a produção, maximizando o rendimento da lavoura sem necessariamente aumentar sua área física. Tais afirmações são em parte verdadeiras, contudo é possível contestá-las. Com relação à primeira, é fato que a soja muitas vezes quando chega já encontra extensas áreas desmatadas pela pecuária, todavia nem todas as áreas de pastagem podem ser ocupadas com lavouras modernas. Isso porque um pasto pode ser estabelecido em um terreno de topografia irregular, no entanto, a lavoura de soja demanda áreas invariavelmente planas para viabilizar a utilização das modernas sementeiras, fertilizadoras e colheitadeiras, além do fato de sair mais barato para um grande produtor, abrir novas áreas sobre a floresta do que pagar o preço por uma terra já desmatada, muitas vezes em processo de especulação. É preciso considerar também a questão do movimento de fronteira que a soja impulsiona, uma vez que o avanço das lavouras modernas de grãos “empurra” a tradicional pecuária que avança desmatando quando necessário, para se estabelecer em outras áreas, no caso do Vale do Araguaia mais ao norte.

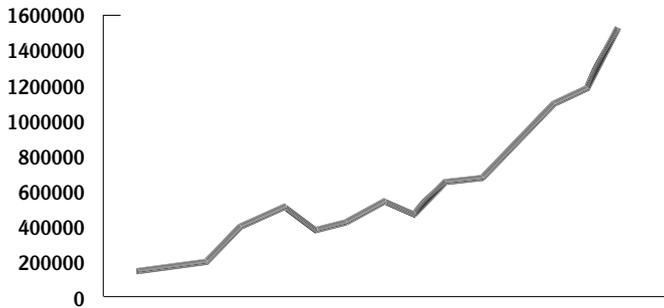
Quanto à afirmação de que o aumento do lucro pode se dar pela maximização do rendimento através do incremento técnico, sem a expansão da área, é em teoria verdadeira. Entretanto, na prática, a opção pela expansão física das lavouras ainda é mais vantajosa em termos econômicos, devido ao baixo valor da terra na região. Desta forma, em geral fica mais barato para o grande produtor expandir sua lavoura ocupando novas áreas, ou seja, desflorestando, do que investir mais nos caríssimos maquinários e insumos. Para confirmar essa idéia, relacionamos os dados da evolução da produção de soja em toneladas, com os dados da expansão das lavouras em hectares e rendimento médio da produção (quilogramas produzidos por hectare). O resultado mostrou que dos 22 municípios, 20 seguem um padrão de aumento da produção associado muito mais à ampliação da área plantada do que ao aumento do rendimento médio. Os gráficos 1, 2, 3 e 4, que apresentam a produção de soja em toneladas e a área plantada em hectares no eixo Y, ao longo dos anos, representados no eixo X, ilustram com clareza esta relação.

**Gráfico 1**

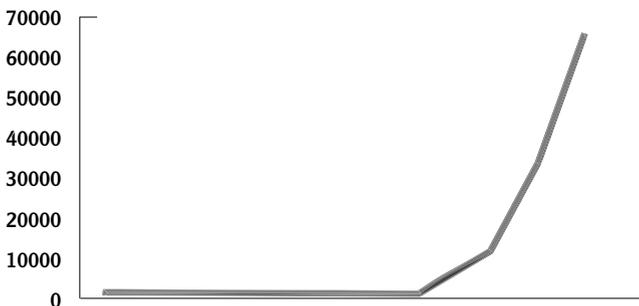
Evolução da área plantada soja MR-Canarana

**Gráfico 2**

Produção (t) soja MR- Canarana entre 1991 e 2005

**Gráfico 3**

Evolução da área plantada soja MR-Norte Araguaia entre 1991 e 2005



**Gráfico 4****Produção (t) soja MR-Norte Araguaia entre 1991 e 2005**

Fonte: SIDRA - IBGE

Apesar de se tratar de variáveis distintas, nota-se claramente que as curvas da variação da área plantada em hectares e da produção em toneladas são muito similares nas duas microrregiões, tanto na área de maior concentração da soja, na MR - Canarana, quanto na área em expansão, na MR - Norte Araguaia.

Os dados apresentados na tabela 5, relativos ao rendimento médio nas duas microrregiões em 3 períodos distintos, também corroboram para confirmar que o aumento da produção de soja se dá mais pela expansão espacial das lavouras. Fica claro que o rendimento em quilogramas de soja por hectare, pouco se alterou de metade da década de 1990 até o momento. Nota-se, inclusive, que mesmo na Microrregião de Canarana, consolidada na produção de soja, ou seja, que utiliza mais intensivamente insumos e maquinário, comparativamente o rendimento no ano de 2005 foi inferior ao do ano 2000.

**Tabela 5****Rendimento médio da produção de soja (quilogramas por hectare)**

Localização Geográfica	1995	2000	2005
MRH-Norte Araguaia	-	1988	2881
MRH-Canarana	2331	3055	2759

Fonte: SIDRA - IBGE

Observando a escala municipal na microrregião Norte Araguaia, nota-se que os municípios que conseguiram um aumento mais expressivo no rendimento médio não ultrapassaram os 60 % de ampliação. No entanto, apresentaram também uma notável expansão em termos de área nas lavouras de soja. É o caso de Bom Jesus do Araguaia, que entre 2001 e 2005 aumentou em 56% seu rendimento médio, mas, em contrapartida, ampliou em quase 38 vezes sua área plantada, saltando de 660 hectares para 25.000 em apenas 5 anos. O mesmo se observa em outros municípios como Canarana, que aumentou sua produtividade em 31% mas quintuplicou sua área plantada com soja entre 1995 e 2005.

Mesmo os municípios que apresentaram queda ou estabilidade no rendimento médio, tiveram sua produção ampliada em função da expansão da área física das lavouras. É o caso de Santo Antônio do Leste e Alto Boa Vista, que reduziram cerca de 10 % sua produtividade, mas continuaram aumentando sua produção em toneladas, o primeiro em 24% e o segundo em 116 %. Canabrava do Norte é o melhor exemplo de que o aumento da produção em toneladas pouco tem a ver com a ampliação do rendimento médio, no caso dos municípios do Vale do Araguaia. Aquele município manteve a média de rendimento por hectare entre 2001 e 2005, no entanto, neste intervalo, ampliou sua produção em toneladas em trinta vezes, de 1.200 toneladas para 75.000, isso graças a uma expansão de sua área plantada de 400 para 12.000 hectares, ou seja, uma área exatamente trinta vezes maior.

Paralelamente à pecuária, outra atividade tradicional na região, em especial no médio Vale do Araguaia, na MR de Canarana, é a rizicultura. Nesta MR todos os municípios produzem arroz em larga escala desde a década de 80, porém o destaque vai para Querência e Água Boa, que ocuparam respectivamente a 6ª e 7ª posições como maiores produtores de arroz no estado em 2005, e ainda Canarana, que ocupa a 4ª posição, tanto no ano de 2005 quanto na média geral entre 1990 e 2005. Já na MR Norte Araguaia a produção do arroz segue um padrão que não ultrapassa as 50.000 toneladas até 2003, quando dá um salto e alcança o patamar de mais de 220.000 toneladas nos dois anos seguintes, garantindo a 5ª posição na produção entre as microrregiões no ano de 2005, e a 7ª colocação no *ranking* da média geral, entre 1990 e 2005.

O arroz é tradicionalmente plantado logo após a retirada da vegetação original, com a intenção de condicionar o solo para receber outras culturas, sobretudo a soja e o algodão. Acontece que o maquinário responsável pelo plantio e colheita destes dois últimos gêneros é extremamente caro e não pode correr o risco de ser danificado ao encontrar pelo caminho pedras, raízes mais grossas ou tocos deixados pelo processo de retirada da cobertura vegetal original. Estes são retirados durante o plantio do arroz,

parte do trabalho realizado manualmente, num processo de preparação do solo, ou como os produtores locais denominam “amansando o solo”. Além disso, as outras lavouras acabam aproveitando os insumos e resíduos biológicos deixados no solo pela rizicultura.

Outro gênero agrícola que possui relevância nos municípios dessas microrregiões é o milho, presente na MR Norte Araguaia desde o início da década de 1990. Contudo, sua produção média anual nunca ultrapassa as 30.000 toneladas e ainda é considerada incipiente se comparada aos grandes municípios produtores deste gênero em Mato Grosso, como Sapezal, Sorriso e Lucas do Rio Verde, todos com média anual de produção de mais de 100.000 toneladas. O mesmo acontece com a MRH de Canarana, que apresenta uma média anual inferior a 50.000 toneladas e ainda fica bem abaixo da média dos principais municípios produtores de milho do estado. No modelo agrícola moderno o plantio do milho é associado ao da soja, entrando o primeiro na entressafra da oleaginosa, numa estratégia de rotação de culturas, com a finalidade de criar uma opção economicamente viável para o período da entressafra, evitando a ociosidade do espaço produtivo, além de prevenir a exposição direta do solo por um período muito longo, como estratégia de minimizar os impactos causados pelo processo erosivo.

Há um déficit infraestrutural nessa mesorregião, que ainda representa um fator limitante à franca expansão da fronteira econômica da agricultura moderna a reboque da soja, em especial na MR Norte Araguaia onde a soja aparece timidamente no ano de 1990 (primeiro dado disponível), em apenas cinco dos quatorze municípios que compõem aquela microrregião, e com cerca de 5.000 toneladas no somatório da produção de todos eles. Entretanto, este cultivo só aparece com alguma expressão no ano 2002, com aproximadamente 40.000 toneladas produzidas em toda a microrregião. Entre 1991 e 1999 não foi registrada nenhuma lavoura desse grão.

A segunda coluna da tabela 6 representa o intervalo entre 1991 e 2000, quase uma década, onde não há plantio de soja em nenhum daqueles municípios. A soja aparece em 1990, pois há no início daquela década uma tentativa de implantação do cultivo na região, todavia, a precariedade infraestrutural, somada ao tradicionalismo dos pecuaristas e à falta de investimentos maciços em tecnologia, resultou no fracasso da produção daquele grão num primeiro momento.

Somente em 2002 a produção sojifera é retomada na MR Norte Araguaia e, nos anos seguintes, segue em forte crescimento, ampliando em mais de 750% sua produção em toneladas, em apenas três anos, entre 2002 e 2005. Apenas três dos quatorze municípios ainda não apresentam produção de soja em 2005 e, nos demais, a entrada deste grão se deu de maneira espantosamente acelerada. Em seis daqueles municípios o crescimento da lavoura de soja entre 2002 e 2005 ultrapassou os 600%, com

destaque para São José do Xingu que até 2003 nunca havia plantado soja e, ano seguinte, já apresentava uma safra de 23.000 toneladas.

Vale destacar que este último município, assim como Santa Terezinha e Santa Cruz do Xingu, apresentam forte crescimento na produção de soja, apesar de estarem localizados no extremo norte do estado, longe da rodovia BR-158, não asfaltada naquele trecho, estando ligados a ela por estradas também sem asfalto e, no geral, em péssimas condições de conservação. Isso mostra com clareza a intenção de expandir a fronteira agrícola moderna num processo de antecipação espacial, segundo a definição de Corrêa (1995, p.85). Trata-se da “antecipação de uma determinada atividade em um dado local antes que as condições favoráveis tenham sido satisfeitas”. Tal processo indiretamente contribui para a evolução do desmatamento na região, já que, como foi mencionado, o avanço da fronteira de grãos é sempre precedido de outras atividades associadas à retirada da vegetação original, como o extrativismo madeireiro, a rizicultura e a pecuária.

**Tabela 6**

**Evolução da produção de soja (toneladas) na MR-Norte Araguaia**

<b>Localização Geográfica</b>	<b>1990</b>	<b>1991 / 2000</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>MR-Norte Araguaia</b>	<b>5.051</b>	-	<b>39.681</b>	<b>67.379</b>	<b>115.709</b>	<b>301.561</b>
Alto Boa Vista	-	-	-	1.500	3.810	3.240
Bom Jesus do Araguaia	-	-	14.880	27.000	18.900	75.000
Canabrava do Norte	-	-	6.375	8.922	25.200	36.000
Confresa	-	-	-	-	-	-
Luciára	1.092	-	-	-	240	-
Novo Santo Antônio	-	-	-	-	-	-
Porto Alegre do Norte	101	-	-	3.562	7.575	20.586
Ribeirão Cascalheira	3.000	-	18.300	12.806	14.850	40.245
São José do Xingu	-	-	-	-	23.400	23.400
Santa Cruz do Xingu	-	-	-	2.700	4.800	14.400
Santa Terezinha	192	-	126	1.680	-	11.200
São Félix do Araguaia	666	-	-	9.209	6.300	55.950
Serra Nova Dourada	-	-	-	-	7.934	15.540
Vila Rica	-	-	-	-	2.700	6.000

Diferentemente dos municípios mais ao norte do Vale do Araguaia, na MR Canarana a produção sojifeira já tem presença expressiva desde o início da década de 90 com mais de 209.000 toneladas produzidas em 1990. A tabela 7 mostra que todos os municípios desta MR já produziam soja desde essa data, exceto Santo Antônio do Leste e Nova Nazaré, que se emanciparam respectivamente em 1998 e 1999.

Atualmente a MR de Canarana é a terceira maior produtora de soja do estado, chegando próximo a 1.500.000 toneladas colhidas no ano de 2005, o que representa um crescimento de quase 700% na produção em 15 anos, garantindo a quarta posição no estado também na média geral de produção entre 1990 e 2005.

Individualmente, os maiores produtores de soja na microrregião são Santo Antônio do Leste e, mais ao norte, os vizinhos, Querência e Canarana. A soma da produção desses 3 municípios no ano de 2005 representa 69% de toda produção da microrregião.

**Tabela 7**  
Evolução da produção de soja (toneladas) na MR-Canarana

	1990	1995	2002	2003	2004	2005
<b>MR-Canarana</b>	<b>209.551</b>	<b>481.420</b>	<b>848.675</b>	<b>1.018.966</b>	<b>1.162.437</b>	<b>1.449.965</b>
Água Boa	56.473	48.991	54.272	86.003	110.208	144.000
Campinápolis	3.600	210	-	1.905	1.752	864
Canarana	59.892	57.536	165.360	192.869	233.700	303.923
Nova Nazaré	-	-	1.917	7.550	9.840	7.546
Nova Xavantina	34.972	34.232	57.600	66.204	69.600	97.920
Novo São Joaquim	54.614	326.400	181.584	194.425	206.061	198.640
Querência	-	14.051	87.750	150.790	220.800	335.576
Santo Antônio do Leste	-	-	300.192	319.220	310.476	361.496

Fonte: Sidra - IBGE

A soja aparece como um dos elementos centrais no processo de (re) ordenamento territorial na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, pois é o principal gênero dentro do modelo agrícola moderno em desenvolvimento na região Centro-Oeste do país. É a reboque desta oleaginosa que a fronteira da agricultura moderna avança em direção ao norte do estado de Mato Grosso, seguindo os grandes eixos rodoviários. No caso da Br-

158 o destino e o ritmo do avanço desta fronteira estão subordinados a elementos externos (internacionais) e internos (regionais/locais). Os primeiros estão relacionados às demandas internacionais e à variação do valor das *commodities* agrícolas no mercado mundial. O carro-chefe da vez é a soja, mas a história nos mostra que outras monoculturas já tiveram o mesmo papel, a exemplo do café, da borracha e da cana e, possivelmente, em breve, outras culturas voltadas para a produção de biocombustíveis.

Em relação aos fatores internos temos as políticas públicas, através dos investimentos setoriais e da legislação que podem frear ou acelerar o avanço da fronteira agrícola. Na escala local pesam também as peculiaridades relacionadas à capacidade infraestrutural dos municípios ao longo do eixo da rodovia. Assim, a própria condição física da estrada, ainda sem asfalto nos seus últimos 400km ao norte, constitui um fator limitante à expansão da soja. No entanto, o discurso tanto dos produtores quanto das lideranças políticas é uníssono quanto à certeza de que a plena expansão do modelo agrícola moderno em direção ao norte do eixo da rodovia é apenas uma questão de tempo. Também a presença prematura da soja nos municípios da MR Norte Araguaia, mesmo antes das condições infraestruturais adequadas, mostra, como já foi citado, que há um processo de antecipação espacial do capital agrícola, que já garante sua presença aproveitando os baixos valores da terra, aguardando e exercendo seu *lobby* para a mobilização de forças econômicas e, sobretudo políticas, para a organização dos fixos espaciais necessários à circulação dos novos fluxos, parafraseando a concepção de espaço de Milton Santos.

## **Considerações sobre os fatores de controle florestal do Estado**

---

Uma vez apresentadas a dinâmica do desmatamento e das principais atividades produtivas vinculadas aos processos de substituição da vegetação original no Vale do Araguaia, é interessante fazer uma breve análise sobre os principais mecanismos legais e institucionais de regulação do uso do solo e controle e fiscalização dos recursos florestais, atuantes direta e indiretamente sobre a região em questão, principalmente sobre sua parte norte, principal foco dos recentes desmatamentos.

Neste sentido, serão apresentados os potenciais fatores de controle no setor florestal atuantes tanto na escala nacional, quanto estadual e regional, a partir do ano 2000. A presença de alguns desses fatores está ligada a uma mudança de postura do Estado brasileiro frente às pressões

no âmbito internacional e nacional, exercidas pela sociedade civil organizada e fóruns acadêmicos e políticos em torno da questão da preservação e melhor gestão dos recursos florestais.

A delimitação de áreas de uso restrito é uma prerrogativa do Estado no âmbito das diversas formas de controle do território, que no tema ambiental podem expressar-se basicamente, por meio de legislação territorial, no caso dos zoneamentos e unidades de uso restrito, legislação florestal, ou por meio de fiscalização e sanções financeiras (multas e suspensão de crédito).

No tocante às adaptações ocorridas na legislação florestal a partir do ano 2000, destacam-se as alterações no Novo Código Florestal, dadas pela MP 2.166 de 2001, que redefine o percentual compulsório de área de Reserva Legal por propriedade rural, de acordo com a localização geográfica, sendo exigidos oitenta por cento de área preservada em propriedades rurais situadas em domínio de floresta localizada na Amazônia Legal e trinta e cinco por cento em propriedades dentro do domínio do cerrado, também na Amazônia Legal.

Contudo, tal alteração na legislação só se torna efetiva no controle do desmatamento quando associada a um aumento quantitativo e qualitativo nos mecanismos fiscalizatórios. No início da década de 2000, quando da alteração do novo código, havia um notável déficit em termos de efetivo de funcionários e equipamentos, tanto por parte do IBAMA quanto da SEMA-MT. Na MRNA esta Secretaria possui apenas um escritório regional, localizado no município de Vila Rica e responsável pelas ações de fiscalização em doze dos municípios daquela microrregião, excetuando Ribeirão Cascalheira que se encontra sob a jurisdição do escritório regional de Canarana. Nesta micro não há nenhum escritório regional do IBAMA, o que significa que, salvo grandes operações em escala estadual ou nacional, é a SEMA a responsável pela fiscalização cotidiana de treze municípios que somam uma área de aproximadamente 73.500km<sup>2</sup> (1,5 vezes o estado do Rio de Janeiro), com um reduzido efetivo de funcionários e pouca infraestrutura física e técnica.

Diante disso, presume-se que nos primeiros anos após essa adaptação por Medida Provisória, o Novo Código Ambiental se fez pouco efetivo no sentido de coibir a prática do desmatamento na MRNA. Sua aplicação tende a ser otimizada nos anos de intensificação da fiscalização por meio de operações e campanhas do Governo Federal na escala estadual e no âmbito da Amazônia Legal, conforme será mostrado a seguir.

Outro potencial fator de controle sobre o avanço do desmatamento é a criação de unidades de conservação e reservas indígenas. Depois do ano 2000 na MRNA são criadas quatro unidades de conservação, todas em 2001, sendo duas na categoria Refúgio da Vida Silvestre e duas na

categoria de Parque Estadual (Unidades de Proteção Integral). Somadas, as áreas destas quatro Unidades de Conservação alcançam aproximadamente 442.787 hectares, o que representa cerca de 5% de todo território da MRNA. A diminuta representatividade em termos de área torna pouco efetiva a existência de tais reservas como fatores de controle sobre o desflorestamento na MRNA. Além disso, todas as quatro unidades de Conservação encontram-se na área de domínio do cerrado, o que elimina a possibilidade de interferência sobre o avanço do desmatamento nas áreas de floresta.

No que diz respeito às Reservas Indígenas, atualmente nesta micro existem cinco delas, somando aproximadamente 333.100ha, o que representa cerca de 3,9% de área total da MRNA, uma área ainda menor que a das Unidades de Conservação. As Reservas Indígenas podem ser um mecanismo de ordenamento territorial eficiente no controle das atividades potencialmente causadoras de desmatamento. Contudo, a reduzida representatividade em termos de área ocupada, somada às dificuldades de fiscalização e aplicação da legislação, expostas pela identificação de áreas desmatadas dentro dos limites das reservas, indicam que este mecanismo político territorial, como ferramenta de controle ambiental, ainda possui certa fragilidade. Diante do exposto, estima-se que a mera existência desses territórios especiais teve uma participação bastante diminuta no sentido de arrefecer o processo de desmatamento na região no período em questão.

Com relação ao ordenamento territorial proposto no ZSEE – Zoneamento Sócio Ecológico Econômico em Mato Grosso, trata-se na essência de instrumento para racionalização da ocupação do território e redirecionamento de metas e diretrizes específicas para cada região, de acordo com suas características sociais, econômicas, ecológicas e locais. Tal instrumento serve de subsídio para elaboração e execução de planos regionais fundamentados na idéia de desenvolvimento sustentável, econômica e ambientalmente. Contudo, apesar das promissoras possibilidades em termos de resultados positivos no desenvolvimento econômico e preservação ambiental para regiões como o Vale do Araguaia e sua porção Norte, a MRNA<sup>3</sup>, o ZSEE ainda se encontra em fase de discussão.

Na esteira de uma transição na postura do Estado frente às novas demandas ambientais, e com o objetivo mais imediato de responder ao constante aumento dos níveis de desmatamento registrados na Amazônia

---

3 A MRNA equivale à III Região de Planejamento do ZSEE, a RP de Vila Rica, com exceção do município de Ribeirão Cascalheira, que pelo Zoneamento faz parte de outra Região de Planejamento.

Legal, são deflagradas uma série de ações integradas entre IBAMA, Polícia Federal e órgãos de fiscalização estadual e municipal. Entre essas ações, destaca-se a Operação Curupira, deflagrada em 2005 pela Polícia Federal em cinco estados, com um número recorde de 129 mandados de prisão contra uma quadrilha especializada em crimes ambientais. A operação ganhou destaque nacional e realizou a prisão preventiva de 70 pessoas em 17 municípios de Mato Grosso, incluindo chefes dos órgãos de defesa do Meio Ambiente atuantes no estado. Apesar do primeiro impacto positivo, com o desmantelamento de um esquema responsável por um estrago estimado em 46.000 hectares de área desmatada, 1,9 milhão de metros cúbicos de madeira extraídos (dados divulgados pela imprensa à época da Operação), atualmente, nenhum dos 225 acusados permanece preso. Ainda assim, a Operação pode ser considerada um marco na consolidação de uma postura mais firme do governo federal com relação aos esquemas ilegais envolvendo membros políticos e técnicos dos próprios órgãos de fiscalização do meio ambiente.

Entre os fatores de controle do Estado destaca-se o aumento efetivo da fiscalização e a consequente evolução do número de autos de infração e, sobretudo, do valor das multas aplicadas em todo o território nacional entre 2003 e 2007, conforme dados do próprio órgão. O aumento do número de autos aplicados é sem dúvida um importante fator de desestímulo a práticas ambientalmente degradantes previstas na legislação específica, a exemplo do desmatamento. Entretanto, há algumas limitações no sentido de atribuir a esses dados uma relação direta sobre uma possível redução do desmate na MRNA.

Em primeiro lugar, os dados correspondem aos autos e multas de todas as categorias de infrações ambientais e não especificamente apenas relativos ao desmatamento. Neste sentido, é difícil afirmar se este aumento se deu efetivamente no setor da fiscalização florestal. Além disso, os dados se referem à escala nacional, não fazendo referência específica a Mato Grosso, ou ainda a MRNA. Dessa forma não se pode precisar em que medida a intensificação na fiscalização exerce influência direta sobre a área de interesse deste artigo.

Diante das questões expostas fica claro que não é possível mensurar em termos numéricos em que medida cada um dos fatores de demanda e controle apresentados influencia na dinâmica do desmatamento na MRNA, já que as respostas, tanto em termos de avanço das fronteiras produtivas (pecuária e agricultura moderna) quanto em termos da evolução do desmatamento, não ocorrem de maneira imediata.

## Considerações Finais

---

Partimos da idéia de que o advento do ideal da sustentabilidade, a noção dos limites para o crescimento econômico e os debates no meio acadêmico e político internacional em torno dessas temáticas, encontram-se na esteira de uma transição paradigmática. Tal processo de transição do paradigma que rege a relação do homem com a natureza é gradual e encontra-se em curso, porém, ainda muito mais na fase do discurso que da ação. Acreditamos que tal transição ainda se encontra na fase da conjectura, com base no fato de que, a despeito de todo progresso na institucionalização do gerenciamento do meio ambiente, os resultados alcançados no tocante ao tratamento dito sustentável dos recursos naturais e humanos ainda se encontram muito aquém do ideal. Neste sentido, ainda serão necessárias muitas adaptações, tanto do modelo gerencial, quanto do próprio modelo de produção e consumo material, especialmente no fazer cumprir as metas já estabelecidas. Basta lembrar que hoje quase todos os países possuem ministérios ou agências voltadas para o meio ambiente, e várias convenções e tratados internacionais foram assinados ou estão sendo negociados, mas os resultados ainda estão muito distantes do anunciado e das intenções.

No que concerne especificamente ao tema deste trabalho, a principal contribuição desta abordagem é no sentido de oferecer subsídios teóricos e empíricos para melhor compreender os caminhos do desenvolvimento na região do Vale do Araguaia e, numa escala mais ampla, de Mato Grosso e da própria região Centro-Oeste, além de estabelecer um contraponto ao discurso dos grandes agropecuaristas e alguns políticos que se empenham em isentar o avanço da agricultura moderna e pecuária da responsabilidade sobre o aumento do desmatamento no cerrado e na floresta amazônica.

## Referências bibliográficas

---

ALTVATER, Elmar. “ Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos”. In: HELLER, Agnes et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

\_\_\_\_\_. “ A teoria marxista e os limites do crescimento” In: PROCÓPIO, Argemiro et al. *Os excluídos da arca de Noé*. São Paulo: Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova [des]ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 1995.

BERNARDES, J. A. "As estratégias do capital no complexo da soja". In: Castro, I. E. de, GOMES, P. C., e CORREA. R. L. (Org.) Brasil: *Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. "Técnica, trabalho e espaço: as incisivas mudanças em curso no processo produtivo". In: CASTRO, Iná Elias (org.). *Redescobrimo o Brasil 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. "Técnica, trabalho, acumulação e reorganização do território: O caso do cerrado mato-grossense". *Ciência Geográfica*. Ano VII, volume II (19), maio/agosto, 2001, Bauru: Ed. AGB.

\_\_\_\_\_. "Sociedade e Natureza". In: CUNHA, S.B e GUERRA, A.J.T (coords.). *A Questão Ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BECKER, Bertha K. "A Amazônia Pós-ECO – 92". In: BURSZTYN, M. (org.) *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COELHO, M.C.N. "Impactos ambientais urbanos: teorias, conceitos e métodos de pesquisa." In: *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CÓDIGO AMBIENTAL DO MATO GROSSO. *Lei Complementar nº 38* de 21 de novembro de 1995.

CONAMA. *Resolução 237*, de 19 de Dezembro de 1997.

CORREA, R.L. "Espaço: um conceito-chave de geografia". In: Castro, I. E. de, GOMES, P. C., e CORREA. R. L. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FREIRE FILHO, O.L. *Repercussões ambientais das técnicas utilizadas na agricultura moderna na Chapada dos Parecis – MT*. Monografia de Graduação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

HINKELAMMERT, Franz. "O antropocentrismo ocidental e o desastre ecológico." In: PROCÓPIO, Argemiro et al. *Os excluídos da arca de Noé*. São Paulo: Hucitec, 2005.

LEFF, Enrique. "Interdisciplinaridade, ambiente e desenvolvimento sustentável". In: *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez Editora. 2001

LEITÃO, Pedro, “Ambiental Desenvolvimento” In: BURSZTYN, M. (org.) *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

SACHS, Ignacy. “Estratégias de transição para o século XXI”. In: BURSZTYN, M. (org.) *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. razão e emoção*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

# Movimentos Sociais no Vale do Araguaia – MT

*José Bertoldo Brandão Filho*

## **Introdução**

---

Nas últimas décadas os movimentos sociais vêm passando por profundas transformações em seus formatos e em suas relações com o capital e o Estado. Os setores que defendiam mudanças profundas no modo de produção e nas relações sociais não conseguiram evoluir e implantar suas propostas a partir de mudanças estruturais. Os processos que se desenvolvem no âmbito da globalização da economia e do domínio do capital financeiro necessitam de uma nova leitura.

Os estudos desenvolvidos por vários autores que versam sobre as mudanças no processo produtivo, na economia, no trabalho e nos movimentos sociais, a partir dos anos 80, parecem convergir para uma análise comum, em torno da qual as proposições para a promoção de grandes transformações sociais, cuja ação política se restringe ao viés economicista, envolvendo a produção e o trabalho, perdeu o seu potencial no cenário da globalização. Este “novo” cenário exige a redefinição dos instrumentos de interpretação dos movimentos sociais.

É fato conhecido que no Vale do Araguaia os anos 70 foram marcados por grandes conflitos nas questões da posse da terra, com participação da igreja católica, cuja linha de ação se desenvolvia orientada pela teologia da libertação, sob a liderança do bispo Dom Pedro Casaldáliga, que assumia a defesa dos posseiros ameaçados de expulsão das terras.

Este artigo tem como objetivo fazer uma breve reflexão sobre o significado dos movimentos sociais no Vale do Araguaia mato-grossense, na fase da ditadura militar, considerando as mudanças que passam a se estabelecer na divisão territorial do trabalho, a nível regional, vinculado às políticas públicas, bem como a repercussão dos movimentos sociais dos anos 70 na atual conjuntura.

A partir dos anos 90 os segmentos que atuavam no interior dos movimentos sociais e que conseguiram hegemonia na condução dos rumos dos mesmos optaram por pactos mais amplos no planejamento e gestão

do território, passando a atuar no aparelho de Estado em diversas escalas, preocupando-se em ocupar os novos espaços políticos.

Entende-se que há necessidade de compreensão dos problemas atuais em função do novo movimento do capital, da formação de novas fronteiras de expansão do agronegócio e da complexidade que envolve as relações sociais, dos interesses dos distintos estratos sociais representados pela pequena produção agrícola, pelo trabalho formal e informal urbano e rural, o que, por sua vez, envolve a compreensão das potencialidades e dos limites dos movimentos sociais.

No contexto das ditaduras militares, tanto no Brasil, como na América Latina, torturas e assassinatos preencheram as páginas da história, da qual faz parte o Vale do Araguaia. No Brasil, nesse momento, as políticas públicas encaminhadas pelos governos militares estavam voltadas para a expansão do capital para o Centro Oeste e a Amazônia, via políticas de desenvolvimento regional.

## **Repercussão das políticas públicas do governo militar na região**

---

Segundo Pedroso et alii (2004), até a década de 1960 o envolvimento do Estado na evolução da fronteira agrícola brasileira manteve-se reduzido, sendo a expansão das frentes pioneiras basicamente espontânea. Muller (1990, p.50) ressalta que “a participação governamental, frequentemente tardia, ocorria apenas quando deficiências de infraestrutura ameaçavam a viabilidade das frentes de agricultura comercial”.

As formas de ocupação do capital sob a tutela da ditadura militar, privilegiando as grandes corporações econômicas, entraram em conflito com a população já estabelecida na região, a exemplo dos posseiros, pequenos produtores e imigrantes empobrecidos e empurrados de outras regiões nos anos 70, numa conjuntura de concentração e valorização da terra.

O Plano de Integração Nacional (PIN), criado em 1970, constituía um dos principais programas organizados nos governos da ditadura militar, com a função de financiar o plano de obras de infraestrutura nas regiões compreendidas nas áreas da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e promover a integração entre as regiões. Os projetos de colonização e exploração das áreas situadas ao longo das rodovias foram efetuados com recursos do PIN.

Informes da SUDAM assinalam que em 1977 vultosos investimentos foram realizados, representando grande massa de recursos oriundos dos orçamentos convencionais da União e dos Estados ou fundos e progra-

mas especiais, com vistas a potencializar o suporte aos investimentos da iniciativa privada.

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 1970, tinha como objetivo promover a colonização das “áreas vazias” e propiciar mão-de-obra para a valorização da Amazônia Legal. Além de não resolver os conflitos existentes, o INCRA criou outros conflitos e aumentou a violência no campo, não solucionando os problemas do pequeno produtor agrícola, dos posseiros e das nações indígenas na região, favorecendo grilagens e apoiando a expulsão de posseiros (Pedroso, 2004).

Para Martins (1986), a ditadura militar foi drástica no confronto da luta pela terra, reprimiu, prendeu, torturou, matou e fechou os olhos para os assassinatos políticos praticados pelos proprietários de terras e, nesse contexto, o Estatuto da Terra funcionou como programa para a remoção dos obstáculos à entrada do capital no campo e de estímulo à modernização da agropecuária.

Em muitas regiões, como o Centro Oeste, a política de incentivos fiscais, ao estimular a expulsão dos pequenos agricultores e indígenas, também empurrou os antigos latifundiários para áreas menos valorizadas. Neste contexto, foram difundidas novas tecnologias, a exemplo das cultivares apropriadas aos solos de cerrado, da utilização de fertilizantes, defensivos, herbicidas e máquinas agrícolas, sendo simultaneamente aceleradas as mudanças nas relações de trabalho. De acordo com Delgado (1985), no final dos anos 60,

inicia-se com certo vigor um processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira, com a consolidação integrada do denominado complexo agroindustrial brasileiro – CAI. Esta mudança significa que a agricultura torna-se crescentemente menos dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalho rural, e simultaneamente mais articulada, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais (1985, p. 19).

Entretanto, os pequenos proprietários migrantes do Sul, cuja função principal era “amansar” a terra para os que viriam depois, também passaram por enormes dificuldades. Segundo Martins (1982, p. 116),

a questão não foi somente a dos posseiros, dos parceiros e arrendatários pobres. Os pequenos proprietários, como os colonos do projeto Canarana, no sul da BR-158, viviam uma situação nada fácil. A Canarana foi um projeto de colonização particular e de assentamento de lavradores

procedentes do Rio Grande do Sul, da região de Tenente Portela, que se instalaram em Mato Grosso, em Barra do Garças.

Esses lavradores, apesar de trabalharem de forma organizada e com máquinas mais modernas no plantio e colheita de arroz nos anos 80, ficaram endividados. A população do Projeto Canarana, composta de 80 famílias, migrou no início dos anos 70 para Água Boa e Canarana, sob a liderança de pastores luteranos, dando início ao processo de colonização, com apoio do governo federal, incluindo a venda de três lotes em um, articulando moradia e produção em propriedades de 400 hectares.

Nesse projeto formaram-se agrovilas que modelaram a organização da produção e da reprodução do espaço urbano e rural, de acordo com a concepção da comunidade imigrante. Dos que vieram do Sul, 50% conseguiram prosperar ou se manter no mesmo estágio econômico, alguns arrendaram suas terras, porém, mais da metade dos antigos colonos não se encontra mais na área e outros mudaram de atividade.

Este foi um tipo de movimento migratório que expulsou pequenos produtores, pressionados pelo fracionamento da propriedade no Rio Grande do Sul, que trazia heranças de pioneirismo e experiências históricas, as quais proporcionaram a organização dos ocupantes nesse tipo de comunidade.

A continuidade do processo de modernização da agricultura, entretanto, inviabilizou a permanência da maioria dos colonos iniciais, implicando em pressões sobre outros pequenos produtores da região, resultando em fragmentação de grupos menos consolidados e debilitação das relações sociais. Conforme dito anteriormente, o potencial desse grupo, oriundo do Sul, foi utilizado para desbravar a terra e organizar o território para a entrada das grandes corporações, contribuindo no sentido de otimizar a acumulação do capital.

O Estado foi intérprete e aliado do grande capital nessa maneira de organizar o espaço. Por outro lado, em direção ao norte, nas áreas não ocupadas pelos processos de colonização privada, as comunidades populares pressionadas pelos novos avanços do capital, na figura dos grandes projetos agropecuários, contaram apenas com o apoio das lideranças vinculadas à igreja da teologia da libertação.

## **A ação da igreja da teologia da libertação na Microrregião Norte Araguaia**

---

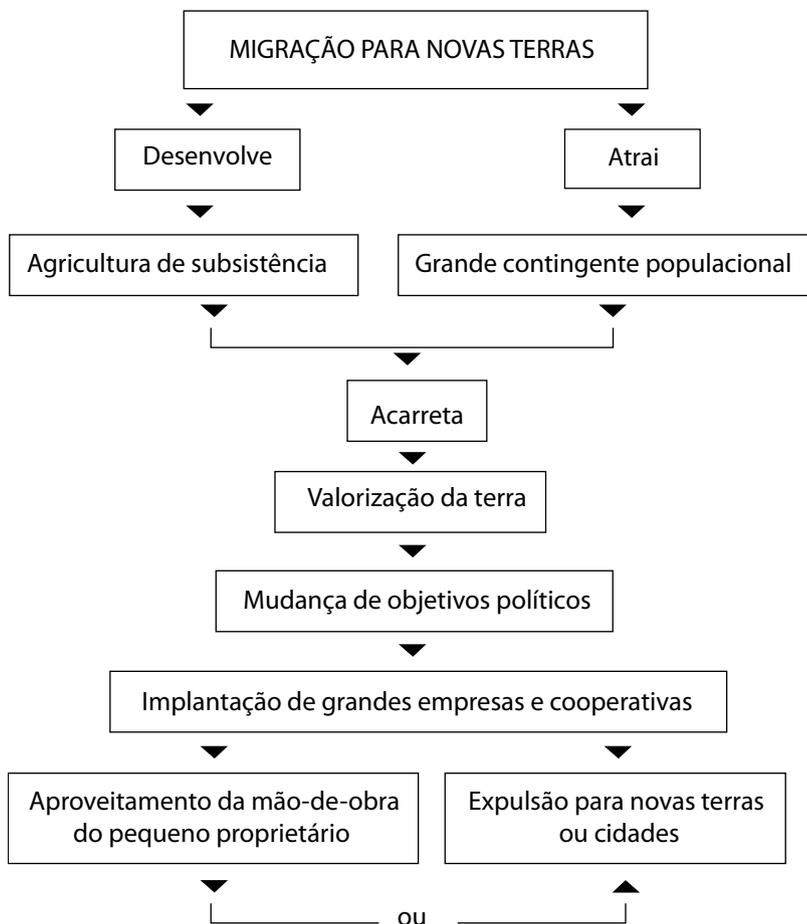
No contexto dos regimes autoritários instalados na América Latina nos anos 60, especialmente no Brasil, os conflitos no campo, o aumento da po-

breza e da violência, mobilizaram segmentos da igreja católica. No encontro de Medellín, na Colômbia, o Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), a partir do Concílio Vaticano II, instituiu a Teologia da Libertação.

Para Leonardo Boff (1980, p. 87), “o quadro de degradação apresentado na América Latina é o fundamento gerador do conceito de libertação”, significando a “ação que visa criar espaço para a liberdade”. Ser livre, neste sentido é não estar sob o jugo da lei alheia, é poder construir-se autonomamente.

### Fluxograma 1

#### Organização da expansão do capitalismo no campo



Assim, no início dos anos 70 a igreja católica, representada pela prelazia de São Félix do Araguaia, iniciou um trabalho de conscientização através da educação e saúde, tendo à sua frente padres, freiras e leigos comprometidos com os projetos da teologia da libertação. A Microrregião Norte do Araguaia, dominada por grileiros e latifundiários, contava com grupos indígenas em processo de dizimação, pequenos agricultores e antigos posseiros, que estavam sendo pressionados e expulsos pelos novos agentes econômicos. A expansão do capitalismo no campo, incentivado pelo governo federal, tendo à frente as grandes empresas, pode ser ilustrado pelo fluxograma 1, organizado pela CNBB.

O fluxograma da página 127 nos mostra que o capitalismo no campo se reproduz através da mobilidade da força de trabalho rural migrante, dos trabalhadores sem terra e dos pequenos produtores que, na fase inicial, desmatam, desenvolvem a agricultura de subsistência, “amansam” a terra e a valorizam para a entrada do capital em grande escala, comandado pelas grandes corporações capitalistas, pelo mercado financeiro e com apoio do Estado. Os agentes hegemônicos ocupantes do território aproveitam a mão-de-obra de pequenos proprietários ou de trabalhadores imigrantes especializados. Os demais trabalhadores, o excedente de mão-de-obra ou os que perdem a posse ou a propriedade da terra, migram para outros espaços menos valorizados e, possivelmente, podem seguir sempre migrando. Considere-se, também, a existência de nações indígenas ou posseiros, antes ocupantes dos espaços da nova fronteira do capital.

Foram muitos os conflitos, expulsões e violência, resultando por vezes em mortes contra os posseiros, trabalhadores e peões do Vale do Araguaia, destacando-se os confrontos de Sta. Terezinha iniciados com as atividades da CODEARA, em 1967, aumentando as tensões no tempo das derrubadas (ESTERCI, 1987). Segundo a CNBB (1997), os principais focos de conflitos envolveram os estados de Mato Grosso e Pará, localizando-se em Barra do Garças, São Félix do Araguaia, Luciara, Conceição do Araguaia, São João do Araguaia, Marabá e Santa Terezinha.

De acordo com a mesma fonte, na região do Médio Araguaia, nos anos 70, cerca de 2.600 famílias de posseiros foram alvo de expulsões e violências por parte de grileiros que representavam fazendeiros e grandes empresas. Portanto, instabilidade e insegurança rondavam a vida dos pequenos produtores, posseiros e trabalhadores rurais, já que o capital e o Estado, uníssonos e harmônicos, no âmbito da ditadura militar, orquestravam o projeto de expansão e modernização conservadora. Para os que não se “proletarizaram” a possibilidade era o “avanço” para novas áreas por certo tempo, enquanto as implantações de novos projetos agropecuários não as atingissem.

Nesse contexto de agudização dos conflitos, as ações da prelazia de São Félix do Araguaia em defesa dos posseiros e trabalhadores rurais foram fundamentais e determinantes na formação de lideranças e organização dos movimentos sociais da região. Foram inúmeros os assassinatos e tortura de padres e lideranças populares. O bispo Dom Pedro Casaldáliga, à frente da prelazia, desempenhou papel importante no sentido de assumir os riscos em defesa da população pobre e expulsa do campo. Edilson Martins (1979, p. 13) assim se expressa sobre Dom Pedro Casaldáliga:

Ele se confunde com a terra e com os homens. Faz corpo com eles. Por isso suas palavras têm cheiro de chão, peso de pedras, força das águas, brilho de raio, lirismo de olhos de vaca. Na verdade ele não fala palavras, fala coisas.

Até fins dos anos 70 tinham sido aprovados para os municípios de Barra do Garças e Luciara 66 (sessenta e seis) projetos do governo federal e, posteriormente, outros foram criados, como o da BORDON S/A (Frigorífico Bordon), o da NACIONAL S/A (Banco Nacional de Minas Gerais), cujo presidente era o então ministro das Relações Exteriores Magalhães Pinto, e o URAPURU S/A, do jornalista-latifundiário David Nasser, entre outros.

As extensões de área compradas por alguns dos empreendimentos agropecuários no território da prelazia eram absurdas, destacando-se a AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSU S/A com 695.843ha, de propriedade de uma única família paulista, a família Ometto. Cabe destacar ainda a Cia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA) com 196.497ha, a AGROPA-SA com 48.165ha, a URUPIANGA com 50.468ha, a PORTO VELHO, com 49.994ha, e assim sucessivamente (CNBB, 1977).

As concepções da Guerrilha do Araguaia, no início dos anos 70, que se propunha a disseminar a idéia de uma revolução armada a partir do campo e a posterior construção de um Estado socialista, entravam em conflito com as visões da Teologia da Libertação. Entretanto, ambas objetivavam eliminar as graves tensões e injustiças na região, e os confrontos para impedir o massacre dos mais fracos resultaram em operações militares que deixaram marcas e traumas inesquecíveis. Conforme assinala Martins (1982), o capital não se expande sem levar o germe da destruição.

## **O movimento do capital e do trabalho na contemporaneidade**

---

O movimento do capital na década de 70 se caracteriza pela passagem do modelo de produção fordista, aliado ao Estado Keynesiano, para o modelo pós-fordista, apoiado pelo neoliberalismo, mesclado com a social democracia de cunho europeu. É evidente que as transformações políticas e econômicas em geral partem das necessidades das classes dominantes nos centros de planejamento e gestão do capital, localizados nos principais pólos econômicos e políticos hegemônicos mundiais, mas se disseminam pelas periferias e semi-periferias do capital de forma diferenciada.

Os movimentos sociais tendem a se contrapor a esse movimento dominante, tanto ao nível de suas organizações globalizadas, como nas práticas cotidianas, em função da pressão do Estado e do capital. Os diferentes interesses geram conflitos que envolvem fazendeiros, posseiros, nações indígenas e as empresas do agronegócio, na disputa pela terra.

A partir dos anos 90 o capitalismo mudou a sua forma de reprodução e conta com técnicas modernas de comunicação, mas não mudou a sua essência. A exploração do trabalho através da mais-valia continua. A esfera do consumo se ampliou enormemente, o capital financeiro assumiu a hegemonia da articulação dos diversos capitais e a circulação passou a ser mais dinâmica. Neste contexto, o trabalho na produção já não aparece como um símbolo de cidadania, pois a mesma se situa no consumo. As formas de organização territorial se alteram e as relações sociais se tornam mais complexas. “Novos” agentes entram em cena e os “velhos” se transformam ou desaparecem.

As atuais formas de expressão dos movimentos sociais em países de desenvolvimento capitalista tardio, particularmente na América Latina, vêm se caracterizando pelo combate às políticas neoliberais, ou seja, contra as privatizações, pela reforma agrária e urbana, com algum destaque para movimentos étnicos e de gênero. A igreja, assim como o Estado, também mudaram as suas formas de relações com os movimentos sociais, em virtude da nova face do capital e dos pactos políticos de classes em torno da governabilidade, o que parece atingir todos os espaços.

Vive-se, atualmente, uma fase de complexidade nas relações econômicas, sociais e políticas nos diferentes espaços, com tensões que se manifestam através do nível de organização dos movimentos sociais, das suas práticas sociais e das manifestações espontâneas de estratos excluídos do processo de acumulação.

Deve-se considerar que, na essência das mudanças, o novo modelo de reprodução não se impõe sem contar com as velhas formas, as quais envolvem históricos com raízes datadas na fase colonial, formas arcaicas

de dominação articulando trabalho escravo e grilagem de terras, as quais se mantêm até os dias atuais. Loureiro e Pinto (2005, p. 4) destacam que

desde os anos de 1960 tornaram-se comuns certas práticas que ainda hoje ocorrem objetivando a grilagem de terras, tais como: a venda de uma mesma terra a compradores diversos; a revenda de títulos de terras públicas a terceiros como se elas tivessem sido postas legalmente à venda através de processos licitatórios; a falsificação e a demarcação da terra comprada por alguém numa extensão muito maior do que a que foi originalmente adquirida, com os devidos documentos ampliando-a; a confecção ou adulteração de títulos de propriedade e certidões diversas; a incorporação de terra pública a terras particulares; a venda de títulos de terra atribuídos a áreas que não correspondem aos mesmos; a venda de terra pública, inclusive indígena e em áreas de conservação ambiental, por particulares a terceiros; o remembramento de terras às margens das grandes estradas federais, que em anos anteriores haviam sido distribuídas em pequenos lotes para fins de reforma agrária a agricultores e a posterior venda dos lotes, já lembrados, transformando-os em grandes fazendas de gado; e ainda, mais recentemente, a venda de terra pública pela internet como se os vendedores fossem seus reais proprietários, com base em documentação forjada.

Os processos de transformação na dinâmica produtiva do campo, nas últimas décadas, segue a lógica da concentração e centralização do capital nas mãos dos grupos hegemônicos, articulados ao nível global, implicando também em exclusão dos pequenos produtores rurais, posseiros, arrendatários e trabalhadores sem terra, resultando em conflitos entre os distintos agentes.

A lógica da otimização entre produção e gestão empresarial configura-se como o centro da reprodução do capital, em formatos cada vez mais concentradores e que só são possíveis para grupos de capitalistas com elevada massa de capital e de créditos, o que envolve domínio de estruturas políticas em várias escalas e operação eficiente em formatos territoriais de redes.

Nesse contexto, a Microrregião Norte Araguaia, situada na parte norte da BR-158, pouco a pouco vem sendo alvo da expansão da agricultura moderna, particularmente da soja, mas também de outras atividades voltadas para a produção de biocombustíveis, como o álcool e o biodiesel, expressando-se o novo movimento do capital em ações que exigem a implantação de novos fixos, representados pela Bunge, a Gameleira e a Araguassu, só para citar alguns exemplos.

Nesse movimento de expansão, novas emancipações municipais vêm ocorrendo, fragmentando-se o território. Com a expansão do agronegócio em direção ao norte mato-grossense os grandes compram as terras dos pequenos, mas as práticas de acesso à terra, desenvolvidas pelos agentes do agronegócio, também mudaram, dominando hoje a persuasão, o convencimento, ou seja, em lugar de fuzis utilizam-se flores.

É evidente que os atuais processos de modernização tecnológica do campo e a concentração de terras nas mãos de grandes empresas agropecuárias faz com que o pequeno produtor rural somente sobreviva com formatos coletivos de alianças e com muita criatividade. As mudanças no sistema produtivo, a partir da nova divisão territorial do trabalho, exigem do pequeno produtor rural, para não ser excluído, um mínimo de conhecimento e controle das variáveis econômicas, da gestão da produção e da circulação, bem como certo conhecimento do funcionamento do mercado.

## **Dinâmica das práticas sociais contemporâneas no Vale do Araguaia**

---

### **A educação como motor das transformações políticas e sociais**

As atuais práticas sociais deixam entrever herança de formações de movimentos sociais anteriores, com base nas estruturas da teologia da libertação e, principalmente, nas reflexões praticadas nos grupos de educação popular e saúde, formados nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), a partir da década de 70.

Nas perdas e ganhos pelo controle do território, os movimentos sociais herdados dos movimentos de resistência apoiados pela prelazia de São Félix do Araguaia produziram resultados nos espaços da educação, em especial na formação de professores através da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), a partir de reivindicações dos movimentos sociais, e contando com o “Projeto Parceladas”, que ministra módulos nas férias, na região do Médio Araguaia. Esse projeto trabalha com um viés crítico da educação formal e com apoio aos movimentos sociais e, pelo que constatamos, estão se inserindo com certo vigor nos espaços institucionais do Estado, através de propostas de uma educação crítica e relacionada com os movimentos populares da região.

O “Projeto Parceladas”, tutelado pelo governo estadual, possibilita acesso aos posseiros, índios e trabalhadores rurais, utilizando material didático e pedagógico produzidos a partir das experiências de vida dos

agentes sociais locais, em grande parte sob orientação de profissionais da educação que sofreram forte influência dos movimentos sociais dos anos 70.

A região do Médio Araguaia, com profundas deficiências na formação de professores, foi alvo da expansão do referido projeto, que adotou uma filosofia multicampi, dando origem ao Projeto de Licenciatura Plena Parceladas, que teve sua primeira experiência no município de Luciara, distante mais de mil quilômetros da sede da UNEMAT, localizada em Cáceres (GENTIL, 2002).

Projetos de inclusão econômico-social, criados com o apoio de organizações não governamentais e instituições da igreja católica, são exemplos positivos presentes na região, tais como escolas agrícolas em parceria com prefeituras, porém sob maior controle da comunidade, a exemplo da existente no município de Querência, onde a Escola Agrícola conta com 115 alunos e prioriza a agricultura familiar, permanecendo os alunos 15 dias na escola, retornando depois para suas comunidades. O curso é regular, com conteúdo mais técnico e carga horária de 1.875 horas/aula. Trabalham com um tema gerador interdisciplinar e recebem o certificado de técnico em agropecuária. Entretanto, esse não é um movimento de contestação, mas pode ter surgido com base em demandas oriundas em reivindicações de movimentos sociais e de necessidades concretas de força de trabalho para o empresariado regional.

Convém destacar que a materialização das práticas de mobilização dos movimentos sociais, que se vincula ao papel exercido pela prelazia de São Félix do Araguaia, encontra-se atualmente significativamente debilitada pela atual orientação da cúpula da igreja, onde a Teologia da Libertação parece ter adquirido menor expressão, num contexto em que proliferam as igrejas pentecostais e novas formas de organização da população rural e urbana.

### **As organizações dos trabalhadores rurais**

Os trabalhadores rurais em geral utilizam as formas de organização da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Sem Terra (MST), dos sindicatos ou do INCRA como caminhos de conquistas do território ou de orientação para legalizar a posse da terra, encaminhar projetos ou reivindicar infraestrutura para suas unidades, às vezes constituídas em associações de assentados ou cooperativas de pequenos produtores. Estas últimas, segundo informações de lideranças sindicais, pouco se viabilizam em Mato Grosso, principalmente pelas dificuldades de se unificar culturas

diferentes, oriundas de diversas regiões do país e muitas vezes sem tradição de organização em cooperativas.

Na fase atual há a predominância de encaminhamentos cada vez mais institucionalizados e pragmáticos em relação à necessidade de fixação na terra e garantias de financiamento para a produção, cujos processos têm se efetuado com incentivos do governo federal para a pequena produção, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

As políticas públicas dirigidas ao pequeno produtor não se constituem em objeto de nossos estudos neste artigo, entretanto, deve-se destacar que tais políticas são criticadas. Quando se trata do financiamento, verificamos na região resultados negativos, principalmente no tocante à aplicação e gestão dos recursos por parte dos usuários, os quais não recebem orientação adequada. A EMPAER (Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural), responsável pela elaboração do projeto, cobra 10% do financiamento e não contribui com apoio técnico. Além disso, as intermediações para a aquisição dos recursos são dificultadas pelas agências bancárias, visto que seu objetivo é o lucro, resultando em marginalização no atendimento aos pequenos produtores não enquadrados nos interesses econômicos dos agentes financeiros.

Deve-se considerar que, na região do Araguaia, as formas mais visíveis de organização dos pequenos produtores nos últimos anos se expressaram na luta pela terra. Os projetos de assentamento do INCRA levaram a alguns resultados satisfatórios em tempos determinados e para poucos grupos, com certo nível de “competência” também para a gestão dos recursos na lógica atual do capital. Entretanto, a maioria dos pequenos produtores e posseiros, com financiamentos limitados, com juros elevados, ou às vezes sem financiamento, tendem ao fracasso.

Outra dificuldade, segundo o representante do INCRA, é o fato dos assentados e pequenos produtores ficarem sempre com as piores terras, o que se agrava com a entrada da soja, já que o grande produtor vai se apossando das melhores terras, contribuindo para a desarticulação da produção do pequeno. O entrevistado chama a atenção para a existência de 35 assentamentos sob a jurisdição do órgão no Araguaia, os quais são fortemente afetados pela deficiente infraestrutura, principalmente no que se refere à pavimentação das vias e transporte, devendo-se levar em consideração que a maioria se localiza distante dos eixos de escoamento, não dispendo de meios para a venda de seus produtos, nem condições de armazenamento. Observa-se que os assentamentos que foram relativamente bem sucedidos encontram-se nas proximidades do eixo da BR-158 e/ou dos centros urbanos consumidores de seus produtos.

O município de Querência permite-nos ilustrar alguns aspectos da realidade dos assentados. Nele é significativo o percentual da população assentada em relação à população total do município, uma vez que, na avaliação do presidente do Sindicato Rural, há cerca de 1.270 famílias, totalizando 4.000 pessoas. Entretanto, de acordo com declarações do vice-prefeito, Querência conta com aproximadamente 25% de desempregados, ou seja, 2.500 trabalhadores em um município com aproximadamente 10.500 habitantes, tudo indicando que a grande maioria vive nos assentamentos.

No tocante ao nível de organização sindical dos assentados, no município de Querência constatou-se que de 1.270 famílias apenas 650 são sindicalizados, significando seletividade dos mesmos. A sindicalização ocorre em função do apoio do sindicato, principalmente para regularização da posse da terra e crédito, revelando que os níveis de organização das reivindicações dessas populações são limitados e difíceis.

A multiplicidade de formas organizativas parece-nos indicar que há pulverização dos agentes, fragmentação dos grupos econômicos e sociais, descrença nos formatos tradicionais de organização, competição por parte das lideranças no sentido de controle das ações econômicas e políticas. Nesse contexto, o controle das ações políticas acaba constituindo capital simbólico<sup>1</sup>, que se expressa através do voto ou de outros formatos institucionalizados de representação. O caminho dos segmentos mais à esquerda tem sido voltado para a gestão do capital, talvez como estratégia de sobrevivência política, ou porque acreditam que as mudanças se operam nos espaços institucionais, ou ainda como iniciativas individuais em busca de “um lugar ao sol”.

Nesse sentido, uma série de práticas negativas têm sido detectadas. A região chegou a ter sete prefeitos do Partido dos Trabalhadores, contudo, muitos administraram mal e não conseguiram fortalecer o movimento popular. Os assentamentos também às vezes são usados para atrair eleitores. Em Confresa hoje há 14 assentamentos. Em 1986 o município contava com 8 mil eleitores e hoje com 28 mil, em boa parte recrutados em Goiás, por um político local. Os conselhos municipais estão organizados, porém não funcionam. Há um conselho intermunicipal do Médio Araguaia que emperra nas questões políticas, e um conselho municipal

---

1 Para Pierre Bourdieu (2000) o capital simbólico é, a grosso modo, uma medida do prestígio e/ou do carisma que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo. O capital simbólico, enquanto elemento indicador de prestígio pode ser convertido em dado momento em capital cultural ou econômico.

de desenvolvimento sustentável, com a participação de associações, mas que também não funciona.

Observe-se que os conselhos municipais, apesar de serem paritários em suas propostas teóricas, têm sua gênese de ação vinculada à Lei Orgânica Municipal. Assim sendo, os poderes executivo e legislativo detêm o controle hegemônico, havendo limites de autonomia na participação e deliberação das questões mais polêmicas por parte da sociedade civil. Quase sempre os encaminhamentos, no que se refere ao planejamento das temáticas envolvidas, são decididos por poucas lideranças, quase sempre aprisionadas aos interesses das instituições governamentais, ou sob o controle dos grupos hegemônicos.

As formas de organização em conselhos municipais, contidas na Lei Orgânica dos Municípios, às vezes servem para diluir outras formas de organização popular, uma vez que o formato conselhos municipais com frequência fortalece a ilusão de solução de problemas através de pactos entre agentes com interesses antagônicos, ou seja, há ilusões de que a paridade significa horizontalidade nas relações de poder, mas, na verdade, a paridade que vem sendo praticada acentua a verticalidade nas relações hierárquicas econômicas e políticas do território.

Em suma, o principal problema dos movimentos sociais está na compreensão dos limites dos pactos sociais de classes para o planejamento e gestão do território, na construção de um sistema que possibilite igualdade de condições e, por sua vez, na compreensão das vias institucionais para mudanças mais profundas dos processos econômicos e políticos vigentes.

### **Novas e velhas formas nas relações capital/trabalho**

Os conflitos com trabalhadores, índios e posseiros, são frequentes no Vale do Araguaia e, geralmente, ainda são utilizados recursos violentos para a repressão dos movimentos. Os sindicatos e os ativistas sociais das igrejas progressistas desempenham papel relevante em torno da defesa dos setores mais oprimidos, mas o que se observa são maiores dificuldades na unificação de lutas organizadas, visto que também é mais difícil a identificação de interesses comuns.

Nos conflitos atuais, cujas raízes se encontram em relações arcaicas, um dos exemplos se refere aos trabalhadores da cana-de-açúcar na antiga Fazenda Gameleira, atual Destilaria Araguaia. A mudança de nome foi uma estratégia, já que a Gameleira foi autuada cinco vezes pelo Ministério do Trabalho e teve fechamento decretado pela Polícia Federal por denúncias e constatação de trabalho escravo.

Por ocasião da nossa visita, 14 trabalhadores estavam presos em função de terem incendiado pneus e cercado a saída da destilaria, devido atraso de pagamento. Entretanto, a grande maioria não reagiu com medo da repressão da empresa. A prelazia e o sindicato estavam agindo em defesa dos direitos dos trabalhadores, mas a situação parecia desfavorável em função da defesa dos representantes jurídicos a favor dos empresários locais.

Neste caso, as indignações dos trabalhadores, devido à ausência de equilíbrio nas relações capital/trabalho, constituíram manifestações provocadas pela violência das relações no trabalho. Deve-se levar em conta que o salário desses trabalhadores rurais em 2007 era de R\$385,00, com produtiva média em torno de 5,5 toneladas/dia no corte da cana, tendo o pagamento atrasado durante vários meses. Durante a safra são 1.118 trabalhadores no corte da cana, oriundos em grande parte do Maranhão, caindo na entressafra para 600. Em entrevista concedida, o Pe. Alex (2007), do município de Confresa, afirmou:

É preciso ter unidade com a estratégia usando a igreja como mediadora... No caso da destilaria Gameleira, por ocasião da ação da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho, o Presidente do Congresso era o Dep. Severino Cavalcanti. Esse telefonou para o auditor do Ministério do Trabalho pedindo que não fizesse uma injustiça com a "Gameleira".

É necessário identificar os interesses que unem o presidente do legislativo nacional e o usineiro, ambos oriundos do Nordeste, da oligarquia rural açucareira tradicional, defensores dos mesmos interesses corporativos e de classe. Para eles os trabalhadores são "desordeiros" e "criminosos", porque afetam seus interesses. O entrevistado, proprietário da Destilaria Araguaia, frequentemente se referia aos trabalhadores que vinham do Nordeste como "cabras" que precisavam ser amansados.

Assim, os fazendeiros e empresários, com culturas herdadas da escravidão da fase colonial, tratam os seus trabalhadores como animais que precisam ser adestrados para serem obedientes. No trabalho escravo ou semi-escravo, ainda presentes nos dias atuais, não interessa que o trabalhador seja pensante e consciente de seus direitos. Os movimentos sociais, porque apontam para a construção de novos sujeitos, também não são bem vistos por esses dirigentes capitalistas.

Um certo nível de politização dos trabalhadores rurais no Araguaia, em especial dos desta usina, ocorreu porque os mesmos tomaram consciência de que são explorados, e que é possível se organizar e resistir. Ademais, estes trabalhadores contam com apoio para suas lutas dos agen-

tes historicamente estabelecidos no território, entre os quais se destaca a atuação do sindicato de trabalhadores rurais e dos agentes pastorais.

Por outro lado, nessa fronteira do capital, já não interessa tanto o modelo arcaico de relações capital-trabalho. É preciso modernizar de acordo com as novas exigências do processo de acumulação. Portanto, o capital também necessita resolver algumas de suas contradições sociais, apesar delas contribuírem para sua acumulação. Ou seja, não há mudanças no processo de acumulação sem algum nível de conflito social e, nesse sentido, as desigualdades são necessárias para a realização da mais valia.

Entretanto, o que existe em termos de movimentos sociais organizados ainda se encontra muito aquém das necessidades na região, quando se considera a realidade dos trabalhadores imigrantes ou nativos, inseridos em usinas e fazendas do Vale do Araguaia. Uma reportagem da Folha de São Paulo de 4 de julho de 2009, noticia a prisão de um grupo de seis PMs pela Polícia Federal, o qual atuava a favor dos grileiros de terras em sete municípios do Vale do Araguaia. A notícia veicula que os PMs, contando com vários oficiais, representavam o "braço armado" da quadrilha da qual participavam fazendeiros, pistoleiros, empresários e financiadores das grilagens. A dona de um cartório também foi indiciada por envolvimento com o esquema.

Segundo informações da Polícia Federal, um dos focos de atuação eram as grilagens e a extração de madeira de reservas indígenas; outro foco, eram as terras em processo de reconhecimento para a reforma agrária, sendo os assentados expulsos por meio de ameaças e violência física, e as áreas registradas com títulos falsos; uma terceira forma eram as pressões sobre pequenos e médios proprietários da região para que vendessem suas terras a preços bem inferiores aos do mercado.

Ainda em reportagem da Folha de São Paulo de 16/06/09, duas pessoas morreram e outras duas ficaram feridas em confronto dos sem terra com caminhoneiros, em Bom Jesus do Araguaia. Os mortos e feridos pertenciam a uma organização dos sem terra ligada à CPT e à Fetagri (Federação dos Trabalhadores da Agricultura). O motivo do conflito foi o fechamento da BR-158 por cerca de 200 famílias, acampadas em uma fazenda da região, onde o proprietário conseguiu reintegração de posse. Estas são apenas algumas das evidências de um território em conflito, vinculadas aos interesses de grupos dominantes.

### **Movimentos sociais e construção de novas territorialidades**

A partir do exposto, entende-se que um dos principais entraves para novas formas de mobilização vincula-se ao fato dos movimentos sociais

na atual conjuntura apresentarem limites na reprodução de lideranças capazes de decodificar as atuais formas de reprodução do capital, a nova divisão territorial do trabalho e os modelos de organização política “democrática”, além da falta de coesão interna nos movimentos existentes. Nas palavras de Gohn (2006, p. 144), “falta aos movimentos sociais unidade nas ações: eles são frágeis, heterogêneos, dilacerados e internamente tendem à fragmentação”.

Entretanto, apesar dessas dificuldades, emergem novas vias de organização, canalizando as demandas através de Organizações Não Governamentais (ONGs), associações de classe como sindicatos, além de outros formatos, como os diferentes tipos de movimento dos sem terra, na tentativa de oferecer soluções de acesso à terra, infraestrutura e apoio aos encaminhamentos burocráticos. Assim, antigas práticas se mesclam com as novas e estas se encontram na base da construção de um novo paradigma. Segundo Giddens (1991, p. 14), “existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, nem um nem outro formam um todo à parte”. Portanto, as relações entre as “velhas formas” e as “novas formas” são complementares, ainda que, por vezes, entrem em conflito.

Novas e velhas práticas dos movimentos sociais, e da sociedade como um todo, implicam no surgimento de novas territorialidades. Convém lembrar que o território possibilita fazer a leitura da realidade e, por isso mesmo, tem uma força de desalienação desde que sua narrativa seja plena, permitindo-nos outra leitura dessa realidade (SANTOS, 1996). Portanto, é preciso ver o território da resistência, o que passa pela leitura de outros discursos. Neste sentido, o território é uma alternativa de politização (BERNARDES, 2008).

De acordo com Bernardes (1998), é no território que o homem concretiza suas ações no campo econômico, social, político e cultural, transformando-se no cenário de contradições e conflitos, que constitui a condição necessária das mudanças sociais, convertendo-se num instrumento histórico e dialético da materialização da vida.

O território não é inerte. Só os atores hegemônicos podem criar e difundir essa fantasia, diz Ana Clara Torres Ribeiro (2003), ao analisar as categorias analíticas de Milton Santos, nas quais, o território usado, na perspectiva da dialética criadora entre sistemas técnicos e sistemas de ações, entre a tecnosfera e a psicosfera, constitui uma configuração espessa de mediações que concretiza o agir político.

No jogo dos poderes políticos, econômicos e culturais, materializados nas práticas sociais cotidianas, as multiplicidades de interesses que disputam os recursos do espaço constituem multiterritorialidades fragmentadas e imprecisas, de acordo com as condições sócioeconômicas, cujas formas se materializam através das contradições das relações capital/trabalho e,

consequentemente, na dinâmica das relações sociais e de produção, com novos atores em cena.

Nas análises de Paulillo (2000), as ações dos atores hegemônicos são coerentes com os princípios da racionalidade capitalista, limitando-se estrategicamente ao entorno em que estão inseridos. Contudo, os mesmos agem segundo as condições de classe e de acordo com os códigos econômicos e políticos que conseguem dominar ao nível da escala local, mas também regional ou global.

Em suma, a lógica dominante do capital, presente nos processos de multiterritorialidade, é a da integração econômica e política e de gestão dos recursos dentro dos princípios da atual divisão do trabalho. Essa é também a lógica de parte dos trabalhadores preparados para atuar na competitividade e produtividade, essenciais na atual forma de reprodução do capital. Por outro lado, os movimentos de resistência também estão incluídos nos processos de multiterritorialidade, cristalizando estruturas de desigualdade.

Ribeiro et alii (2005, p. 17), chamam a atenção para o fato de que “as formas espaciais, jurídicas, políticas, econômicas, sociais manifestam determinantes da realidade, cristalizando mecanismos de dominação e, contraditoriamente, os resultados alcançados nas resistências sociais e lutas de libertação”.

Mészáros (2007) sustenta que, paralelamente à formação das atuais estruturas de desigualdade do capital, e com base nos desiguais e injustos fundamentos herdados do passado, se constituiu a cultura da desigualdade dominante. O autor (2007, p.191) argumenta que “em nossas sociedades, as determinações estruturalmente estabelecidas, e salvaguardas de desigualdade material são em grande medida reforçadas pela cultura da desigualdade dominante, por meio da qual os indivíduos internalizam sua “posição social”, resignando-se mais ou menos consensualmente à sua condição de subordinação àqueles que tomam as decisões sobre sua atividade vital”. Como deixa entrever Mészáros, a resignação à condição de subordinação não é mecânica nem determinista, podendo essa situação ser revertida a partir de novas práticas sociais que influenciem as práticas econômicas e políticas.

## **Considerações finais**

---

Os movimentos sociais constituem a história das resistências e lutas contra as desigualdades sociais e econômicas, produto de dominação de classes e, portanto, de relações econômicas e sociais no cerne da reprodução capitalista. Na lógica de uma sociedade organizada em classes, à

medida que os estratos “da base piramidal” conseguem avançar no sentido de controlar os instrumentos políticos e econômicos, os que possuem a hegemonia econômica e política reagem com os instrumentos que possuem, desde a desqualificação dos símbolos dos “dominados” até o uso da violência física.

As atuais formas de reivindicações sociais no Vale do Araguaia mato-grossense parecem mais institucionalizadas, vinculadas aos processos de reprodução espacial face à modernização capitalista, constituindo-se formas diferenciadas de resistência à exclusão, que se reproduzem em outros formatos. Hoje, as lutas têm motivações distintas, são pulverizadas e, portanto, diferentes dos anos 70, quando o movimento era mais unificado, mais centralizado num único tipo de luta, ou seja, a luta pela terra.

Entretanto, apesar desses movimentos representarem em sua essência lutas de resistência ao atual movimento do capital, as mesmas se revestem de singularidades locais, vinculadas a características históricas. É importante destacar as romarias realizadas anualmente, as comemorações históricas em torno dos mártires dos anos 70, as quais servem de alimento à continuidade dos novos formatos de lutas locais, que por sua vez, evidenciam construção do “novo” a partir de elementos do “velho”.

O movimento do capital segue linhas que oscilam entre crises e abundância, com desenvolvimentos econômicos e recessões diferenciadas entre territórios e classes. Os movimentos sociais também seguem essa lógica: entram em crise, se reformulam e retornam às vezes com novos formatos. Servem como alavanca para novos impulsos da acumulação capitalista, como também os impulsos da acumulação capitalista servem como alavanca para novas mudanças nas formas de atuação dos movimentos sociais. Os movimentos sociais tendem a reproduzir as contradições do modo de produção capitalista no interior de suas organizações. Nesse sentido, os mesmos seriam o oxigênio necessário às mudanças estruturais do modelo de acumulação.

Os movimentos sociais estiveram sempre muito centrados em conceitos de inclusão econômica e política, não conseguindo resultados mais expressivos, uma vez que a unidade interna em torno de um objetivo mais comum sempre foi difícil, contribuindo a fragmentação para a exclusão de setores minoritários.

Evidencia-se que um paradigma que nos leve a uma nova sociedade só será possível através de uma outra lógica de reprodução econômica e de relações sociais, o que implica em novas formas de relações de poder construídas sob outras formas de hegemonia e de valores, a partir da base da pirâmide social.

## Referências bibliográficas

---

BETTO, Frei. *A mosca azul: reflexão sobre o poder*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006.

BERNARDES, J. A. “Novos espaços urbanos no contexto da mudança tecnológica: tendências e desafios sociopolíticos”. In: SILVA, C. A. e CAMPOS, A. (Org.). *Metrópoles em mutação: Dinâmicas territoriais e relações de poder e vida coletiva*. Rio de Janeiro: Ed. Revan. 2008.

\_\_\_\_\_. “Técnica, trabalho e espaço: as incisivas mudanças no processo produtivo”. In: CASTRO, I. E. et alii. (Org). *Redescobrimo o Brasil 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1998.

BOFF, Leonardo, BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 2000.

BRANDÃO FILHO, J. B. “Breves considerações sobre as mudanças do papel do Estado na agricultura brasileira”. In: BERNARDES, J. A. e FREIRE FILHO, O. L. *Geografia da soja: BR-163- fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

CNBB-CEP. *Pastoral da Terra: posse e conflitos*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1977.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). *Conflitos no campo no Brasil*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

DELGADO, G. da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)*. Campinas: Ed. Unicamp/Ícone, 1985.

ESTERCI, N. *Conflitos no Araguaia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

EVERS, Tilman. “Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 2 – 4. São Paulo, Abril de 1984.

\_\_\_\_\_. “De costas para o Estado, longe do parlamento”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, Vol. 2, n. 1, São Paulo, 1983.

GENTIL, H. S. *Formação Docente – Balanço da rede entre políticas públicas e movimentos sociais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do

Rio Grande do Sul/Faculdade de Educação/Programa de Pós Graduação em Educação. Porto Alegre: 2002.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 2004.

HARVEY, David. *Limits to capital*. New York: Verso, 2006.

LOUREIRO, V. R. e PINTO, J. N. A. “A questão fundiária na Amazônia”. In: *Dossiê Amazônia Brasileira II*. Estudos Avançados. Vol. 19, nº 54. São Paulo: Ed. Scielo, Maio/Agosto, 2005.

MARTINS, Edílson. *Nós do Araguaia*: Pedro Casaldáliga: bispo da teimosia e da liberdade. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONDIN, B. *Os teólogos da libertação*. São Paulo: Paulinas, 1980.

MULLER, C.C. “Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste”. In: *Planejamento e políticas públicas*. IPEA, n.3, p.45-74. Brasília: 1990.

OLIVEIRA, A. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflito*. Campinas: Ed. Papirus, 1995.

PAULILLO, L. F. *Redes de poder & territórios produtivos*. São Paulo: Ed. UFSCar, 2000.

PEDROSO, I. L. P. B. et alii. “Modernização e agronegócio: as transformações socioeconômicas recentes em Rio Verde (GO)”. In: *Anais do 2º Encontro dos Povos do Cerrado*. Pirapora (MG), 2004.

RIBEIRO, A.C. T. et alii. "Formas e utopias: uma breve introdução". In: SILVA, C. A. et alii (Orgs). *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

\_\_\_\_\_. "Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado". In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Ed. Territorial, 2003.

RIBEIRO, H. S. *O migrante e a cidade*. Araraquara/SP: Edição do autor, 2001.

RONDON, J. E. e BENITES, A. "Duas pessoas morrem em confronto entre sem-terra e caminhoneiros em MT". *Folha de São Paulo*, São Paulo: 18/06/09.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, M. E SILVEIRA, M. A. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

SEOANE, J. et alii. "Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina". In: BARÓN, A. A. LECHINI, G.(Orgs.). *Políticas e movimientos sociais em um mundo hegemônico*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

VARGAS, R. "PF prende 13 suspeitos de grilagem de terra em MT". São Paulo: *Folha de São Paulo*, A12, 4 de julho de 2009.

WEBER, Max. *A ética protestante do capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Cia das Letras, 2004.